

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**CRISE CAPITALISTA E RIVALIDADES IMPERIALISTAS:
UM ESTUDO DE GEOGRAFIA ECONÔMICA**

FABIANA ARAUJO DINIZ

Florianópolis/SC, setembro de 2009.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**CRISE CAPITALISTA E RIVALIDADES IMPERIALISTAS:
UM ESTUDO DE GEOGRAFIA ECONÔMICA**

FABIANA ARAUJO DINIZ

**Dissertação de mestrado para a
obtenção do título de Mestre em
Geografia.**

**Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio
da Silva**

Florianópolis/SC, setembro de 2009

**CRISE CAPITALISTA E RIVALIDADES IMPERIALISTAS: UM ESTUDO DE
GEOGRAFIA ECONÔMICA**

Fabiana Araujo Diniz

Coordenador: _____

Dissertação de Mestrado submetido ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano (DRU), do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Presidente: _____

Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva (UFSC)

Membro: _____

Prof. Dr. José Messias Bastos (UFSC)

Membro: _____

Prof. Dr. Fábio Napoleão (UDESC)

Florianópolis/SC, setembro de 2009.

Este trabalho é dedicado aos meus pais, Ana Mary Diniz e Francisco Diniz, que sempre estiveram presente na minha formação intelectual.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe que além do dom da vida me cobriu de amor. Que na hora da insegurança, não esmoreceu em relação às suas expectativas, e com amor, carinho e dedicação lutou por mim. Obrigado pelo apoio, pela certeza da vitória, pela força na hora do desânimo e pela firmeza diante dos obstáculos. Teu impulso me deu coragem e determinação na busca de meus ideais. As alegrias de hoje são tuas também, pois teu estímulo e amor foram as armas que me levaram a esta conquista;

Ao meu pai pelos exemplos de dedicação e entusiasmo pelo trabalho, honestidade, valores éticos e outros tantos exemplos que me ajudaram a viver com garra e dignidade;

Ao meu irmão pela amizade, pelo amor e, acima de tudo, por sempre acreditar em mim me dando todo apoio necessário para que eu pudesse atingir meus objetivos;

Aos meus grandes amigos que me deram forças para realizar este trabalho, as dificuldades foram muitas, porém superadas;

Aos colegas de turma;

Ao orientador Prof. Marcos Aurélio Silva, pela compreensão e dedicação;

Ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo apoio e receptividade.

Ao mesmo tempo que o capital tende, por um lado, necessariamente, a destruir todas as barreiras espaciais opostas ao tráfego, isto é, ao intercâmbio, e a conquistar a terra inteira como um mercado, ele tende, por outro lado, a anular o espaço por meio de tempo, isto é, reduzir a um mínimo o tempo tomado pelo movimento de um lugar ao outro.

Karl Marx

RESUMO

Este trabalho pretende demonstrar as novas tendências imperialistas, em especial as rivalidades entre os países imperialistas, através de um estudo das condições sociais (as diferentes formações sociais), econômicas, políticas e culturais das novas formas estatais, procurando situá-las como resultado de um processo histórico, mais precisamente no pós-guerra. Verificaram-se inúmeras modificações no aspecto político-econômico, sobretudo de ordem monetária, como também a força do militarismo e da guerra como forma de manutenção do poder imperialista. Indicamos o enfraquecimento da *hegemon* estadunidense fortalecida na tese da existência das rivalidades imperialistas.

Palavras-chave: Crise Capitalista e Imperialismo

ABSTRACT

This work intends to demonstrate the new imperialist tendencies, in special the rivalries between the imperialist countries, through a study of the social conditions (the different social formations), economical, political and cultural of the new state-owned forms, trying to situate them as result of a historical process, more precisely in the post-war period. Countless modifications happened in the economical-political aspect, especially of monetary order, like also the strength of the militarism and of the war like the form of maintenance of the imperialist power. We indicate the weakening of the North American hegemon strengthened in the theory of the existence of the imperialist rivalries.

Key words: Capitalist crisis and Imperialism

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 As potências europeias e seus planos de guerra em 1914.....	p.55
MAPA 2 A Europa depois da 1ª guerra mundial.....	p.59
MAPA 3 Europa em 1939	p.64

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Território japonês em 1868	p.31
FIGURA 2 Bases Militares dos EUA no mundo.....	p.129

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Gastos militares dos Estados Unidos	p.134
---	-------

SUMÁRIO

Lista de mapas	9
Lista de figuras	10
Lista de gráficos	11
1.0 INTRODUÇÃO.....	13
2.0 ENSAIOS SOBRE AS FORMAÇÕES CAPITALISTAS IMPERIALISTAS E SUAS FORMAS DE TRANSIÇÃO: VIA PRUSSIANA E VIA CLÁSSICA.....	16
2.1 Introdução.....	16
2.2 Via Prussiana.....	21
2.2.1 Alemanha.....	21
2.2.2 Japão.....	29
2.3 Via Clássica.....	34
2.3.1 Inglaterra.....	34
2.3.2 Estados Unidos.....	42
3.0 GUERRAS MUNDIAIS E RIVALIDADES IMPERIAIS	53
3.1 A Primeira Guerra Mundial	53
3.2 A Segunda Guerra Mundial: Guerra Total	61
3.3 Nem paz, nem guerra : Guerra Fria	72
4.0 PÓS-GUERRA E PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DAS AÇÕES E PLANOS POLÍTICO-ECONÔMICO NO SÉCULO XX	83
4.1 A expansão das empresas multinacionais nas décadas de 1950/60	83
4.2 Origem, evolução e o declínio do sistema de <i>Bretton Woods</i>	86
4.3 Um breve panorama da crise da década de 1970	96
4.4 A crise da década de 1970: bases históricas e estruturais do processo de acumulação financeira nos Estados Unidos	100
5.0 ATUAL DEBATE CONCEITUAL E TEÓRICO: IMPERIALISMO, IMPÉRIO E ESTADO-NAÇÃO.....	106
6.0 MILITARISMO.....	121
6.1 Militarismo em Rosa Luxemburgo.....	121
6.2 Militarismo no século XXI: O Poderio Militar dos Estados Unidos (Ocupações Militares).....	125
6.3 Guerra: uma fonte inesgotável.....	132
7.0 RIVALIDADES IMPERIALISTAS.....	140
8.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS.....	152

CRISE CAPITALISTA E RIVALIDADES IMPERIALISTAS: UM ESTUDO DE GEOGRAFIA ECONÔMICA

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado *Crise capitalista e rivalidades imperialistas: um estudo de geografia econômica* se explica teoricamente, pois “o pensamento geográfico e o fenômeno do imperialismo têm estado tradicionalmente interligados. Desde a antiguidade, com Heródoto, que o saber geográfico se preocupa com a dominação imperial”. (GONÇALVES & AZEVEDO, 1982, p. 23/24)

Desta forma, este trabalho pretende levantar as questões básicas que contribuirão para a realização da pesquisa cujo objetivo é analisar as novas tendências imperialistas, em especial as rivalidades entre os países imperialistas, através de um estudo das condições sociais (as diferentes formações sociais), econômicas, políticas e culturais das novas formas estatais.

Para tanto, se faz necessário acompanhar as mutações recentes nas determinações formais e funcionais dos Estados-nações europeus, americanos e asiáticos. Trataremos da temática do imperialismo em duas fases: antes e depois da II Guerra Mundial. Utilizaremos os principais autores clássicos que desenvolveram a teoria sobre o Imperialismo, tais como Hobson, Rosa Luxemburgo, Bukarin e Lênin. Mas, sobretudo buscar suas essências nas formações sociais e econômicas no seu momento genético, as quais percorreram o caminho da via prussiana (Alemanha, Japão) e clássica (Inglaterra e Estados Unidos), tentando, sobretudo diferenciá-las.

No que concerne a metodologia de investigação, é imprescindível filtrar as principais influências do passado e presente a fim de chegarmos bem próximo da realidade, é nesta simbiose de passado/presente que iremos avançar teoricamente no nosso objeto, as rivalidades imperialistas. Pois, “para compreender as principais tendências do passado e, potencialmente, as do futuro, precisamos escolher as influências mais importantes, entre a infinidade de variáveis”. (MAGDOFF, 1978, p.7).

Verificar as manifestações das rivalidades inter-imperialistas inseridas na atual dinâmica da economia mundial, no marco de uma perspectiva histórica mais ampla e profunda das transformações geopolíticas e geoeconômicas.

Este referencial histórico, temporal e espacial, que utilizaremos, segue desde a transição do processo de industrialização, com as formações sociais e econômicas, percorre as grandes guerras mundiais e, perpassando pelas crises capitalistas, até chegarmos neste início de século XXI.

A utilização deste período histórico será de fundamental importância, pois através dele será possível retirar qualitativamente e quantitativamente os métodos e resultados da categoria formação social e econômica, e assim partiremos das diferentes histórias das formações capitalistas imperialistas.

Em termos específicos, analisaremos as modificações nas mediações estatais relativas às formações sociais, à moeda, à força de trabalho e à rentabilidade dos capitais diante da mundialização financeira e da integração regional.

Assim, antes de explicitarmos as manifestações das rivalidades imperialistas, se fez necessário entrar em um debate conceitual e teórico de *Imperialismo, sobretudo* no sentido leninista (LÊNIN, 1984)¹ e *Império* definido por Hardt & Negri (2001), utilizando-se da categoria histórica de Estado-Nação, para distingui-los. Nosso objetivo é abandonar a teoria do imperialismo que prima pela existência de somente um império, que tem suas raízes da teoria do

¹ Vamos também explicitar as principais teorias do imperialismo, como a de Hobson (1901) e de Rosa Luxemburgo (1981) a fim de complementar a teoria do imperialismo.

superimperialismo e ultraimperialismo de Karl Kautsky, para chegarmos a nossa análise das rivalidades imperialistas.

Dessa forma partimos desde a teoria primária e clássica do imperialismo com Hobson, Rosa Luxemburgo e Lênin, até os autores recentes que tratam da desta temática.

Definir o significado do militarismo para economia política do imperialismo na concepção teórica da Rosa Luxemburgo, no seu livro *A Acumulação do Capital*, será de fundamental importância para definirmos e assim chegarmos a uma definição do Imperialismo e suas implicações no capitalismo atual.

Os Estados Unidos embora seja um país imperialista, não exerce uma hegemonia sozinho, é neste sentido, que teremos como base analítica a tendência das rivalidades imperialistas e suas manifestações. A rivalidade interimperialista se situa justamente na negação da existência exclusiva de um país dominante. Lênin (1984), afirmava que a rivalidade e a contradição era um traço fundamental do imperialismo.

Vamos a partir da teoria leninista sobre o imperialismo buscar nas crises capitalistas a presença das rivalidades entre os países imperialistas.

2.0 ENSAIOS SOBRE AS FORMAÇÕES CAPITALISTAS IMPERIALISTAS E SUAS FORMAS DE TRANSIÇÃO: VIA PRUSSIONA E VIA CLÁSSICA

2.1 INTRODUÇÃO

Para entendermos a sociedade capitalista e suas manifestações atuais no tempo e no espaço, de forma precisa, sobretudo nesta atual fase do capitalismo (imperialismo), se faz necessário a utilização da categoria Formação Econômica e Social (FES) nas descrições dos movimentos embrionários capitalistas de cada país, sobretudo nas três maiores potências mundiais: Estados Unidos, Alemanha e Japão. Investigar as diferentes formações econômicas e sociais destes países, que atualmente são rivais imperialistas, nos permite distingui-los e ao mesmo tempo visualizar suas particularidades diante de um todo, ou melhor, de uma ordem geral e mundial, de um modo de produção definido.

Assim, a FES eleva qualitativamente o aparato teórico metodológico no sentido que nos fornece categorias de análise de suma importância para entendermos a dinâmica do capitalismo imperialista com suas expressões lançadas no sistema produtivo e financeiro que são distintos em cada país em questão.

A gênese e a importância desta categoria (FES) encontram-se em Marx (1996, p. 299):

(...) a mesma importância que a estrutura de ossos fósseis tem para o conhecimento da organização das espécies de animais desaparecidas, os restos dos meios de trabalho têm para a apreciação de formações socioeconômicas desaparecidas.

Entretanto nosso objetivo maior não é demonstrar uma definição da FES exata e bem acabada, este não seria o melhor caminho a percorrer, e sim aprofundar a pesquisa nas etapas de um processo histórico sobre o capitalismo, sobretudo nas formas de transição ao capitalismo aos quais Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Japão percorreram. Assim demonstraremos sua consistência teórica na prática, essa será a melhor maneira para entendermos a FES, do que fixar na busca de uma definição rebuscada desta categoria.

Todo país está inserido espacialmente em uma totalidade global, numa ordem internacional, em um modo de produção dominante, mas é nas determinações específicas das FES de cada país que conseguimos atingir concretamente as realidades sociais e espaciais, e estas são indissociáveis das FES. Por isto, “é preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da FES, a apreensão do particular com uma visão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações” (SANTOS 1979, p.12).

Uma FES engendra um conjunto complexo de instituições (infra-estrutura e superestrutura) e não somente um tipo de propriedade ou de arranjo institucional. Neste aspecto, toda e qualquer análise sobre o entrave ao desenvolvimento deve levar em consideração os elementos específicos de cada economia, por quanto à natureza dos mercados, as forças políticas em disputa, as características culturais e a inserção externa, sendo esta cada vez mais importante em função dos fluxos econômicos, seja sobre a forma produtiva e financeira.

Analisaremos as diferentes formas de desenvolvimento do capitalismo estadunidense, japonês, alemão e inglês por se tratar de países que representam as principais formas de transição do capitalismo. Assim estaremos diante de complexos arranjos institucionais, produto de um longo aprendizado social onde o Estado, mercado e sociedade produziram suas singularidades graças as suas relações de poder. Estas relações foram avançando, em um determinado momento histórico, juntamente com suas forças produtivas, e recuando em outros momentos como veremos adiante neste trabalho.

Dessa forma, de acordo com Silva (2004) só será claro o entendimento dessa dinâmica ao identificar as formas específicas que assumem cada Estado-Nação e as relações de produção que constituem a base econômica desses países, sua expressão nas relações de poder entre diferentes classes (os interesses financeiros, industriais, operários, agrários) e seus vínculos com a vida cultural mais geral.

Silva (2002, p. 166) nos esclarece a categoria FES muito bem ao relatar as explicações dadas por E. Sereni:

Para Sereni, "a noção de formação econômico-social se coloca inequivocamente no plano da história, que é... o da totalidade e unidade de todas as esferas (estruturais, supra-estruturais e outras) da vida social, na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade de seu desenvolvimento histórico"². Com efeito, esta compreensão afasta tanto o reducionismo do marxismo da II Internacional (K. Kautsky), que identifica a noção de formação social com "a do 'conjunto das relações de produção' ou com 'modo de produção' ou enfim,... com 'base econômica'", quanto o estruturalismo althusseriano, cujo intento de superar a noção hegeliana de tempo histórico (continuidade homogênea), resultou na negação da unidade dialética entre continuidade e descontinuidade deste.

Ainda na tentativa de descrever a categoria de Formação Social, Milton Santos revela-nos que:

² Sereni apud Silva (2003, p. 171). "Sereni, E. *La Categoría de Formación Económico-social, Cuadernos de Pasado y Presente. Córdoba, Argentina: Siglo XXI, n.39, 1976. pág.70-1. Vê-se que a definição de Sereni parte do famoso Prefácio da Contribuição à crítica da economia política, mas, sobretudo, da compreensão que Marx, em seus escritos sobre método, faz do concreto, que para ele, reproduzido no pensamento, aparece como a "síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade". Trabalhando sempre historicamente seus exemplos, ele assim irá se referir acerca das categorias dinheiro (mais simples) – ou, no caso do pré-capitalismo, à categoria posse (também mais simples), presente nas famílias tribais –, capital, bancos, trabalho assalariado (todas mais concretas e complexas) – ou, igualmente, no pré-capitalismo, propriedade da terra (também mais complexa), presente nas fases posteriores ao comunismo tribal – : "as categorias simples são a expressão de relações em que o concreto ainda não desenvolvido pôde realizar-se sem ter dado origem à relação ou conexão mais complexa...; enquanto que o concreto mais desenvolvido deixa subsistir essa mesma categoria como uma relação subordinada". Em outro exemplo, e agora com ênfase num sentido histórico que vai somente do presente para o passado, Marx irá destacar como na "sociedade burguesa (que) é a organização histórica da produção mais desenvolvida e mais variada que existe... as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos ela se edificou... continuam a subsistir..." e como, "certos signos simples, desenvolvendo-se nela, se enriqueceram de toda a sua significação".*

É através de cada formação social que se cria e recria, em permanência, uma ordem espacial de objetos que é paralela à ordem econômica, à ordem social, à ordem política, todas essas ordens atribuindo um valor próprio particular, às coisas, aos homens e às ações promanando dela. Por isso, a Formação Social constitui o instrumento legítimo de explicação da sociedade e do espaço respectivo (SANTOS 2002, p. 236)

Sendo assim iremos considerar em nossas análises as formações sociais que compõe o modo de produção dominante (o capitalismo). É válido também ressaltar que o modo de produção difere de formação social no sentido de que o modo de produção denota o valor das formas de toda espécie (formas geográficas) enquanto a formação social interpreta a acumulação e a superposição das formas (paisagem geográfica). De forma mais precisa, formação social não é apenas um conjunto de relações de produção ou um modo de produção. Essa categoria *marxista* é uma realidade concreta entendida a partir de suas múltiplas determinações, baseada em uma historização profunda desta mesma realidade, sendo de suma importância para o estudo das sociedades e para o método marxista ao qual utilizaremos.

O modo de produção capitalista não se realiza completamente em todos os lugares da mesma forma, ou seja, existem muitos países que o modo de produção dominante, o capitalismo, não teve a mesma influência. Assim podemos deduzir que a relação entre espaço e modo de produção, deixa lacunas para tentarmos explicar um acontecimento historicamente determinado no tempo e no espaço. Agora ao relacionarmos formação social e espaço chegamos mais perto de uma realidade concreta no sentido que podemos amostralmente analisar o efeito do modo de produção espacialmente de forma específica e particular e assim adentrar no específico para entendermos a totalidade.

Diante da explicação acima sobre a FES podemos diferenciar as formações capitalistas imperialistas através das formações econômicas e sociais de cada país seguindo suas formas de transição que assumiram: a via prussiana (Alemanha e Japão) e a via clássica (Estados Unidos e Inglaterra).

Marx (1987) analisa as causas da vitória da contra-revolução na Prússia do ponto de vista do materialismo histórico e revela o caráter e as particularidades da revolução de março na Alemanha. Dessa forma Marx traça suas primeiras observações das raízes da via prussiana, na metade do século passado, e que Engels os fará posteriormente sobre as revoluções de 1848.

Para Coutinho (2000), a noção de via prussiana serve, em Lênin, sobretudo para definir os processos de transição para o capitalismo no campo, evidenciando o fato de que, neste caso, conserva-se na nova ordem, fundada pelo capital claras sobrevivências das formas pré-capitalistas, como por exemplo, o uso de coerção extra econômica na extração do excedente produzidos pelos produtores rurais. É na questão agrária que se pode verificar o modo pelo qual se o capitalismo resolve ou não esta questão.

Já na visão de Gramsci, Coutinho (2000) descreve que o conceito de revolução passiva é usado para conceituar processos de modernização promovidos pelo alto, nos quais a conciliação entre diferentes frações das classes dominantes é um recurso para afastar a participação das massas populares na passagem para a “modernidade” capitalista.

A via clássica implica uma solução revolucionária, como a destruição da grande propriedade pré-capitalista e a criação de um campesinato livre. Esta via tem como exemplo o paradigma das revoluções inglesas do século XVII ou da grande Revolução Francesa do século XVIII. Assim de acordo com Coutinho (2000), *para Lênin a via clássica é muito mais democrática econômica e socialmente desde suas origens.*

2.2 VIA PRUSSIONA

2.2.1 Alemanha

Reconstruir as peças mestras da formação social alemã nos permite desvendar o desenvolvimento econômico, político e social deste país, sobretudo sua posição na economia mundial no seu momento genético imperialista. Desta forma, a formação capitalista imperialista alemã é originária pela via prussiana com base no comando autoritário do Estado (somada por uma modernização conservadora e um regime democrático enfraquecido) e na “política de potência e bem estar”, o que lhe possibilitou um “salto” industrial.

Esta formação remonta-se antes da unificação alemã, quando a Prússia era um país central. A Alemanha estava politicamente dividida, a região central tendia ao liberalismo, e a Prússia conservava a tradição da regulação e intervenção na economia para manter o poder.

Os obstáculos ao investimento de capital e a indústria, devido à falta de interesse da sociedade detentora de capital³, somado ao lento crescimento do mercado interno e ao restrito fornecimento de trabalho, foram um dos obstáculos ao processo pré-industrial, sobretudo pela ausência de uma unificação econômica e política. Para Kemp (1985, p. 115) “a principal razão para o atraso alemão poderá ser falta de oportunidades e incentivos para o investimento em capital em aspectos produtivos, num ambiente social que ainda se encontrava atravancado de resquícios feudais”. Que posteriormente foram sanados por mudanças, sobretudo no âmbito político que veremos a seguir.

Dessa forma, o processo de industrialização alemão inicia-se com um relativo “atraso”, porém se faz necessário notificar que este atraso deve ser observado com cautela, por não haver uma passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento. A Alemanha (séc. XVIII) não era um país em subdesenvolvimento no sentido moderno. Havia uma contribuição visível da

³ Não havia empresários e uma classe média independente ligada ao comércio e a indústria.

Alemanha quanto à tecnologia (portos, cidades comerciais e bancos mercantis, tradição intelectual) na Europa, mesmo sendo economicamente atrasada. Assim, Braga (1999, p. 192) diz que:

Não há dúvida de que o desenvolvimento dos Estados germânicos visava superar o seu atraso industrial relativo frente à economia inglesa. Contudo, o desenvolvimento das forças produtivas impulsionado pela Prússia desde o século XVIII a partir de um desígnio imperial não era desprezível e, como tal, relativiza o mencionado atraso (...). É essa base que possibilita um salto uma rápida “revolução industrial.

Este “atraso” que possibilita um “salto” industrial caracteriza-se pela ausência de um liberalismo político e de um desenvolvimento social, como aconteceu na Inglaterra e França respectivamente. Braga (1999, p.193), relata que “este ‘atraso’, identificado por Engels na compreensão de revolução e contra-revolução alemãs de 1848, não afetaria o êxito econômico alemão, revelando um desenvolvimento das forças produtivas originárias.”

As barreiras ao crescimento foram paulatinamente desaparecendo com particularidades importantes ao processo de industrialização (na passagem do século XVIII ao XIX). Mudanças ocorreram na esfera econômica e política em prol do crescimento, e foram se redesenhando um cenário que girava em torno deste processo industrial.

Identificaremos estas mudanças caracterizando o desenvolvimento industrial alemão através das forças produtivas e das relações de produção as quais se impulsionam pela forte presença do Estado e se internacionalizam à medida que avança as políticas econômicas.

As mudanças giraram em torno do campo político, ou seja, com ênfase em ações políticas, mas do que econômico, mas isso não significa dizer que as mudanças econômicas não existiram e não foram importantes, elas estavam voltadas para captação de investimento de capital.

No campo político e a caminho do fortalecimento nacional encontra-se o Cameralismo⁴ e o “Estado de Polícia” que são as molas propulsoras da “política de potência e bem estar”. Na economia os avanços decorriam da forte ajuda do Estado empreendedor com o surgimento de indústrias têxteis, de metais e produtos de luxo e as empresas estatais prussianas de ferro, carvão, chumbo, zinco e prata, tornando o Estado um *gerador de fábricas*. Verificamos a presença do Estado em diversos setores, aliado a implantação de um plano monetário (manutenção pelo governo de uma moeda estável no padrão-prata, que posteriormente se converte no padrão-ouro, e na instauração de banco nacional) e uma forte expansão ferroviária que colocou a Alemanha em um patamar satisfatoriamente favorável ao processo de desenvolvimento industrial.

Em 1834, surge o *Zollverein*, de criação prussiana, com o objetivo de tornar a Alemanha em uma única zona de livre comércio. Kemp (1985, p.117) descreve que:

(...) o *Zollverein* revelou-se como um fator de primeira grandeza na promoção do desenvolvimento econômico alemão. Alargou os limites legais do mercado e possibilitou a livre circulação de mercadorias. Reforçando os laços comerciais entre várias regiões, contribuiu para extinguir velhos particularismos e diferenças locais. Estabeleceu interesses seguros numa futura consolidação desta unidade preliminar e reforçou no nacionalismo cultural, que interessava sobretudo à intelligentsia da classe média, com um novo nacionalismo econômico que inspirou os grupos comerciais em desenvolvimento.

Para efetivação do *Zollverein* e para completar tal desenvolvimento, era necessária uma ampliação no transporte interno, em especial ao transporte ferroviário, assim “(...) o caminho de ferro criou oportunidades de investimento inteiramente novas e introduziu um novo fator de mudança na vida alemã: com a construção das vias férreas, os contatos inter-regionais e a mobilidade substituíram o particularismo e a estagnação”. (KEMP, 1985, p. 119).

⁴ De acordo com Braga (1999), o Cameralismo antecede a idéia de “Economia Nacional”, que se desenvolve entre o fim do século XVI e final do século XVII, caracteriza-se por ser uma concepção administrativa de Estado que fez na Alemanha a transição da “arte de governar” para a “ciência do Estado prussiano”, com forte ação centralizante e racionalizante do Estado prussiano (Estado dinástico organizado).

Assim com apoio do Estado e de investimentos externos, a construção do caminho de ferro avançou pela Alemanha, além de proporcionar novas oportunidades de investimentos. A existência de recursos minerais estimulava o caminho de ferro no sentido que era a base das indústrias de ferro e de engenharia. Dessa forma, a importação inicial de material para construção de estradas de ferro favoreceu a substituição de importação e conseqüentemente o crescimento da engenharia e o desenvolvimento das reservas de carvão alemãs. O capital estrangeiro vinha acompanhado da tecnologia avançada, que posteriormente favoreceu que a própria Alemanha se desenvolvesse cientificamente. Além disso, a Alemanha foi capaz de desenvolver sua indústria sem o capital estrangeiro e foi capaz de gerir seus próprios recursos financeiros.

O protecionismo (paternalismo estatal) e as inovações tecnológicas (foco na educação) são também marcas da auto-suficiência industrial alemã. A atenção dada à educação no desenvolvimento industrial foi salutar. A Alemanha saiu do atraso econômico com investimentos na educação, no desenvolvimento científico e tecnológico dominando o método científico que outrora era exclusividade da Inglaterra, aplicado aos processos e à organização industriais que a colocou em um patamar elevado na Europa.

Com o objetivo de assegurar o mercado interno a Alemanha adotava políticas protecionistas (construção de uma economia nacional) e um sistema bancário e industrial concentrado. Estas medidas se desencontravam com as políticas de livre cambismo e a ortodoxia monetária do padrão-ouro (Inglaterra). A Inglaterra não seguiu esse protecionismo no século XIX (Estado intervencionista e protecionista e um sistema financeiro articulado), o que tornou a Alemanha um país superior.

Para expansão do mercado externo fez-se necessário uma política externa e colonial apoiada no poder militar e naval, pois somente com a proteção do mercado interno não seria possível continuar o processo de desenvolvimento do processo de industrialização alemão.

A fusão entre bancos e indústria é um impulsionador deste desenvolvimento, no sentido que viabilizou as ações de natureza creditícia financeira principalmente frente ao padrão ouro (Inglaterra). Surgiam novas sociedades bancárias que lançavam investimento na indústria, assim:

Os novos bancos de investimentos financiavam companhias, negociavam com ações industriais e forneciam capital e crédito a longo prazo à indústria. Sem estes esforços dos bancos, teria sido impossível obter os meios financeiros para a construção do caminho de ferro e o crescimento da indústria. (KEMP, 1985, p. 121)

Com a introdução do capital estrangeiro nas indústrias e nos negócios, elevaram diretamente as transações monetárias aumentando também os clientes nos serviços bancários, isto conseqüentemente elevou a necessidade de uma maior relação entre bancos e indústrias. Essa relação embrionária é um dos fatores a formação imperialista industrial alemã. Lênin (1985, p. 88) relata essa relação demonstrando que uma das principais características fundamentais do imperialismo é *a fusão do capital bancário e o capital industrial*.

É importante observar que na Grã-Bretanha os bancos não apoiavam investimento de longo prazo, a sociedade anônima era pouco usada para o investimento industrial, ao contrário do que aconteceu na Alemanha, que desde a sua formação industrial favoreceu a relação entre o capital bancário e industrial.

A política de potência e bem estar é a uma ação que vem completar todo esse jogo desenvolvimentista alemão com a garantia das proteções sociais (seguros compulsórios de saúde, acidentes e de velhice – lei do seguro saúde, acidente e de pensão). Assim, de acordo com Braga (1999, p. 202) “o Estado era responsável pelo alívio aos despossuídos, pela criação de emprego para os desocupados e pela execução de trabalho forçado àqueles que tentam escapar do trabalho.”

A seguridade social para a população trabalhadora tinha como objetivo afastá-la da social democracia, diminuindo a insegurança causada pelo alargamento das relações de mercado e por causa da crescente urbanização.

É importante relatar a persistência e existência da conservação do setor agrário e sua classe dirigente, dotada de seu tradicionalismo político e econômico, vejamos:

A industrialização alemã mostrou-se compatível com a preservação de uma classe dirigente agrária firmemente implantada e de um Estado dinástico com um caráter conservador e militarista. Foi uma industrialização que avançou sem a destruição do campesinato como classe e que proporcionou oportunidades para a emergência de um estrato de camponeses prósperos produzindo para o mercado. (KEMP, 1985, p.129)

Não só a classe dirigente agrária esteve presente no processo de industrialização alemã, o campesinato, os artesãos e os trabalhadores manuais também sobreviveram a este processo. É interessante observar que a Alemanha do século XX apresentava uma dualidade, ao mesmo tempo em que se desenvolvia industrialmente, o pequeno produtor mantinha-se, com possibilidade de crescer, pois a indústria não o destruiu. E as raízes gestoras do nacional-socialismo estiveram na opção indústria e classe agrária.

A via prussiana no caso alemão obteve sucesso, pois esteve a serviço da construção de um Estado Nacional e de um projeto de industrialização nacional militarista, projetando a Alemanha como potência imperialista para competir com a Inglaterra, França etc. Desta forma, era presente no projeto prussiano a possibilidade de guerra⁵.

De acordo com Kemp o processo da industrialização alemã tinha uma forte tendência a deduzirmos que sua expansão externa estava próximo do imperialismo, no sentido que suas forças militares e a forma que sua

⁵ Para Lênin (1985, p.90) "*a própria essência do imperialismo é a rivalidade entre várias grandes potências com vista à hegemonia, isto é, à conquista de territórios*". Assim a Guerra e a conquista territoriais são inseparáveis da lógica imperialista, sendo esta o desdobramento último da concorrência capitalista.

industrialização se desenvolveu no cenário mundial levaram a emergência de uma rivalidade com os principais poderes industriais (França e Rússia).

Talvez mais do que qualquer outro fator tenha sido a ascensão da Alemanha industrial que, como o aspecto específico que assumiu, provocou a inevitabilidade de uma guerra determinada, numa certa altura, contra os outros países capitalistas industriais. (KEMP, 1985, p.137)

Em suma, na transição do século XVIII ao XIX o desenvolvimento industrial alemão ainda possuía resquícios feudais e arcaicos nas suas relações econômicas, políticas e sociais, na verdade havia uma simbiose entre esta estrutura arcaica e tradicional com estruturas desenvolvidas do capitalismo. Avançou a passos largos (salto industrial), adentrando no mercado externo com apoio estatal e da política naval e colonial. A indústria alemã se relacionava diretamente com as instituições bancárias, fusão do capital bancário e industrial. A indústria pesada recorria à sociedade anônima e aos empréstimos bancários para desenvolver-se. O investimento na educação, no desenvolvimento científico e tecnológico não foi gradual, houve um salto que possibilitou a Alemanha um fortalecimento no seu processo de industrialização, e, sobretudo no sistema de inovações e na vanguarda nos setores químicos, da eletricidade e da metalurgia. As indústrias químicas, elétricas e navais definem o cenário nos últimos 25 anos do século XIX do desenvolvimento industrial alemão.

Todo esse sucesso começa a ruir no período de 1914 e 1948 quando a Alemanha passa por três colapsos⁶ econômicos seguidos de hiperinflações. O Estado Alemão se endivida no período de guerras (1ª e 2ª guerras mundiais), custeia suas despesas bélicas através de financiamentos estatais e bancários levando a uma insustentabilidade monetária gerando inflações gigantescas e um déficit orçamentário. Em 1923 explode uma hiperinflação, em 1929 a crise se instala gerando uma massa de desempregados e uma crise bancária.

⁶ De acordo com Braga (1999), o 1º colapso refere-se à derrota na 1ª guerra mundial. O 2º colapso está relacionado com a crise de 1929. O 3º colapso, a Alemanha perde a 2ª guerra mundial.

No sentido de resolver essa situação que se alastrou na Alemanha o “regime econômico fascista” encontra seu espaço para agir em favor de uma recuperação econômica, política e social. Toda a tradição autoritária originária na “modernização capitalista conservadora” mostra suas forças neste momento histórico. No governo Hitler há uma grande diminuição do desemprego. É sabido que no período nazista a produção industrial retoma seu crescimento através da produção de armamentos e bens de capital (veículos e aviões militares, explosivos, navios etc.), há uma aglutinação do grande capital e o projeto nazista. Desta forma, de acordo com Braga (1999, p.209) temos que:

A recuperação econômica alemã dos anos 30 foi a mais explícita demonstração histórica de que o capitalismo pode buscar seu dinamismo na produção de máquinas que produzem máquinas e máquinas que produzem armamentos.

Após esse suspiro econômico, é deflagrada a 2ª guerra mundial, e a Alemanha mais uma vez perde a guerra, havendo outro recuo econômico somados com hiperinflações. A Alemanha se reconstrói da guerra através do surgimento de um projeto-econômico baseado em uma Economia Social de Mercado (ESM). Segundo Braga (1999) a “competição administrável”, um apropriado papel para intervenção estatal, uma política de estabilização e medidas anticíclicas e a ética e política contra o *laissez faire* são os pilares da Economia Social de Mercado e são originários desde a reconstrução pós-guerra.

A presença do Estado continua cada vez mais forte na economia (fato singular desde a sua genética formação social), regulando e administrando o país que se tornará uma potência mundial e que começa uma retomada no desenvolvimento econômico marcado por uma “coalizão pela sustentabilidade do investimento com inovações, pela produtividade e pela competitividade internacional” com assinala Braga (1999, p. 212).

Relações industriais saudáveis com políticas salariais pactuadas, coalizão entre empresários e trabalhadores, qualidade no mercado de trabalho, relação favorável entre salários elevados, proteção social ampla, aumentos

sucessivos de produtividade, subsídios, acumulação interna de lucros, crédito de longo prazo, economia mista, privatizações graduais, capital financeiro (articulador do capital bancário e industrial), internacionalismo do capitalismo alemão (troca de bens; participação nas exportações mundiais etc.) e estabilidade monetária são as inúmeras bases da estrutura produtiva do desenvolvimento econômico alemão pós década de 1950.

No que diz respeito ao processo de financeirização alemão, podemos afirmar que difere dos processos ocorridos no Japão e nos EUA, estes países tiveram maior liberalização nos seus mercados financeiros. A Alemanha por sua vez teve uma maior participação do Estado (bancos públicos) no sistema creditício e financeiro do que o setor privado. Entretanto após a década de 1980 a Alemanha começa a internacionalizar seu mercado financeiro, mas com uma singular regulação deste mercado.

Todo esse processo histórico ao qual levou a Alemanha como potência industrial do século XX, e que chega ao século XXI como superpotência do continente europeu e segunda economia mundial, revelam-nos o êxito do capitalismo organizado trilhado pela Alemanha. A identidade nacional alemã esteve sempre presente, mesmo com as pressões neoliberais dos EUA. Este fato explica como a Alemanha se manteve no cenário mundial.

2.2.2 Japão

A construção da formação capitalista nipônica se fez através da forte ação estatal na economia⁷ e de um desenvolvendo econômico que incorporava as condições sociais de produção precedentes com as atuais, o que na visão gramsciana é denominada de *revolução passiva ou revolução-restauração*; uma transformação a partir de cima, pela quais os poderosos modificam lentamente as relações de força para neutralizar os seus inimigos de baixo. É através da formação social nipônica, sobretudo na sua singular transição ao

⁷ Marca da via prussiana, presente também na Alemanha, como já mencionado.

capitalismo (década de sessenta do século XIX) e bem diferente da estadunidense que podemos entender as condições e manifestações atuais do capitalismo contemporâneo e a posição atual do Japão no cenário da economia mundial. Silva (2007, p. 3) enumera exatamente como se deu a formação social japonesa e suas singularidades:

Três características se sobressaem na particularidade dessa acumulação: 1. a ação estatal, bastante superior a dos Estados Unidos, e centrada sobre a empresa privada, tornada simultaneamente vetor da acumulação e da pressão militar imperialista; 2. o tipo de conglomerado industrial, apto a explorar, notadamente após a II Grande Guerra, economias de variedade no interior das economias de escala; 3. as relações de produção calcadas em formas condicionais de reprodução do salariedade, fortemente tributárias do passado medieval japonês.

A transição capitalista japonesa esteve à luz de uma revolução passiva (Inovação Meiji - 1868) tipicamente prussiana incorporando antigas formas políticas e econômicas para não se deixar superar, essa é a marca deste período de transição.

Antes o Japão era liderado por chefes militares locais (senhores feudais, os xogunatos), com a “Era Meiji” foi extinto os clãs feudais e o território foi dividido em prefeituras interligadas a um poder central. Como podemos perceber no mapa abaixo.



Figura 2: Território japonês em 1868
 Fonte: CD-ROM Atlas de História Geral

Vejamos como Okabe *apud* Silva (2004, p.213/214), descreve esta transição:

(...) a transição capitalista japonesa, marcada pela Inovação Meiji (1968), revolveu-se sob uma forma tipicamente prussiana, onde os elementos da sociedade feudal em decomposição, militares (samurais) e nobres (Daimios) de estamento inferior, em conluio com camponeses ricos e comerciantes abastados e em detrimento, pois, dos pequenos camponeses, submetidos a uma forte exploração, levaram a efeito a derrubada do império Tokugawa para instalar uma monarquia absolutista de amplo significado para acumulação capitalista.

A ação estatal descrita por Silva (2007) se situa também na formação dos conglomerados industriais japoneses, os *zaibatsu*⁸, estes eram fortes impulsionadores desta formação.

⁸ De acordo com Silva (2007) os zaibatsu se formaram com aquisição a custos reduzidos por parte dos nobres e grandes comerciantes de modernas fábricas construídas pelo Estado, que seria para defesa ou agressão militar imperialista, dando origem ao nome zaibatsu, conglomerados industriais-financeiros de origem familiar.

Outra manifestação importante deste período de transitoriedade é o fato das relações feudais persistirem neste processo histórico ocasionando baixos custos da mão de obra, entretanto não nos permite afirmar que é o único fator ao desenvolvimento industrial japonês. Podemos caracterizar com afinco que esse desenvolvimento se deu pela grande ação do Estado através de incentivos. A ação estatal no âmbito militar-imperialista é de grande notoriedade, principalmente por que funcionava como excelente fornecedor de matéria prima, de mercados e de capitais de investimentos. Todas estas ações refletem no desenvolvimento da capacidade de produção das indústrias japonesas, tanto para os bens de consumo como os de produção, inserindo-se no mercado externo. Em relação ao processo de acumulação houve uma substancial proteção ao mercado interno para indústria.

Os conglomerados industriais japoneses começam a se transformar após a derrocada do Japão pós 2ª guerra mundial, sobretudo no que se referem à ocupação estadunidense no seu território. Tais transformações mudam a forma organizacional e patrimonial destes conglomerados. As relações sociais de produção e na agricultura também se alteraram.

No plano empresarial os zaibatsu se desintegram, mas as famílias não perdem o controle empresarial. Seguindo o curso do processo de industrialização é importante colocar o novo papel dos bancos, agora como avalistas, porém as indústrias não se tornaram puramente financeiras, esta característica é singular no caso japonês, pois nos Estados Unidos a predominância se direcionava aos interesses financeiros como veremos em capítulos no capítulo 4 deste trabalho.

Ainda sobre as transformações pós-guerra, podemos adentrar no campo das relações capitalistas de produção e verificar que não houve avanços progressistas na forma de produzir, pois persistia a influência do caminho prussiano com notáveis resquícios das relações feudais de produção. E que posteriormente será um das causas da crise japonesa nos anos 1990.

É interessante salientar que o desenvolvimento industrial japonês se sustenta no corporativismo entre trabalhadores, sindicatos e patrões,

imprimindo metas de produção em troca de “emprego vitalício”, “salário por antiguidade”, gratificações, bônus etc. Este típico modo de produzir foi responsável pelo crescimento japonês até a crise do petróleo na década de 1980.

No que tange a entrada do Japão na corrida imperialista verificamos a passagem deste país de um simples exportador de mercadorias (período pós 2ª guerra e início da década de 1970) para um exportador de capital (pós década de 1970). Esta tendência foi resultado de uma maior capacitação organizacional da firma nipônica e também pela elevação salarial não totalmente contrabalanceada pelos aumentos de produtividade nem pela taxa cambial, como afirma Silva (2007).

O Japão começa desacelerar na década de 1990 com a retomada dos EUA no cenário mundial após a crise dos 1970, e os elementos deste desaceleramento encontram em fatores internos próprios do Japão e a fatores externos ligados a conflitos na conjuntura política e econômica internacional.

Em 1997 o Japão sofre uma dura crise ocasionada pela desvalorização do dólar em favor da valorização da moeda japonesa (Acordo do Hotel Plaza – 1985), pelo crash da bolsa de Nova York em 1987 e as políticas monetárias realizadas pelos EUA em 1992. De acordo com Silva (2007) estes fatores propiciaram: o direcionamento de investimento para Ásia; inversões de posições deficitários e superavitários de países; re-locações de unidades produtivas; valorização da moeda japonesa (dificultou a competitividade das empresas japonesas e efeitos negativos nas contas externas); reestruturação sócio-econômica e urbano-regional do espaço. Diante da crise nipônica os EUA pressionam o Japão para liberalização comercial e financeira, porém o Japão não cede totalmente a esta pressão.

O Japão sofreu fortes pressões dos EUA para a liberalização financeira dos seus mercados, que somadas as depreciações impostas pelo dólar e as desregulamentações bancárias (taxas de juros muito baixas) resultou na crise da década de 1990. Esta crise manifestou-se com elevados níveis de superprodução que resultou em fortes abalos nos sistemas bancários Asiáticos,

nas suas balanças comerciais e mercados de ações, como assinala Silva (2007).

A transição ao capitalismo no Japão é ímpar, pois neste momento transitório as antigas formas pré-capitalistas se incorporam com as novas formas recentes, atualizando-se. É como se visualizarmos a cultura milenar japonesa (uma forma pré-capitalista) paralelamente aos seus jardins suspensos (Cingapura) e aranha-céus (Shagai) (uma forma capitalista recente). É singular também na fase imperialista a contra tendência de fusão do capital bancário, se fazendo diferente das outras formações capitalistas (Inglaterra e EUA). Estas são as características marcantes da formação social japonesa, que diferem das demais.

No desenvolvimento da sua história o Japão cresce progressivamente, sobretudo como grande exportador de capitais, que o coloca no cenário imperialista mundial, conforme sugere Lênin (1985). Atualmente é no setor automobilístico que o Japão demonstra que tem competitividade e força no mercado mundial, com volumosos índices de exportação.

2.3 VIA CLÁSSICA

2.3.1 Inglaterra

Todas as formações sociais, que percorreram pela via clássica ou prussiana, tiveram no seu estágio de processo de industrialização inicial, uma identidade, que podemos tomar como parâmetro de análise. Esta identidade esteve vinculada à acumulação de capital, a estrutura do proletário industrial, e ao nível de tecnologia e organizacional dentro das fábricas, e é nesse caminho que vamos analisar o desenvolvimento e a formação social e econômica britânica, esta por sua vez é diferente das demais, daí a importância de se fazer uma avaliação histórica.

Enquanto as formações sociais caracterizadas pela via prussiana, tinham como obstáculo a ser vencido o atraso agrário com suas características arcaicas e feudais, como foi caso da Alemanha, a Inglaterra por ter trilhado o caminho da via clássica de desenvolvimento industrial, já nasceu urbana e industrial, e com forte presença na iniciativa privada na sua economia, seguindo as forças do mercado e do lucro.

Muitos países, pós anos 1870, estavam em vias de começarem a se industrializar, a Inglaterra neste mesmo período já era uma região industrial, com suas linhas férreas de transporte e explorações de recursos minerais já estabelecidos. A configuração e a paisagem urbana já se faziam presentes devido à forte presença industrial. E ao contrário de outros países, a Inglaterra já não possuía resquícios feudais e o setor agrário era ínfimo e sem nenhuma influência na economia britânica. No que se refere à estrutura de classes, o sistema agrário era representado por uma classe de grandes proprietários capitalistas, representada por comerciantes, industrialistas e financeiros burgueses. Toda riqueza acumulada, na sua maioria eram originárias de fortunas industriais (herança, propriedade privada, casamentos e conservação de riqueza). Os assalariados eram numerosos e o campesinato era praticamente inexistente.

O capital britânico se fortalecia com a venda de matérias primas (ferro para as vias férreas e carvão) para os países recém industrializados. De acordo com Kemp (1985), essa era uma das formas de captação de rendimentos provenientes de investimentos externos, objetivando a obtenção de maiores e novos lucros. Outra fonte de capitação britânica de investimentos eram suas colônias (Índia) e alguns países da América do Sul, por serem grandes mercados consumidores dos seus produtos industrializados.

A Inglaterra foi pioneira no processo de industrialização e também na formação de uma economia interna genuinamente capitalista. Esta por sua vez era altamente vinculada ao setor de crédito, dessa forma conseguiu ser líder no comércio mundial e o centro financeiro do mundo por meio de sua moeda (libra esterlina) com padrão ouro. O espírito burguês e de mercado, e a reduzida interferência do Estado caracterizava a economia britânica. A iniciativa privada

e individual era movida pela competição comercial e configurava o cenário da economia britânica.

Após 1870 a Grã-Bretanha começa a se ajustar diante das mudanças da economia mundial, sua soberania no comércio e industrial começa a enfraquecer. Kemp (1985) nos sinaliza que estas mudanças estavam relacionadas a uma maciça entrada de países no processo de industrialização e conseqüentemente estes países teriam a necessidade de vender seus produtos no mercado internacional. Dessa forma, a propagação da industrialização levou a uma competição internacional dos produtos manufaturados entre os países envolvidos.

Enquanto os países recém industrializados tiveram vantagens no que diz respeito à industrialização tardia, como foi o caso da Alemanha. A Grã-Bretanha demonstrava as desvantagens de ser pioneira no processo de industrialização.

Para Kemp (1985), as vantagens dos países recém industrializados estavam relacionadas: à necessidade de baixar os custos para competir no mercado já estabelecido da Inglaterra; à utilização de maquinários mais avançados tecnologicamente; à escolha da localização das fábricas; e a não restrição da ajuda dos bancos e do Estado.

A principal desvantagem da Grã-Bretanha estava no seu declínio tecnológico, a indústria britânica paulatinamente começava a ser ultrapassada com suas tecnologias obsoletas e com a depreciação do maquinário: "(...) não introduzir certos melhoramentos técnicos, a longo prazo isso podia deixar toda a indústria nacional com uma elevada proporção da maquinaria velha e obsoleta, enfrentando um rival bem equipado e tecnicamente progressivo". (KEMP, 1985, p. 205).

A tendência à queda dos lucros em países amadurecidos industrialmente deve ser colocado em evidência no caso britânico. Havia pouco interesse em investimentos para obtenção de lucros. Mas antes de adentrarmos nesse fator que leva o declínio dos lucros no caso britânico, se faz necessário verificar em Marx a lei geral da queda da taxa lucro para que

possamos extrair desta categoria de análise suas principais relações com as transformações capitalistas.

Sendo assim, a tendência à queda de lucros pode ser explicada por Marx (1983), que considera que o aumento do lucro gerado pela elevação da produção, faz com que os capitalistas disputem mercado entre si. Isto torna desproporcional o nível do mercado em relação ao volume da produção, ou seja, a produção cresce mais que o mercado, acarretando a diminuição nas vendas e, sobretudo na taxa de lucro. Esta relação leva os capitalistas a elevar a composição orgânica do capital para manter ou elevar a taxa de lucro. Dessa forma, a relação que Marx faz entre a composição orgânica do capital e a queda da taxa de lucro, é que a

variação de grau na composição do capital não se dá apenas em alguns ramos de maneira esporádica, porém mais ou menos em todos, ou nos ramos decisivos, implicando, portanto modificações na composição orgânica média da totalidade do capital de uma sociedade determinada. Então, esse aumento progressivo do capital constante em relação ao variável deve necessariamente ter por consequência que da gradual na taxa de lucro. (MARX, 1983, p. 242)

O círculo vicioso é posto, e é demonstrado pelo simples fato da composição orgânica do capital consumir boa parte da mais valia, ou melhor, necessita cada vez mais de maiores taxas de lucros. Dessa forma, o limite do capital está contido na taxa de lucro. Que na visão de Marx (1983, p. 297),

A taxa de lucro, isto é, o crescimento proporcional do capital é sobretudo importante para todas as novas aglomerações autônomas de capital. E logo que a formação de capital fosse exclusivamente de alguns poucos grandes capitalistas amadurecidos, para os quais o montante de lucro compensasse a taxa, extinguir-se-ia definitivamente o fogo sagrado da produção. Esta ficaria inerte.

Essa inércia, apontada por Marx, é observada na Grã-Bretanha, país capitalista amadurecido, pelo fator investimento, ou melhor, pela ausência de investimentos.

Em uma economia de mercado, a tendência natural de acumulação e a elevação da taxa de lucro é a força que sustenta o capital, no seu processo de valorização constante, sobretudo na fase industrial. Porém nos países onde a industrialização não é recente, onde o processo de industrialização já se encontra maduro, é o caso na Grã-Bretanha, há uma forte inclinação impulsionada pelo próprio mercado e pelas forças produtivas em cair à taxa de lucro, e isto se verifica neste país.

Somadas a esta tendência natural de declínio dos lucros, há uma característica peculiar da sua formação social ligada à falta de iniciativa aos investimentos, decorrentes da falta de interesse por parte dos herdeiros da primeira geração da industrialização britânica, declínio do *espírito industrial*, que não está relacionada a um fator essencialmente econômico.

A presença da ideologia liberal e a não aceitação da intervenção estatal, eram fatores que juntos com este declínio tecnológico e do espírito industrial desacelerou o crescimento da indústria britânica, enfraquecendo a economia nacional, assim como também a colocou em um ambiente de competição.

Diante destes fatores que desaceleraram a indústria britânica após 1880, o que era mais nocivo não eram eles em si, mas a falta de interesse da classe industrial em reverter essa situação, em mudar este quadro desfavorável. Essa acomodação da burguesia estava relacionada à sua penetração imperialista nas colônias. Existia uma apatia contra qualquer ação rápida e efetiva que pudesse modificar tal queda na economia industrial britânica.

É interessante relatar o atraso na melhoria tecnológica frente ao avanço industrial dos Estados Unidos e Alemanha na produção de ferro e aço vejamos:

A indústria de ferro britânica era formada por um número relativamente grande de firmas competidoras, com muitas fábricas dispersas fazendo grandes gastos com as velhas técnicas. O carvão era utilizado de modo desperdiçador e uma boa parte da produção visava à procura especializada de utentes que queriam um produto de alta qualidade com determinadas propriedades. Quando da mudança para o aço, a indústria mostrou uma tendência para conservar muitas características existentes (...) O total da produção dos Estados Unidos de ferro fundido e aço era já superior à da Grã-

Bretanha em ferro fundido em 1893 e em aço em 1905. (KEMP, 1985, p.208/209)

Podemos acrescentar que além da inércia britânica frente às mudanças na ordem industrial mundial, os países industriais competidores se apoiavam em tarifas protetoras e formavam até cartéis para manter seus produtos competitivos, e também possuíam uma relação estreita entre suas indústrias com os bancos, o que na Grã-Bretanha não era aceitável se considerarmos o tradicional mercado liberal britânico.

Não havia políticas de modernização, a indústria britânica parou no tempo e no espaço, os lugares aonde se localizavam as indústrias assim como sua estrutura tinha congelado em 1870, e já passava de 1914. No aspecto tecnológico a Grã-Bretanha era dotada de velhas técnicas, que se tornavam difícil aderir às novas. Também se verificava a superação progressiva, da Alemanha, por exemplo, na difusão de ciência e novas tecnologias (corantes sintéticos, produtos farmacêuticos etc.) o que tornava a Grã-Bretanha dependente não só dos produtos químicos alemães, como de outros produtos manufaturados de outros países.

Com a primeira Guerra Mundial verificaram-se nitidamente as fragilidades da economia britânica e seus abalos. Porém este impacto da guerra na Grã-Bretanha não foi um fato isolado, todos os países sentiram em suas economias o impacto da guerra, a Grã-Bretanha não foi o único país a sofrer com os infortúnios bélicos.

Porém, afirmar que a industrialização britânica estagnou, não significa dizer que ela desapareceu ou não teve nenhuma significação no âmbito internacional. Vejamos essa indicação mais de perto:

A construção naval, a indústria da cevada e a manufatura de bicicletas estavam a crescer. O processamento de alimentos (incluindo o chocolate e doces feitos com açúcar importado barato) e o comércio retalhista atraíram alguns dos mais dinâmicos empresários do período anterior a 1914. Nos novos campos, registrava-se o crescimento da indústria de borracha (Dunlop), da seda artificial (Courtaulds) e da refinação do petróleo (Shell). (KEMP, 1985, p.212)

Outro fato interessante de observar, e que está inserido na ativa capacidade da economia britânica, é as formas as quais era obtida a sua lucratividade capitalista, ou seja, as formas pelo qual o capital britânico se valorizava. Esta valorização não se dava somente por meio do capital produtivo industrial, mas também através do capital financeiro, a *City de Londres*, com seus bancos e mercados de capitais se mostrava muito prospera. Isso devido a grande integração da Grã-Bretanha no mercado mundial, que utilizava seu capital para investimentos e financiamentos, sobretudo de longo prazo, para o setor ultramarino⁹.

Podemos traçar em poucas linhas o que era necessário para a manutenção comercial e financeira da Grã-Bretanha, e, sobretudo para sua estabilidade econômica: investimento de capital a longo prazo; Londres como centro financeiro do mundo ; manutenção do padrão ouro e comércio livre. Mudar algo que interferisse nesta estabilidade, era algo impossível de se realizar.

A prosperidade da burguesia britânica era notória, seu poder de liderança na esfera comercial, financeira, marítima e colonial lhe proporcionou isto. Até 1914 esta prosperidade se manteve, mas após este período a economia começa a ruir. Kemp (1985, p. 216) descreve essa mudança, que se transfigura na sua formação econômica e social no seu estágio industrial:

A fisionomia do capitalismo britânico nas vésperas da crise mundial que começou em 1914 é uma economia velha, madura e rica, profundamente envolvida do mercado mundial, tranqüila e algo inflexível face às novas forças da mudança. Tinha sido formada a partir do molde econômico muito peculiar, constituído por um processo secular de formação de relações capitalistas e pelo caráter pioneiro da sua industrialização. Retinha ainda muitas vantagens de um desenvolvimento precoce, sob a forma de riqueza acumulada, uma posição privilegiada no comércio e nas finanças mundiais, a posse de um vasto império colonial. Em contrapartida, carregava no século XX com o peso morto de instituições, estruturas econômicas, tecnológicas, hábitos de espírito e padrões de comportamento que

⁹ De acordo com Kemp (1985), o investimento ultramarino desempenhou um papel importante para economia nacional britânica, vejamos: tornou disponíveis matérias-primas e alimentos e permitiu o seu fornecimento em quantidades cada vez maiores e a preços relativamente baixos; forneceu mercados para exportação de mercadorias que a procura interna não consumiria; encorajou o investimento interno nas indústrias alimentares e na exportação de manufaturas.

tinham cristalizado nas primeiras fases do avanço industrial e do domínio econômico. Isso sucedia, por exemplo, no campo da organização comercial. Firms que em tempos tinham parecido grandes e progressivas, eram agora demasiado pequenas e rotineiras. Os velhos métodos empíricos, satisfatórios num primeiro estágio tecnológico, quando se avança na base dos improvisos e instituições inspirados, encontravam-se ultrapassados em campos em que não podia haver produção eficiente sem um controle laboratorial contínuo.

Enquanto a Grã-Bretanha passava por estas alterações na sua economia, no resto do mundo, mas especificadamente na Europa e nos EUA, a conjuntura era diferente da britânica, com um panorama marcado pela formação de *trusts* e cartéis, uma concisa fusão entre bancos e indústria e com o desaparecimento da competitividade. Divisão do mercado, implantação de tarifas protetoras, fixação de preços, produção em larga escala e concentração vertical (monopólios) eram suas ações mais nítidas. Na Grã-Bretanha havia fortes resistências à implementação destas ações, não existiam possibilidades de realizá-las.

Dessa forma, após 1914 a Grã-Bretanha permanecia com sua antiga natureza individualista nos negócios britânicos e avessos a fusão entre bancos e indústrias, assim os traços das estruturas arcaicas no período inicial da indústria britânica se mantinham. Mas isso não significava a estagnação da economia britânica, ela se conservava madura e firme no cenário mundial.

No plano social, encontrávamos uma Grã-Bretanha industrial e urbana, com uma zona rural ínfima e a inclusão social estava relacionada com o nível de riqueza e rendimentos, somente através de um salário ou propriedade haveria possibilidade de adentrar na esfera social.

É salutar verificar que a formação econômica e social britânica continuou intacta desde sua entrada ao processo industrial em 1870, com uma economia de mercado livre, com competitividade e com intervenção estatal. Era uma economia capitalista moderna e pioneira.

Mesmo em períodos recessivos, e até na competição internacional, a Grã-Bretanha conseguia driblar estes abalos econômicos, isto graças a grande

reserva de riquezas e rendimentos provenientes dos tempos aéreos. Mas se tivesse se adaptado às mudanças no plano científico e tecnológico nas suas indústrias, sofreria menos destes males no século XX. Porém, o determinismo histórico e as circunstâncias algumas vezes até favoráveis naquele momento não faziam diferentes, não permitiria a Grã-Bretanha agir contra sua natureza estrutural.

Com a primeira Guerra Mundial verificaram-se nitidamente as fragilidades da economia britânica e seus abalos. Porém este impacto da guerra na Grã-Bretanha não foi um fato isolado, todos os países sentiram em suas economias o impacto da guerra, a Grã-Bretanha não foi o único país a sofrer com os infortúnios bélicos.

A recessão econômica, fruto desta guerra, não perdoou a Grã-Bretanha, que se encontrava em uma posição desfavorável economicamente se compararmos com países europeus e com os EUA. A transformação e o ajustamento eram emergenciais neste momento na pioneira industrial, que outrora era resistente aos ajustamentos da nova ordem mundial que se desenvolvia entre 1870 e 1914, mas neste período a Grã-Bretanha tinha reservas que possibilitaram certa folga econômica. Com a eclosão da 2ª guerra mundial, estas reservas já não existiam, e o prejuízo teve dimensões bem mais amplas.

2.3.2 Estados Unidos

É no processo de colonização estadunidense que verificamos a gênese da sua formação social e econômica. As análises de Marx (1984) com a ajuda das descobertas de E. G. Wakefield¹⁰ desnuda os fatos principais que levaram a identificar a verdadeira essência no modo capitalista de produção e acumulação no período de colonização estadunidense: a expropriação do

¹⁰ Autor do livro: *England and America* citado por Marx repetidas vezes para explicitar com exemplos empíricos o processo de colonização da Inglaterra nos EUA.

trabalhador em prol do fortalecimento do modo de produção capitalista de acumulação.

A formação social estadunidense no período colonial se baseia na superação dos EUA (colonizados) em relação à Inglaterra (colonizador), sobretudo no que diz respeito à formação da massa de trabalhadores assalariados. Nas colônias inglesas nos EUA verifica-se um aumento significativo da população e conseqüentemente de trabalhadores. O erro da Inglaterra foi levar o “bolo para festa”, ou seja, enviar trabalhadores a terra colonizada. Que por sua vez estes se tornaram assalariados e posteriormente camponeses independentes, ou melhor, concorrentes aos patrões colonizadores ingleses. De acordo com Marx (1984) a Inglaterra importou com seu próprio dinheiro seu próprio concorrente.

As condições para acumulação de capital na colônia eram totalmente diferentes da metrópole, embora as relações entre elas fossem necessárias para a sobrevivência das colônias.

De acordo com Marx (1984) a Inglaterra, a mãe pátria, até tentou impedir a formação de trabalhadores independentes na sua colônia estadunidense através da “colonização sistemática” (fabricar capitalistas na mãe pátria e assalariados na colônia)¹¹, porém não foi fácil e imediato essa ação porque nas colônias o capitalismo encontra uma barreira no seu principal agente, o produtor, que detém os meios de trabalho e através do seu trabalho consegue gerar riqueza para si próprio e não ao capitalista.

Temos assim um embate entre dois modos de produção, onde o capitalismo busca de todas as formas a extinção do meio de produção próprio e a subordinação dos trabalhadores as suas necessidades, gerando a pobreza dos trabalhadores.

Era necessária a figura do trabalhador assalariado, para que o capitalismo se comportasse como tal, legitimado pelo capital, que não é uma

¹¹ “(...) o sistema protecionista que nas suas origens tinha em mira **fabricar capitalistas na mãe-pátria**, e a teoria da colonização de Wekefield, que a Inglaterra procurou por algum tempo pôr em prática através de leis, tem por esse objetivo **fabricar assalariados nas colônias**, chama a isso de ‘**colonização sistemática**’”. (MARX grifo nosso – 1984, p.884).

via de mão única, é uma relação social de produção e historicamente determinada, uma via de mão dupla, uma relação entre capitalistas e trabalhadores, capitalistas que exploram e dominam o trabalhador.

É válido ressaltar que nas colônias a separação do trabalhador e suas condições de trabalho ainda não haviam se rompido, nem a separação da agricultura com a indústria e nem da indústria doméstica rural, como descreve Marx (1984, p. 888).

A idéia de que alterações salariais são determinadas pela exploração capitalista e pela dependência do trabalhador e que geram um equilíbrio da oferta e demanda de trabalho não são aplicáveis às colônias, porque o crescimento da população absoluta é maior do que na metrópole acarretando um amontoado de trabalhadores, como afirmou Marx (1984). Somados a este *superávit* de trabalhadores o fácil acesso a terra e os altos salários permitem que estes trabalhadores acumulem riqueza e se tornem fortes concorrentes dos seus patrões. Foi exatamente desta forma embrionária que se gerou os grandes capitalistas estadunidenses nos anos que se seguiram.

É no sentido de eliminar tal concorrência que o governo estabelece um preço para a terra e obriga o trabalhador a trabalhar muito mais tempo por dinheiro até que tenha condições de se tornar um camponês independente, além também de importar assalariados da Europa para abastecer o mercado. Estas foram ações da “colonização sistemática”. Porém estas ações não surtiram efeito e o que aconteceu foi o desvio dos fluxos emigratórios das colônias inglesas para os Estados Unidos. Marx (1984, p.893) descreve estes fluxos relatando que:

As enormes e contínuas levas humanas, impelidas todos os anos para a América, deixam um sedimento estacionário no leste dos Estados Unidos; a onda imigratória oriunda da Europa lança aí no mercado de trabalho mais gente do que pode ser absorvida pela onda emigratória que daí parte do Oeste.

Dessa forma as maiores dificuldades que a metrópole inglesa enfrentou com a colonização nos EUA foi a mão de obra e terra livre.

A centralização de capital nos Estados Unidos começa a florescer com a Guerra Civil Americana (1861-1865). Com esta guerra a dívida pública chega a patamares bem elevados ocasionando pressões tributárias obrigando o governo a vender terras à especulação financeira para exploração de estradas de ferro, minas etc.

Já mais próximo do nosso atual período, no século XX, as ações e planos políticos-econômicos fazem parte da continuação da formação social econômica estadunidense e se transfiguram no processo de industrialização que foi de suma importância para o desenvolvimento econômico dos EUA. Assim,

é preciso estudar as origens históricas do sistema imperialista e identificar a inter-relação dos vários aspectos da estrutura econômica e financeira dos Estados Unidos, comparando-a à atividade econômica internacional dos negócios e do governo". (MAGDOFF 1978, p.17)

É importante ressaltar que o desenvolvimento do capitalismo no século XX possui dois períodos de grande relevância, o que nos permite traçar um esboço do que seja a atual dinâmica da economia mundial ao qual os EUA está inserido: o primeiro é o período imediato pós-segunda guerra mundial até o início da década de 1970, e o segundo período que compreende o final da década de 1970 ao início da década de 1980.

Após as transformações políticas e econômicas no pós II guerra mundial, nas décadas de 1950/60, inicia-se o processo de instalação das empresas multinacionais. O aumento da centralização destas empresas "supranacionais", principalmente nos Estados Unidos, foi o passo inicial à formação dos conglomerados econômicos que se desenvolveu principalmente através da necessidade de expandir o capital das fronteiras geográficas do processo de multinacionalização.

Os conglomerados econômicos tinham como finalidade reduzir o risco de uma possível redução de lucro e a manutenção do poder financeiro através da diversificação da produção. De acordo com Furtado (1973), os

conglomerados econômicos, detentores de um grande poder financeiro, atuavam simultaneamente em muitos mercados, o que lhes possibilitava uma capacidade excepcional de manobras econômicas.

Assim a expansão estadunidense (até a década de 1960) consolidou-se por meio do sistema de empresas multinacionais no âmbito mundial.

Desta forma, quando tentamos entender a economia internacional, verificamos que as instabilidades monetárias e financeiras são pontos polêmicos. A volatilidade nas taxas de câmbio, o incontrolável fluxo de capitais, as dívidas externas e as elevadas taxas de juros são alguns dos muitos aspectos degradantes do dinheiro mundial e do sistema financeiro internacional. E é nessa perspectiva que foram desenvolvidos os acordos do sistema que solucionaria os problemas que atacavam a economia internacional no pós-guerra. Neste sistema, o objetivo que o impulsionava era a reconstrução dos países aliados arrasados pelas duas grandes guerras e a criação de uma moeda que pudesse dar certa estabilização monetária. Assim se germinava o sistema de *Bretton Woods*.

Os acordos de *Bretton Woods* determinaram a existência de taxas fixas de câmbio, com base no ouro, o padrão câmbio-ouro, no qual as reservas consistem em ouro e divisas, que o centro de reserva pode converter imediatamente em ouro mediante solicitação.

Assim no pós-guerra, os Estados Unidos se tornaram uma potência econômica e o acordo de *Bretton Woods*, em prol da restauração dos capitais estadunidenses, refletia tal posição. Internacionalismo e Liberalismo eram as palavras de ordem para os Estados Unidos.

Nos primeiros anos (aproximadamente até 1960), o padrão de *Bretton Woods* foi amplamente benéfico para a economia dos Estados Unidos. A transferência de dólares para a Europa permitiu compras de bens e serviços dos Estados Unidos, gerando saldos comerciais favoráveis e baixo desemprego quase sem inflação. As empresas multinacionais aumentaram o poderio econômico dos Estados Unidos, e sua capacidade bélica cresceu muito com a instalação de bases militares por todo o mundo. Portanto, houve uma

conjugação de hegemonia econômica, militar e política, que na época fora denominada de “*Pax Americana*”.

Entretanto, esses anos de glória dos Estados Unidos estavam fadados ao fim. A “*Pax Americana*” começou a ruir na década de 1960. Segundo Wachtel (1988), ao invés dos Estados Unidos reformarem as instituições, a política adotada foi a de administrar as crises, sem chegar-se a um acordo que solucionasse os problemas. “Para que o sistema de *Bretton Woods* funcionasse os EUA tinham de exportar liquidez em dólares para o resto do mundo, em troca manter um persistente e crescente déficit em seu balanço de pagamento” (WACHTEL, 1988, p. 65-66).

Com os volumosos empréstimos estadunidenses cedidos aos países como os da Europa e o Japão¹², estes perceberam que esses investimentos possibilitariam o desenvolvimento de suas indústrias. Assim esses países começaram a se sobressair em relação aos Estados Unidos.

O bem-sucedido financiamento da reconstrução da Europa pelos EUA tornava os produtores europeus competitivos com os norte-americanos e contribuía para diminuir a repatriação de dólares através de exportações americanas. A Europa não precisava importar tanto do EUA (WACHTEL, 1988, p. 66).

Essa redução da repatriação dos dólares através de excedentes comerciais estadunidenses sinalizava uma das principais rachaduras do sistema de *Bretton Woods*.

A perda de reservas estadunidenses, o crescimento dos passivos externos oficiais e o desenvolvimento do mercado de eurodólares, tudo isso refletiu na crise do dólar e no sistema de *Bretton Woods*, já que era baseado nesta moeda. Assim a acumulação de passivos externos dos Estados Unidos aos demais países desenvolvidos contribuiu para a institucionalização do mercado de euromonedas, este favoreceu a crise e o fim do sistema de *Bretton*

¹² Para a Europa foi cedido US\$ 20 bilhões (plano Marshall) o que explica a prosperidade vivida pelos países europeus ocidentais durante as décadas de 1960 e 1970. Para o Japão, no período da guerra fria, foram cedidos empréstimos que possibilitaram ao Japão adquirir utilitários para guerra da Coreia, beneficiando assim a Toyota.

Woods e conseqüentemente com o fim da conversibilidade do dólar em ouro e do câmbio fixo, marcas deste sistema.

Mesmo com a queda do sistema de *Bretton Woods*, o comércio e os investimentos globais continuaram em níveis crescentes de atividade, embalados por crises periódicas de superprodução. A supremacia dos Estados Unidos não acabou e o dólar não saiu de cena. E a partir de então é remodelado o sistema do “padrão-dólar”. O uso de dólar nas transações internacionais se elevou, mesmo com desvalorizações frente ao ouro. O dólar, inconvertível, procurava seu espaço de qualquer maneira como moeda de reserva internacional, como o ouro era no sistema de *Bretton Woods*. O dólar reforçava o mesmo papel de moeda de reserva internacional, isso devido a centralização do poder monetário dos Estados Unidos sobre o resto do mundo. Era inédito, porque nunca tinha acontecido na história do mercado monetário mundial até então.

Nos anos que se seguiram, não houve resistência ao avanço da moeda dos Estados Unidos. A Europa e o Japão não apareceram com qualquer unidade monetária competitiva com o dólar, embora tenha havido várias tentativas.

Neste momento, é desencadeada uma série de mecanismos para implantação do padrão dólar puro (governo de Nixon). O corte da ligação entre o ouro e o dólar somado ao aumento do preço do petróleo formaram os passos iniciais.

O controle dos Estados Unidos sobre os países produtores de petróleo, levou as relações financeiras internacionais a se desgarrarem dos bancos centrais nacionais e foram paulatinamente se concentrando nos operadores financeiros privados. Assim Nixon conseguiu ter uma política monetária unilateral, com o padrão dólar.

A elevação do preço do petróleo pressionou as receitas em dólar dos países produtores de petróleo. Como estes países não podiam absorver estes recursos, restou aos Estados Unidos absorvê-los, sendo denominados de

petrodólares. Uma vez reciclados nos bancos privados estadunidenses e europeus, os *petrodólares* fortaleciam o dólar.

De acordo com a definição dada por Gowan (2003), o novo sistema monetário internacional, o Regime do Dólar – *Wall Street* (DWSR) sustentava-se no dólar, que era a moeda corrente do mundo, e também a *Wall Street* que se tornara o centro de negociação financeira. Havia uma reciprocidade mútua entre o dólar e *Wall Street*. A força de *Wall Street*, como centro financeiro, reforçou o domínio do dólar, assim como o dólar reafirmou o domínio de *Wall Street* como centro financeiro mundial.

Porém no início da década de 1970, em meio a um cenário marcado pela crise estrutural, as taxas de acumulação do capital nos países avançados começaram a apresentar trajetórias de desaceleração. Nem mesmo as estratégias, no âmbito da produção, voltadas ao aumento da produtividade, propiciaram a retomada da acumulação em patamares desejados. Neste contexto de aumento das barreiras à valorização do capital, originadas do aumento do conflito entre capital e trabalho, configura-se um excesso de capacidade e de produção no setor manufatureiro. Os preços do setor manufatureiro mundial não foram capazes de elevar na mesma proporção dos custos diretos de produção. Toda essa dinâmica propiciou, ao longo da década de 1970, uma desaceleração nas taxas de crescimento do produto, da produtividade e dos lucros nas economias capitalistas.

Muitas transformações estruturais foram concebidas objetivando recolocar o capital estadunidense em uma posição central na economia mundial. Sendo assim, desenvolveu-se o sistema de financeirização, inserido em um processo de retomada da supremacia estadunidense, paralelo ao aumento da corrida armamentista e ao programa “*guerra na estrelas*”. Tudo isso no sentido de recuperar as taxas de lucros do setor produtivo permitindo a expansão econômica e geopolítica dos Estados Unidos.

Entretanto, essas transformações introduzidas no plano da produção não foram suficientemente capazes de alavancar a retomada da acumulação produtiva aos níveis dos “*anos gloriosos do capital*”. Segundo, Balanco e Pinto

(2004), a superestrutura financeira envereda por uma trajetória de deslocamento atrofiado relativamente à esfera produtiva, destacando-se as alternativas de realização do lucro financeiro, primeiro na forma de capitais de empréstimos e, depois, como capitais voláteis especulativos, configurando-se a partir desse momento uma dinâmica de acumulação predominante financeira.

De acordo com Salama (2000), a nova superestrutura financeira levantada depois dos anos 1970 viabilizou a chamada *financeirização*, quer dizer, a diminuição acentuada das restrições com as quais as empresas se deparavam para obterem um diferencial de rentabilidade positiva quando aplicam seus capitais em investimentos financeiros ao invés de em investimentos produtivos.

Toda essa mudança na dinâmica da economia mundial, liderada pelos Estados Unidos, abriu caminho para o prevalecimento do lucro em seu caráter financeiro, o que passou a limitar a acumulação mediante a reativação do capital produtivo.

Na segunda metade da década de 1990 os Estados Unidos elevaram sua atividade econômica em decorrência dos seus ganhos de corretagem sobre o capital financeiro nacional e internacional e, também das políticas keynesianas (gastos bélicos, por exemplo). Porém, países como o Japão e União Européia não obtiveram crescimento em suas economias, pois com o avanço da acumulação financeira verificou-se uma desaceleração do nível de atividade da economia mundial, com taxas reduzidas nas décadas de 1980 e 1990, na Europa, e na década de 1990 no Japão.

Todo esse processo histórico de financeirização da economia mundial que verificamos, sobretudo a partir da década de 1970, proporcionou aos Estados Unidos as bases estruturais ao seu desenvolvimento imperialista no início do século XXI, que iremos analisar na seqüência. Magdoff (1978, p.190) nos sinaliza que:

A imensa prosperidade norte-americana no decorrer dos anos posteriores à II Guerra Mundial está enraizada nesse papel dominante. A manutenção do “establishment” militar e de suas atividades tem sido uma fonte importante, direta ou não, de negócios e lucros. A indústria e as finanças alastraram-se lucrativamente pelo

mundo, sob a proteção dessa força militar, patrulheira do globo. A expansão exterior, militar, financeira e industrial deu apoio à tomada de liderança pelos Estados Unidos no setor bancário mundial e à dominação do dólar como moeda mundial de reserva. Por sua vez, o papel central do mercado de dinheiro dos Estados Unidos tem-se prestado ao financiamento de operações militares no estrangeiro, à expansão internacional da indústria e do setor bancário e ao emprego do auxílio externo como instrumento de controle e dominação da rede imperialista.

Assim, os Estados Unidos obtiveram o grande domínio sobre os fluxos financeiros, este domínio foi fundamental para colocá-los na posição de economia capitalista hegemônica, sobretudo no âmbito militar e político diplomático, impondo seu seus interesses na Organização Mundial do Comércio (OMC). Retomaremos com maior detalhamento toda essa conjuntura econômica e política estadunidense e mundial no período pós segunda guerra mundial no **capítulo 4 PÓS-GUERRA E PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DAS AÇÕES E PLANOS POLÍTICO-ECONÔMICOS NO SÉCULO XX: BASES PARA O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Já no amanhecer deste presente século (XXI), surge um “novo imperialismo” liderado pelos os Estados Unidos, que tenta exercer um domínio preponderante sobre os demais países, para a manutenção e à ampliação do controle do mercado mundial, das fontes de matérias primas e da ideologia mundial. Entretanto, O imperialismo estadunidense não visa somente a expropriação de capital sobre os países sobre seu domínio econômico, vai além disso, e tenta coibir uma revolução social.

De acordo com Magdoff (1978), o imperialismo possui alguns elementos que faz com que se possa caracterizar com um “novo imperialismo”, são eles: 1) o destaque passou da rivalidade no retalhar o globo para a luta contra a contração do sistema imperialista; 2) o novo papel dos Estados Unidos como organizadores do sistema mundial; 3) um avanço tecnológico de caráter internacional.

O poder imperialista estadunidense nesse início de século, manifesta-se das mais variadas formas de dominação. Estas sofrem freqüentes mutações nas determinações formais e funcionais do Estado-nação estadunidense. Estas determinações estão inseridas em um conjunto de tendências imperialistas que

se apresentam neste início de século (XXI) como principais formas de dominações, ou melhor, fontes do poder dos Estados Unidos. São elas: **Ocupação militar (*hard power* ou poder bruto)**. No que concerne à ocupação militar de territórios, os Estados Unidos, desde 1991, vêm exercendo um ativismo militar sem precedentes como comprova a ampliação de suas bases militares nos mais diversos países, e principalmente, as ocupações recentes do Afeganistão e do Iraque; **Dominação política**. Através do controle direto e indireto sobre as principais instituições supranacionais (FMI, Banco Mundial, OTAN e OMC). Tais instituições se voltam ao direcionamento de novos processos de integração do capital nos mais diversos espaços mundiais sob o comando estadunidense. E também por meio das políticas externas dos Estados Unidos; **Dominação cultural e ideologia (*Soft Power* ou Poder Brando)** ¹³ como denomina Nye (2002). De acordo com este autor, a universalidade da cultura de um país e sua capacidade de estabelecer um conjunto de normas e instituições favoráveis que governa em setores de atividade internacional são fontes decisivas de poder. Os valores da democracia, da liberdade pessoal, na mobilidade social e da abertura, frequentemente expressos na cultura popular estadunidense, a instrução superior e a política externa contribuem com o poder dos Estados Unidos em muitas áreas. Os Estados Unidos vêm utilizando os mais diversos meios para disseminar a economia de mercado, a “democracia pluralista” estadunidense e os valores culturais consumistas. A dominação cultural e ideológica é um dos principais instrumentos de dominação e controle, pois a ideologia dos dominantes tende a ocultar e esconder dos dominados as contradições e as barbáries da economia capitalista; **Âmbito econômico**. O poder estadunidense no nível econômico é originário do seu domínio do comércio internacional e dos mercados financeiros.

É através de todas essas fontes de poder que os Estados Unidos reafirmam e ampliam seu poder imperialista, que no início do século XXI, se

¹³ [...] existe um modo indireto de exercer o poder. Na política mundial, é possível que um país obtenha os resultados que quer porque os outros desejam acompanhá-lo, admirando os seus valores, imitando-lhe o exemplo, aspirando ao seu nível de prosperidade e liberdade. Neste sentido, é igualmente tão importante estabelecer a agenda política mundial e atrair os outros quanto forçá-los a mudar mediante a ameaça ou o uso das armas militares ou econômicas. A este aspecto de poder – levar os outros a querer o que você quer -, dou o nome de poder brando (NYE, 2002, p. 36).

transformam constantemente em prol do fortalecimento deste “*novo imperialismo*”. Porém a Alemanha e Japão não estão omissos frente à hegemonia estadunidense, estes países se matem fortes e competitivos na atual fase de rivalidades imperialistas.

3.0 GUERRAS MUNDIAIS E RIVALIDADES IMPERIAIS.

As duas grandes guerras do século XX nos mostraram um grande número de modificações estruturais na economia, na geopolítica e na cultural dos países. Podemos afirmar que estas guerras foram um grande aprendizado de geografia no mundo, pois permitiu perceber as movimentações espaciais, levando-nos a uma reflexão mais completa dos acontecimentos mundiais.

Entretanto o objeto deste trabalho recai sobre a importância dos movimentos históricos, no sentido de visualizarmos as rivalidades entre os países no período das grandes guerras mundiais. Perceber como os grandes impérios se formaram e como se desagregaram ao longo do século XX, e, sobretudo, como se manifestaram no decorrer das guerras, este é o caminho a ser percorrido nesta exposição histórico bibliográfica.

3.1 A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

O panorama mundial entre o final do século XIX e começo do século XX era representado pelas grandes potências imperiais da Europa e pelos Estados Unidos. A disputa por dominações econômicas e políticas era o que impulsionava estas potências, haja vista que neste período não havia territórios livres para serem ocupados. Sendo assim, as buscas de novos investimentos de capitais para gerar impérios econômicos em regiões economicamente fracas, foi o que restou a estas potências.

As competições entre os países dominantes fizeram gerar monopólios, estes por sua vez controlavam grande parte da economia. Esta era uma nova fase do capitalismo mundial, denominada de imperialismo pelos os estudiosos da época.

Foi inevitável o choque entre as potências imperialistas, que impulsionou a deflagração da primeira guerra mundial.

O assassinato de dois membros do império Austro-Húngaro por um sérvio é a melhor representação do cenário no início do século XX que culminou posteriormente em divergências regionais. Este atentado, denominado como o atentado de Sarajevo é o ponto de partida e a causa imediata para o início da grande guerra, a primeira guerra mundial. A existência de rivalidades imperiais em relação às grandes potências já era visível, pois cada potência agia de acordo com os seus interesses nacionais. De acordo com Kennedy (1989, p. 246):

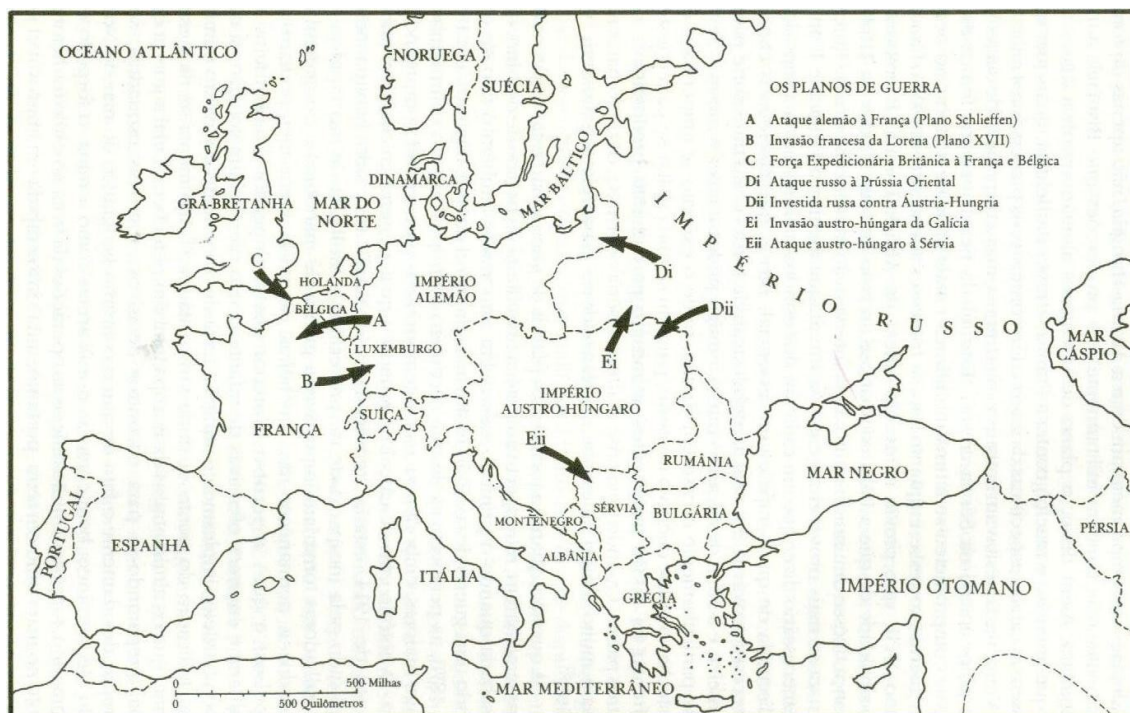
O assassinato de julho de 1914 é um dos conhecidos exemplos na História de um fato particular que provoca uma crise geral, e em seguida uma guerra mundial. As exigências da Áustria-Hungria à Sérvia, sua rejeição da conciliatória resposta sérvia, e seu ataque a Belgrado levaram à mobilização russa em apoio ao aliado sérvio.

O incidente de Sarajevo é apenas um reflexo das verdadeiras razões políticas e econômicas que se desenvolviam naquele início de século, período que a grande prosperidade política, econômica e social estava em vigor (*belle époque*), mas detrás dessa aparência de tranquilidade estavam graves problemas econômicos e a guerra pôs fim a toda esta aparente prosperidade.

As reais motivações para deflagração da guerra estão inseridas em um ambiente nacionalista que se difundia pela Europa, a este se somava a rivalidade econômica e política entre diferentes países além do processo de militarização e a corrida armamentista que se desenvolvia. Assim as causas da guerra situam-se conforme Bandeira (2006, p. 63):

Diversos e complexos fatores (econômicos, político, moral, ideológico) concorreram para sua deflagração. O nacionalismo, como expressão ideológica do Estado-nação, exacerba-se, entre os fins do século XIX e início do século XX. Contudo, a competição comercial concorreu decisivamente para induzir as principais potências industriais e deflagrarem o conflito, que elas desejavam e para o qual se haviam preparado.

A partir de então, especialmente o mapa da Europa se redesenha em prol de uma luta de interesses, com fortes instabilidades, colocando Alemanha, Áustria-Hungria e Itália juntas formando a Tríplice Aliança, do outro lado, países aliados: Grã-Bretanha, França e Rússia, formam uma aliança gerando a Tríplice Entente. O que apenas unia esses dois blocos era a existência de inimigos em comum. Vejamos o mapa das potências e seus planos na guerra:



MAPA 1 - As potências europeias e seus planos de guerra em 1914

Fonte: Kennedy (1989, p. 247)

Através do mapa acima verificamos os deslocamentos e as intenções das grandes potências europeias com suas dominações territoriais, que visavam, sobretudo, uma maior dominação política e econômica.

É interessante verificar que na germinação da 1ª guerra, a presença das rivalidades dos antigos impérios (Império Alemão, Império Britânico, Império Turco Otomano, Império Austro-Húngaro, Império Russo etc.) era algo nitidamente presente, e que se iniciou com uma rivalidade regional entre dois impérios. Perpassou posteriormente por uma luta armada pela Europa, sendo a arquitetura de um conflito maior, conflito formado anteriormente por uma teia de alianças, acordos e tratados secretos em prol de uma luta de poderes centrais, ou seja, por rivalidades imperiais.

É sabido que no período de guerra e concorrência a redução preços se faz pela elevação da produtividade do trabalho, esta por sua vez desenvolve-se através, sobretudo com acréscimo de novos recursos tecnológicos. A guerra cria e beneficia-se com o desenvolvimento tecnológico, e como já sabemos a superioridade no desenvolvimento das pesquisas científicas básicas, ou, mas precisamente o desenvolvimento tecnológico e científico é de fundamental importância para elevar o potencial de uma guerra, a própria guerra é geradora e impulsionadora do desenvolvimento tecnológico para seu benefício próprio. Como nos exemplifica Bandeira (1996, p. 64):

(...) com o avanço da tecnologia experimentassem novas armas e recorressem ao terror, em uma escala sem precedentes da história. A Alemanha, cuja indústria química era a mais adiantada, introduziu o gás venenoso nos campos de batalha. E tanto os Aliados quanto a Alemanha empregaram pela primeira vez aeroplanos para bombardeios, assim como submarinos, torpedeando navios de passageiros e aterrorizando os civis.

Com base em Araripe (2006), observamos que a 1ª guerra beneficia-se no aspecto tecnológico, devido ao salto industrial que ocorreu na Revolução industrial e segue além desse benefício. O desenvolvimento tecnológico difundido na Revolução Industrial primeiramente na Inglaterra e logo após para o resto da Europa e para os Estados Unidos, gerou um acirramento entre estes países, cada um lutando para absorver cada vez mais o progresso tecnológico e fazer combater seu inimigo com armas mais poderosas.

Estrada de ferro, telegrafia sem fio, desenvolvimento do motor a explosão e do motor elétrico, submarinos, ações especiais e mecânica pesada e o desenvolvimento da indústria química foram alguns dos desenvolvimentos tecnológicos que serviram a guerra e sobretudo fizeram cada vez mais avançar no tempo científico.

O andamento da guerra caminhou por dois momentos, o primeiro é marcado por um maior ajustamento de estratégias com movimentos iniciais e rápidos envolvendo grandes exércitos e atitudes muitas das vezes impensadas e mal calculadas por parte dos países envolvidos. O jogo de Alianças e as hostilidades arrastaram vários países para o conflito.

A fase posterior caracteriza-se por uma combinação de ações ofensiva e defensivamente que agiam com maior presteza e objetividade. Araripe (2006, p.335) resume o segundo momento da guerra descrevendo que “a fracassada ofensiva franco-britânica em Artois, em junho de 1915, marca o início da guerra de Posição; a vitória aliada na batalha de Amiens, em agosto de 1918, é seu fim”, é justamente dessa forma que o andamento da guerra se configurou.

As ações iniciais começam do lado ocidental pela invasão Alemã na Bélgica e pode ser visto no **MAPA 1** acima, através da sinalização **A**. A Bélgica impõe resistência, porém não lhe é suficiente, e a Alemanha avança pela Bélgica e prossegue para o território francês¹⁴. Na França a Alemanha encontra situações de recuo e ofensivas, mas consegue êxito nas suas ofensivas no território francês. Mesmo com a iniciativa russa de atacar à Alemanha, na frente oriental, a Alemanha com apoio austro-húngaro, encontra maiores forças para dominar os exércitos russos. A aliança Alemanha/Áustria-Hungria tinha considerável superioridade industrial e tecnológica sobre a aliança franco-russa, além disso, a Alemanha possuía condições geográficas favoráveis, enquanto que a França encontrava-se bem distante da Rússia o que dificultava a comunicação para ações de guerra.

¹⁴ Este foi o Plano Schlieffen, ataque preventivo a oeste, via Bélgica, contra a França.

Na batalha de Verdun¹⁵, a Alemanha disputa com a França, mas fracassa, e procura outras formas vencer a França nas batalhas subseqüentes. Os Estados Unidos forneciam alimentos, combustível, produtos industriais e máquinas para França e Inglaterra, mas como passar do tempo, e com as baixas da França e da Inglaterra na guerra, o temor dos Estados Unidos de que estes países não pudessem pagar suas dívidas era real e resolvem sair da neutralidade e iniciarem sua participação na guerra. Esta ação tem uma importância salutar, pois a coalizão franco-russa jamais teria vencido sem ajuda dos Estados Unidos, é neste momento que novos ares surgem. A Alemanha tenta de todas as formas continuar na disputa, antes que a ajuda dos Estados Unidos atrapalhe. A verdade é que a Alemanha não teve tempo de reagir, pois,

em março de 1918, mas de 300 mil e, em agosto, mais de 1 milhão de americanos, sob o comando do general John Pershing (1860-1948), estavam na Europa e muitas eram preparados nos Estados Unidos. Tropas frescas, de homens bem treinados, bem equipados e com um apoio logístico que nem os alemães nem os aliados haviam vistos. (ARARIPE, 2006, p. 339)

Com a ajuda salutar dos Estados Unidos, na batalha de Amiens, os aliados conseguem neutralizar a frente alemã e a guerra se finda. A saída dos Estados Unidos da sua neutralidade na guerra não foi simplesmente para ajudar de forma fraterna os aliados, mas sim conter a ameaça alemã em relação aos seus interesses.

O Tratado de Versalhes (1919) põe fim à guerra e um armistício entre a Alemanha e os aliados foi assinado. O período pós primeira guerra é marcado por uma serie de tratados de paz que visavam reparações de guerra, sobretudo para Alemanha, país derrotado. Mas a Europa no pós 1ª guerra sofre algumas alterações importantes no âmbito geográfico, e podemos vê-la no **MAPA 2** abaixo.

¹⁵ De acordo com Araripe (2006, p.338) a Alemanha (...) “numa ofensiva com gigantesco apoio de artilharia, pretendeu literalmente sangrar o Exército Francês, por meio de um ataque ao bastião fortificado Verdun”.



MAPA 2 : A Europa depois da 1ª guerra mundial

Fonte: Kennedy (1989, p. 268)

Verificamos varias modificações regionais, uma delas é a dissolução do império Austro-Hungaro formando outros países. A França obteve novamente as regiões da Alsácia-Lorena e também “ganhando” da Alemanha as colônias

de Togo e Camarões na África. O império Turco-Otomano também desapareceu e no seu lugar ficou a República da Turquia. Em relação à Alemanha, Araripe (2006, p.345) descreve:

A guerra de 1914-1918 provocou profundas modificações territoriais na Europa. Pelo Tratado de Versalhes, a Alemanha perdeu, um sétimo de seu território e 10% de sua população, para a França, a Bélgica, a Polônia, o Japão e Grã-Bretanha (...) Danzig, hoje a polonesa Gdansk, tornou-se “cidade livre”, separada da Prússia Oriental pelo corredor polonês, criado para dar à Polônia acesso ao Báltico. Os dois impérios, alemão e austríaco, tornaram-se repúblicas, proibidas de se unirem.

Com o fracasso na guerra, a Alemanha perde suas colônias, ficou proibida de possuir forças armadas e teve ainda que pagar indenizações aos “vencedores”.

Esta guerra contemplou o desenvolvimento e o fortalecimento dos monopólios, e paralelamente, engendrou o imperialismo como uma nova fase do sistema capitalista. As rivalidades imperiais no âmbito econômico e político, imbuídas pela competição comercial e os interesses nacionais entre diferentes países, desencadearam essa primeira experiência de guerra mundial, que surgiu a fim de resolver a crise econômica que assolava os países europeus e os EUA.

A modificação do mapa europeu se redesenha com o desenrolar da guerra, tudo em favor dos interesses (dominação territorial em prol de maior dominação política e econômica) dos países envolvidos neste confronto.

É especialmente digno de nota, que no contexto desta guerra o avanço tecnológico nunca fora tão endeusado e fortalecido. Neste período a tecnologia ganha força para servir a guerra, e se desenvolve no próprio seio na guerra. Os países envolvidos neste confronto utilizam armas mais sofisticadas (desenvolvidas com o progresso tecnológico) objetivando conter seus inimigos. Esta experiência tecnológica em prol da atividade de guerra foi tão importante, pois a partir de então será a mola propulsora da economia de guerra.

Quando observamos o confronto entre os países, observamos que a guerra muda de plano quando os Estados Unidos resolvem entrar na guerra de fato, pois outrora este país somente fornecia matérias primas para os países envolvidos. Mas uma vez vale ressaltar que a entrada dos Estados Unidos não fora somente para ajudar os países Aliados, como aparentemente parecia ser, e sim para conter o avanço alemão em relação aos seus interesses econômicos e políticos. A Alemanha por sua vez é derrotada da guerra, devido à forte presença estadunidense, perdendo boa parte das suas colônias, enfraquecendo-a.

No pós Primeira Guerra observamos uma enorme e importante mudança no âmbito geográfico, o mapa europeu recebem modificações que posteriormente serão de suma importância para entendermos as transformações mundiais posteriores.

Esta guerra contempla os EUA, colocando em um lugar ao sol no cenário mundial. É fato que os EUA saíram de devedores da guerra e passam a ser credores. Sendo assim, não podemos perceber o resultado desta guerra somente pelo lado que beneficiou alguns países europeus, mas, sobretudo identificar o deslocamento do poder mundial da Europa para os EUA.

3. 2 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: A GRANDE GUERRA

Como a primeira guerra mundial não resolveu todas as rivalidades e divergências políticas e econômicas entre as grandes potências imperialistas envolvidas na guerra, os conflitos continuaram até a eclosão da segunda guerra mundial, que mobilizou toda capacidade material (utilização industrial militar) e humana (morte em massa, mortes na frente de batalha etc.) e foi denominada como guerra total por esta razão.

A união de antigos inimigos, foi presente, como foi o caso dos aliados: Estados Unidos, Grã-Bretanha e União Soviética. Um dos fatores em comum entre os países envolvidos na guerra foram à luta indiscriminada (com a

utilização de força total imobilizando os adversários) e a ausência de acordos de paz (com rendição incondicional). Na Alemanha, Hitler pretendia dominar a Europa e transformar os países do ocidente em Estados vassalos.

Outro elemento salutar nesta guerra foi à utilização da planificação e centralização da economia como artifício que possibilitassem aos países o uso de todas suas forças contras os adversários, dessa forma a produção se voltava para o plano militar. Além disso, esta guerra foi uma excelente absorvedora de trabalhadores desempregados pela crise de 1929 (pleno emprego). Elevar a eficiência produtiva era o motor que regia a guerra, diversos avanços tecnológicos e produtivos foram desenvolvidos, assim o vencedor desta guerra seria quem tivesse êxito no plano produtivo industrial. Aqui se faz presente a economia de guerra.

De acordo com Hobsbawn (1995, p.54) no aspecto do desenvolvimento econômico, a guerra:

Adiantou visivelmente a tecnologia, pois o conflito entre beligerantes avançados era não apenas de exércitos, mas de tecnologias em competição para fornecer-lhes armas eficazes e outros serviços essenciais (...) a guerra ou a preparação da guerra para guerra foi um grande mecanismo para acelerar o progresso técnico, “carregando” os custos de desenvolvimento de inovações tecnológicas que quase com certeza não teriam sido empreendidos por ninguém que fizesse cálculos de custo benefício em tempo de paz, ou teriam sido feitos de forma mãos lenta e hesitante.

Vários foram os motivos que impulsionaram o desenvolvimento da grande guerra, mas a insatisfação da Alemanha diante dos acordos de paz (tratado de Versalhes) pós-primeira guerra mundial que resultou na perda alemã de boa parte dos seus territórios, população, poderes políticos, econômicos etc., foi o maior dos fatores que resultou na deflagração da 2ª guerra. A 1ª guerra não solucionou todas as divergências e problemas das grandes potências imperialistas, assim o tratado de Versalhes representou apenas uma pequena trégua entre as grandes potências envolvidas na guerra.

De um lado, após a 1ª guerra, a Alemanha encontrava-se bem debilitada, do outro a União Soviética estava marginalizada em relação às outras potências. Foi desta situação que a Alemanha aproveitou e fez acordos com a União Soviética e começou a se reerguer militarmente.

A situação dos EUA era bem confortável, sobretudo porque foi vencedor na 1ª guerra, e também porque adquiriu com as vendas de armamentos para as outras potências volumosos resultados econômicos. Além disso, o governo estadunidense adotou uma política isolacionista.

A primeira movimentação da 2ª guerra se inicia na invasão nipônica a China, esta buscava matéria prima para suas indústrias.

A tomada do poder por Adolf Hitler em 1933 coloca a Alemanha novamente no cenário europeu. Hitler apoiado por seu partido nazista almejava desenvolver a Alemanha em uma superpotência militar e assim começa a reconstruir a Alemanha, que ficara paralisada entre 1919 e 1933. O rearmamento foi seu foco inicial e principal, como afirma (TOTA, 2006, p. 360):

Os nazistas iniciaram, secretamente, o rearmamento do Exército, a criação de uma força aérea e o reaparelhamento da Marinha. Não é coincidência que grandes corporações ficassem satisfeitas com a ascensão dos nazistas. A Krupp e a Thyssen, grandes fabricantes de armas, por exemplo, passaram a receber encomendas lucrativas.

Essa movimentação de industrialização pesada e de rearmamento alemão, também se desenvolvia na Itália com Benito Mussolini e no Japão com os governos militares.

Remilitarização da Renânia, a conquista do território da Tchecoslováquia e anexação da Áustria pela Alemanha foram os passos iniciais para conquista do espaço vital que fortalecia o nazismo. A invasão italiana na Etiópia fortalecia o fascismo na Itália, e assim germinava o cenário para atuação da 2ª guerra mundial.

A primeira fase da guerra inicia-se na fronteira oriental alemã, com a invasão nazista à Polônia, esta por sua vez era uma região geográfica e estrategicamente favorável, pelo fato de ligar a Prússia oriental ao resto do território alemão, sendo de fundamental importância para os planos nazistas, como pode ser visto no mapa abaixo.



MAPA 3 : Europa em 1939

Fonte: Tota (2006, p.365)

Mesmo com apoio da França e da Grã-Bretanha que declarou guerra a Alemanha, a Polônia não teve estrutura para reagir. Estes esforços não foram suficientes e a Alemanha anexa o território Polonês.

Para conseguir livre tráfego pelo mar e conseguir se abastecer na Suécia de minério de ferro para suas indústrias, a Alemanha domina a Noruega e a Dinamarca. Na fronteira ocidental da Alemanha com a França as forças alemãs estavam fortalecidas, sobretudo pelo ataque estratégico da Alemanha sobre a Holanda e a Bélgica dominando-as a fim de ter acesso ao território

francês que se encontrava entrincheirado. Mesmo com a ajuda da Grã-Bretanha a França não teve como reagir e “os franceses jamais vão esquecer o que aconteceu em 4 de junho de 1940, quando as tropas nazistas marcharam pelos bulevares parisienses e a bandeira alemã com a cruz suástica foi afixada na Torre Eiffel” .(TOTA, 2006, p.367)

A guerra franco-alemã se estendeu, mas ao findar-se a Alemanha dominou a França e ficou com parte do território francês (norte da França e toda costa atlântica). Com a derrocada francesa o próximo passo nazista foi a Grã-Bretanha, e assim se iniciou essa disputa, porém a forte resistência britânica através da sua força aérea impediu que a Alemanha ganhasse essa disputa fazendo com que as forças alemãs recuassem.

Após não ter sucesso com a batalha contra a Grã-Bretanha, a Alemanha nazista volta sua atenção para a fronteira leste, e começa planejar um ataque secreto a União Soviética que ficou conhecida como Operação Barbarosa. Atingir o leste era a garantia alemã de manter o fornecimento de matéria prima para manutenção da sua indústria bélica, além do que, o verdadeiro inimigo da Alemanha era a União Soviética. Em 1941, a União Soviética foi invadida pelas forças nazistas, como nos descreve (TOTA, 2006, p. 370):

O Exército soviético estava sendo batido. Os aviões da Força Aérea foram, em grande parte, destruídos antes mesmo de conseguirem levantar vôo. Estimativa mais recentes calculam que cerca de 4 mil aviões soviéticos foram postos fora de combate nas primeiras semanas. Apesar da tentativa de resistência, muitos soldados do Exército Vermelho foram feitos prisioneiros logo nos primeiros dias.

Dessa forma, o início da dominação nazista sobre o exercito vermelho russo foi superior e eficiente. Porém em uma região modesta no sul da União Soviética os russos conseguiram uma pequena, mas significativa vitória que os fizeram reavaliar sua posição diante da forte dominação nazista que se manifestava como total humilhação. A resistência soviética somada à ajuda das más condições climáticas contra a tropa nazista conseguiu furar a invencibilidade alemã.

De acordo com Tota (2006), o que realmente impulsionava a invasão das tropas alemãs era o fator essencialmente econômico, pois o grande temor de Hitler era de ser superado economicamente pelas indústrias soviéticas, e assim almejava os recursos naturais (minérios, petróleo etc.) e a agricultura soviética, até mesmo para manutenção da máquina nazista. A rivalidade imperialista era no plano essencialmente econômico.

Depois dos soviéticos terem detidos os nazistas, a nova movimentação da guerra direcionou-se ao Pacífico. O Japão ataca uma base aérea estadunidense em Pearl Harbor no Havaí e os EUA declaram guerra ao Japão, entrando na guerra. Alemanha e Itália apóiam o Japão, e os países do eixo está formado. Tanto o Japão como os EUA ambicionavam matérias primas para suas indústrias na mesma região, e eliminando a presença dos EUA nas colônias holandesas e britânicas na Ásia, o Japão poderia ter acesso a essas regiões.

A saída dos EUA do isolacionismo, e a conseqüente entrada deste país na guerra gerou a formação da grande aliança: Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética, inimigos dos países do eixo. Mesmo que o Japão tenha forçado a entrada dos EUA na guerra, e que este fosse seu inimigo mais direto, os EUA teria que focar suas forças contra a Alemanha nazista. Os EUA tiveram apoio da América latina e fizeram que os países latinos rompessem relações com os países inimigos do eixo. A entrada dos EUA foi providencial para reanimar sua economia pós crise de 1929, por meio do militarismo e da produção de material bélico, de modo a fomentar a produção. De acordo com Bandeira (2006, p.132):

(...) Roosevelt colimava, simultaneamente, alguns objetivos: esmagar a Alemanha, como potência, principal concorrente dos Estados Unidos e liquidar as possessões da Itália e do Japão; dissolver o império colonial, que a França Holanda e Bélgica ainda mantinham, e assumir todas as posições e domínios da Grã-Bretanha, proposta feita por Churchill na reunião de Placentya Bay (9 de agosto de 1941); e estabelecer nova ordem mundial, sob hegemonia dos Estados Unidos.

As grandes forças nazistas encontravam-se na frente oriental, e é nesta perspectiva que os países aliados desenvolveram suas estratégias, ousando atacar em uma frente oposta, a ocidental. Paralelo a esta movimentação dos países aliados os nazistas se dirigiam a região petrolífera do Cáucaso e quanto mais avançavam, mas perdiam forças na região norte. Navegando o mar negro até chegar a Stalingrado, Hitler passou por dificuldades ao ser cercado tanto pelo sul quanto pelo norte pelas forças soviéticas caindo em uma armadilha do exército vermelho. Como já não fosse pouca essa armadilha, as condições climáticas (frio intenso) foram desfavoráveis mais uma vez as tropas alemãs, fazendo com que o exército alemão se rendessem. E foi desta forma que a maior batalha se findou.

A guerra começa a tomar ares de finalização. E paralelo a batalha entre soviéticos e nazistas no Cáucaso, outra batalha na África entre Italianos e britânicos ocorria, a disputa era pelos domínios territoriais na Líbia e Egito. Os alemães apoiaram a Itália, porém não foram suficientes diante da grandiosa ajuda bélica dos EUA que reagiram fortemente contra as forças nazistas, derrotando-as.

Outra ajuda aos países aliados foram dos países ocupados (França, Polônia, Iugoslávia) pela dominação nazista. O surgimento de movimentos de resistência destes países proporcionou um forte apoio aos aliados contra a Alemanha.

Depois da África, o próximo passo das forças aliadas se direcionava para Europa Ocidental, mas precisamente a invasão da Itália. Britânicos e estadunidenses invadiram a Sicília, os alemães contra-atacaram como forma de apoio aos italianos, mas os aliados mais uma vez foram superiores. Isso também se repetiu na frente oriental na disputa dos soviéticos com os alemães pela região de Kursk, houve reação dos nazistas, mas o exército vermelho conseguiu mais uma vitória. Os nazistas sempre resistiam aos ataques soviéticos, mas a cada batalha, perdiam forças.

A necessidade de discutir os rumos da guerra era algo eminente, sobretudo como ficaria a Europa pós-guerra, sendo assim os líderes dos países aliados se reuniram e começaram a traçar o caminho a percorrerem diante últimos fatos. Dentro do que foi discutido e acertado a realizar estavam: abrir uma nova frente na França; invasão anglo-americana nos Bálcãs; reconhecimento das novas fronteiras com a Europa Oriental e guerra ao Japão pelos soviéticos.

A guerra prosseguia com o avanço das tropas aliadas ao norte da Itália, houve resistência, sobretudo alemã, porém as forças britânicas, americanas, brasileiras e francesas foram veementemente superiores. O avanço das tropas aliadas também foi significativo mesmo com perdas e as dificuldades, mas conseguiram chegar até Paris.

Mesmo com o fracasso alemão em várias batalhas ainda se manifestava focos de resistência do regime nazista. Para alguns alemães a figura do líder alemão ainda continuava viva, Hitler, o “amado Führer”, ainda despertava admiração. Tentativas de assassiná-lo também foi presente. A rendição incondicional que partia dos aliados foi o fator primordial a derrota nazistas nos campos de batalha, vejamos:

O ano de 1944 foi de grandes derrotas para os nazistas. Os exércitos soviéticos, desde a Ucrânia e a Criméia, vinham empurrando os alemães. Leningrado, que havia sofrido um cerco de cerca de três anos, já estava livre das tropas nazistas. No entanto, o avanço soviético enfrenta tenaz resistência. O temor de vingança pode ser uma das grandes razões de resistência. Mas os acordos entre os Aliados para impor o princípio de rendição incondicional parece ter sido uma outra importante razão para tamanha resistência (TOTA, 2006, p. 379).

Na Polônia, os soviéticos atacaram os alemães, mas foram reprimidos pelas forças nazistas, esse evento foi chamado como Levante de Varsóvia.

Na Romênia e na Bulgária, tanto as forças do exercito vermelho como ingleses e estadunidenses avançavam na região. Os alemães se articulavam para não permitir a chegada destas forças na Alemanha. Hitler até planejou

agir pela frente ocidental, o plano era “irromper pelas Ardenhas, região belga próxima da fronteira com Luxemburgo, e consolidar as forças alemãs ali para poder transferir parte do contingente para o Oriente e tentar retardar o avanço soviético” (TOTA, 2006, p.380).

Hitler também imaginava que as divergências ideológicas (liberais, capitalistas, socialistas e comunistas) entre soviéticos, ingleses e estadunidenses poderiam gerar separações que favoreciam o enfraquecimento dos aliados. É bem verdade que isso aconteceu em um período posterior a segunda guerra mundial, e foi até umas das causas para guerra fria, porém durante a grande guerra isso não foi realizável.

Porém todas essas previsões e tentativas do governo alemão não aconteceram, e o grande exercito dos EUA reagiram com tenaz eficiência, e os alemães se retiraram.

Na região oriental os exércitos soviéticos estavam a postos para tomar Berlim. Paralelo aos combates surgiu à necessidade de discutir como ficaria o mundo e a Europa pós-guerra, os interesses de cada país aliado era super presente. Esta discussão aconteceu na conferência de Yalta e nela foi acertado a formação das Nações Unidas, a questão do território alemão, do leste europeu e do extremo oriente. Acordos e desacordos ocorriam.

Os combates prosseguiam, os aliados cercavam cada vez mais a Alemanha, mas a resistência nazista era presente mesmo com suas forças já se encontrassem enfraquecidas.

A última esperança nazista veio com a morte do presidente dos EUA, Roosevelt, Hitler acreditava que esse acontecimento geraria divergências entre os aliados. Mais uma vez Hitler estava enganado.

Bem próximo de Berlim os soviéticos estavam prontos para começar um dos maiores combates da humanidade, e ao chegar a Berlim o confronto foi violento e sangrento. Os bombardeios dos aliados foram devastadores e determinantes para o fim da ação alemã na guerra. Só restou ao líder nazista o suicídio, e as forças nazistas sua derrocada. Se finda a grande batalha, e o

Estado alemão rende-se totalmente aos soviéticos seus grandes e verdadeiros inimigos. A guerra na Europa se acaba.

No Pacífico a guerra continuava, os Estados Unidos ainda tinham em vigor uma disputa contra o Japão, travando batalhas sangrentas. Entretanto para os EUA essa disputa estava custando muitas vidas, uma grande quantidade de soldados estadunidenses estavam sendo mortos. Os bombardeios aéreos e ataques submarinos dos EUA contra os japoneses não estavam funcionando com eficácia. Diante deste panorama, o governo dos EUA, liderado agora pelo presidente Harry Truman, intencionou o desenvolvimento de uma arma de destruição em massa, a bomba atômica é concebida.

Paralelo a estes acontecimentos os países aliados se reuniram mais uma vez para discutir o mundo pós-guerra, um mundo mais pacífico foi almejado, mas essa paz não aconteceu. Os ânimos estavam exaltados, os interesses individuais de cada país eram visíveis, as disputas geraram um mundo mais dividido e assim germinava os alicerces da guerra fria.

1945, em Hiroshima e Nagasaki duas bombas atômicas foram cruelmente lançadas pelos Estados Unidos, dizimando milhares de japoneses. O Japão se rende e o mais sangrento conflito se finda. É importante perceber que esta bomba não significou somente conter o Japão, mas avisar ao mundo, sobretudo aos soviéticos, que os EUA possuíam o maior poder bélico do mundo, a maior arma de destruição. “(...) o Japão já estava desfeito e pronto a se render. Estes chefes militares ignoravam que a arma atômica tinha uma mira, na realidade, a União Soviética, o único país então em condições de opor-se ao projeto”. (LOSURDO 2004, p.28).

A grande guerra deixou a Europa destruída. A Alemanha era uma questão a ser resolvida, os Estados Unidos queria uma Alemanha recuperada e industrializada, pois era conveniente para um mundo capitalista. A União Soviética socialista queria que a Alemanha custeasse a destruição que ela provocara e só depois apoiaria sua reconstrução.

Entretanto o momento era de finalizar uma guerra e não começar outra de fato, e a atitude a ser tomada era a implantação de acordos de paz. Foi assim que surgiu a ONU (Organização das Nações Unidas) que objetiva a manutenção da paz no mundo pós-guerra.

Em linhas gerais a Segunda Guerra, nada mais foi, que a continuação da Primeira Guerra, entretanto com maior desenvolvimento tecnológico e produtivo voltada para produção na indústria militar e para ação de guerra. Pois as rivalidades e divergências políticas e econômicas entre as potências imperiais não cessaram com o final da Primeira Guerra.

A crise econômica mundial de 1929 foi um fator de grande importância que impulsionou a deflagração desta guerra, pois a recuperação da economia só poderia ser realizada por meio do militarismo e da produção de material bélico. A centralização e planificação da economia também se desenvolvem em prol da guerra. E assim um novo arranjo do poder em escala mundial foi ensejado.

É importante perceber que o nível tecnológico, sobretudo a “corrida tecnológica” foi um fator primordial para vencer esta guerra, ou seja, quanto maior o desenvolvimento científico e tecnológico, maior a chance da potência imperialista ganhar a guerra. Sendo assim existia uma relação direta deste desenvolvimento tecnológico com maior desempenho no plano produtivo e industrial, e esse estava voltado neste período para produção militar.

O surgimento do Nazismo Alemão fora resultado das imensas perdas (territórios, população, poderes políticos e econômicos) e da humilhação que a Alemanha sofrera com o findar da primeira guerra com o tratado de Versalhes. Assim o nazismo alemão nascia como forma de recuperação da Alemanha, se rearmando e se movimentando para indústria pesada. Pois a grande preocupação da Alemanha era ser superada economicamente pelas demais indústrias das potências imperialistas, sobretudo as indústrias soviéticas. Dessa forma, podemos deduzir que toda a rivalidade imperialista nesta guerra situava no plano econômico.

Os confrontos diretos, as disputas por territórios, por matérias primas etc. oscilavam hora em benefícios dos países do eixo (Alemanha, Japão e Itália), e hora pelos países Aliados (Grã-Bretanha, EUA e URSS). Muitas resistências foram encontradas em ambos os lados, mas a maior resistência foi a alemã. Entretanto a entrada dos EUA mais uma vez foi decisiva para findar a guerra, sobretudo com a derrocada alemã, pois esse país tinha o maior aparato militar e o maior desenvolvimento científico e tecnológico, e suas indústrias as mais poderosas, e que estavam voltadas para produção militar.

Com o fim da segunda guerra mundial, uma nova fase começava a nascer, o mundo iniciava uma nova fase histórica, de reconstrução e tentativa de impedir que uma onda totalitária se abatesse sobre ele. Os EUA e a União Soviética saíram do conflito como as duas potências mundiais e os dois pólos em torno dos quais se daria a redefinição política das nações.

As divergências entre o mundo socialista da União Soviética e o capitalista dos Estados Unidos eram diversas e seguiam desde a luta pela dominação de algumas regiões até questões econômicas e políticas. Foi desta forma que o conflito entre União Soviética e Estados Unidos se iniciou, tomando forma de guerra fria. Dessa forma, o prelúdio da guerra fria mistura-se com os momentos finais da segunda guerra mundial, como continuação das rivalidades imperiais.

3. 3 NEM PAZ, NEM GUERRA: GUERRA FRIA

Se outrora o mundo era dominado pelos países europeus, com o fim da segunda guerra mundial essa dominação é transferida pela disputa socialista (União Soviética) e capitalista (EUA), e assim se finda a grande guerra e inicia-se a guerra fria, o mundo deixa de ser multipolar e torna-se bipolar. Magnoli (1988, p. 37) nos acrescenta relatando que:

O mundo do pós-guerra distingue-se radicalmente de todos os períodos anteriores por dois traços que lhe são peculiares. O sistema internacional de estados tornou-se um sistema universal no sentido estrito e preciso da expressão. Esse sistema universal funda sua lógica na bipolaridade de poder planetário que atravessa e contamina toda a política interestatal.

Dessa forma deixamos de ter um sistema continental e passamos a ter um sistema universal. Uma modificação importante neste período é a maior ligação e interdependência entre a economia, a cultura, a política e a comunicação, passando a ficar mais interligadas entre os países. Reflexo prático disso é que a resolução dos problemas dos Estados Nações deixam de ser revolvidos internamente e passam a ser resolvidos no âmbito internacional. As multinacionais, no campo econômico, também são reflexos desta nova forma de organização mundial, pelo fato de não possuírem uma pátria, elas ultrapassam as fronteiras.

É importante observar essa passagem histórica, pois os resultados da guerra levam-nos a entender os desdobramentos da guerra fria. Vejamos o que Vizentini (2000, p. 93) nos diz sobre o grande beneficiário da guerra:

Os Estados Unidos emergiram do conflito como os maiores beneficiários, pois reativou e expandiu seu parque industrial, absorveu a enorme massa de desempregados dos anos 30, além de sofrer poucas perdas humanas e nenhuma destruição material. Sua economia tornou-se mundialmente dominante, respondendo, por quase 60% da produção industrial de 1945, posição reforçada pela semidestruição de seus rivais (Alemanha, Itália e Japão) e pelo enfraquecimento dos aliados capitalistas (França e Grã-Bretanha), que tornavam-se devedores dos Estados Unidos.

Este grande beneficiário, líder do sistema imperialista, consegue este patamar “em razão de sua maturidade econômica e força militar e da derrota infligida aos rivais, na guerra, os Estados Unidos tornaram-se aptos a organizar e a liderar a rede imperialista de nossos tempos”. (MAGDOFF, 1978, p.43)

Mas não acaba aqui a raiz da sua hegemonia, ela se propaga logo após a segunda guerra mundial, quando a revolução técnica e científica atinge um

patamar elevado, através do desenvolvimento da indústria bélica. Estes desenvolvimentos técnicos e científicos forneceram novos ares no plano internacional, a energia atômica é um exemplo claro, que foi direcionada para o campo militar e foi determinante para ditar o potencial bélico entre disputas de poder.

Na guerra fria a rivalidade imperialista entre os *inimigos-irmãos*, Estados Unidos e União Soviética se centralizava no campo da hegemonia política, econômica e militar do mundo. Dessa forma, nesta guerra “as rivalidades assumem formas indiretas, com conflitos de pequena intensidade transferidos para zonas secundárias, enquanto os choques entre grandes poderes são essencialmente políticos e econômicos” (TELO, 1996, p. 112)

Losurdo (2004, p.27) descreve a guerra fria ilustrando a opinião de um general de guerra dos EUA, vejamos:

Não existem regras em tal jogo. Não tem validade as normas de comportamento humano até agora aceitáveis [...] Devemos [...] aprender a subverter, sabotar e destruir nossos inimigos com métodos mais inteligentes, mas sofisticados e mais eficazes do que aqueles que usam contra nós.

A guerra fria, bipolar, caracteriza-se por um período de distensão, quando as potências rivais abaixam a rigidez e confrontos abertos nas disputas diplomáticas e geopolíticas, assim podemos dizer que as disputas e as rivalidades não cessam após a segunda guerra, como nos retrata Magdoff (1978, p. 42/43):

Ora, nem na época imediatamente posterior à revolução Russa, nem em nossos dias, o objetivo central de estender ou defender as fronteiras do imperialismo significou a eliminação das rivalidades entre as potências imperialistas. Aliás a contar do fim da II Guerra Mundial, este é o objetivo que tem dominado a cena, tanto por causa da crescente ameaça ao sistema imperialista quanto pela maior unidade entre as potências, imposta pela liderança dos Estados Unidos.

A União Soviética possuía um sistema socialista, baseado na economia planificada, partido único (Partido Comunista), igualdade social e falta de democracia. Já os Estados Unidos, a outra potência mundial, defendia a expansão do sistema capitalista, baseado na economia de mercado, sistema democrático e propriedade privada.

De acordo com Magnoli (1988) não podemos conceituar a guerra fria somente pela luta ideológica que ela representou, esta guerra segue além, pois:

(...) o conceito indica um período muito mais amplo, onde as divergências entre as duas superpotências multiplicam-se pelo espaço planetário sem encontrarem soluções. Encarando como *vitais* cada um de seus interesses espalhados por todo mundo, as superpotências fecham o caminho da resolução dos conflitos pela *negociação*: daí resulta a ausência de paz. Entretanto, o temor compartilhado da *confrontação armada* afasta igualmente a via da guerra como solução para os impasses. Nem paz nem guerra. Guerra Fria. (MAGNOLI, 1988, p. 45)

E seus grandes objetivos era expandir seus sistemas políticos para o resto do mundo. No Caso dos EUA que possuíam um enorme “Complexo Industrial-Militar” que concentrava as decisões do Império estadunidense. Este complexo, de acordo com Magnoli (1988, p. 40) era:

Originado da radical reorientação empreendida na economia para a produção de equipamentos militares durante a Segunda Guerra, o Complexo deixou raízes em todos os poros do aparelho produtivo durante as décadas de corrida armamentista. Organicamente, constituiu uma rede densa de vasos comunicantes que interligava o pentágono aos maiores conglomerados industriais.

Podemos sintetizar as principais características da guerra fria com: a presença da intensificação da “divisão” em dois blocos na Europa; Atuação constante de uma escala lateral, passando da própria Europa para o resto do mundo, que não há nada de novo nisso; e, sobretudo uma corrida

armamentista, sempre crescente, entre dois blocos, juntamente com a criação de alianças militares de apoio.

A primeira fase da guerra fria compreende o período de 1945 a 1960, nestes anos percebemos uma grande superioridade estadunidense pós-guerra, tanto no campo econômico, como militar, proveniente do seu grande potencial industrial, técnico e científico. Entretanto, a necessidade de criar organismos que controlem o resto do mundo e um novo sistema mundial é iminente por parte dos EUA. Isto era fundamental para permitir com facilidade sua dominância.

As criações do sistema monetário internacional e da ONU tiveram com objetivo principal o controle dos países derrotados na guerra que sofreram economicamente após a guerra. A Europa Ocidental, Japão e países asiáticos subdesenvolvidos, foram às regiões atingidas por estes órgãos reguladores e reconstrutores. A criação do plano Marshall e da OTAN, vieram para complementar todo o conjunto de planos de ajuda creditícia, militar e defensiva aos países da Europa Ocidental.

A grande verdade é que todo o desenvolvimento destes planos visava o controle econômico e militar dos EUA sobre a Europa e Ásia, e pelo resto do mundo.

Do outro lado a URSS sente todo o poder dos EUA e seu controle sobre a Ásia e a Europa, sobretudo porque sua economia é fraca, não possui tecnologias de ponta e não exerce poder sobre nenhum país. Porém todas suas forças estavam voltadas para aparato bélico, pois almejava se fortalecer por meio do desenvolvimento nuclear.

A rivalidade bipolar era presente e necessária, e tanto os EUA quanto a URSS, demonstravam alternativas ideológicas para o mundo. Pois,

Sem esta rivalidade nenhum dos sistemas poderia existir. Os EUA não conseguiriam atrair a si os aliados e fazer aceitar pela persuasão a necessidade da hegemonia própria. A Rússia, por seu lado, não poderia justificar os imensos sacrifícios que pede ao seu próprio

povo, se a idéia da pátria em perigo e da 'ameaça externa'. Os dois rivais eram 'irmãos na paranóia', segundo uma expressão consagrada, numa relação onde cada ato era entendido como uma ameaça que exigia uma resposta equivalente. Mas era uma 'paranóia' consciente, controlada e, até, desejada. (TELO, 1996, p.120)

Essa disseminação ideológica, justificada e sustentada pela rivalidade entre EUA e URSS, era a única coisa semelhante entre estes países imperialistas. Pois a situação de cada um era bem distinta, sobretudo no campo do desenvolvimento econômico.

A segunda fase da guerra que compreende 1960 a 1973, é marcada por fortes mudanças. A URSS eleva seu desenvolvimento nuclear bélico chegando a superar os EUA. Em caso de guerra não haveria a necessidade de outras estratégias militares, o que fez os EUA repensarem suas atitudes, levando a busca de entendimento diplomático evitando tal disputa com a URSS.

Os EUA começam perder sua dominância no campo militar, devido sua luta para conter o avanço soviético e sua participação na guerra do Vietnã, estes foram os fatores que os enfraqueceram.

A diminuição do poder tanto para a URSS quanto para os EUA no mundo é algo novo, sobretudo para os EUA. O ressurgimento da Alemanha e da França no cenário econômico europeu eleva sua autonomia no continente, reduzindo sua dependência com os EUA. De uma forma geral a Europa renasce no cenário mundial. O Japão se desenvolve e se destaca na Ásia com centro regional.

A tendência decrescente do poder dos EUA sobre a Europa ocidental e a crescente autonomia dos países europeus e no Japão, somadas a desaceleração do ritmo de crescimento econômico devido à queda do desenvolvimento produtivo, técnico e científico faz com que a balança comercial dos EUA decline tornado-se negativa no final dos anos 60, havendo a necessidade financiarem seu déficit. Se já não fosse bastante, os custos com a guerra do Vietnã só tornaram o orçamento mais negativo. "O resultado é que os EUA passam a ser financiados por fluxos de dólares que vêm da

Europa, do Japão e dos países produtores de petróleo. Era a inversão da situação existente em 1945". (TELO, 1996, p.126).

No lado oriental, a URSS oficialmente rompe com a China, desfazendo o bloco comunista, e a enfraquecendo. A dificuldade em atualizar-se nos setores tecnológicos (eletrônica e na informática), colocava em um nível abaixo do desenvolvimento alemão e japonês. O direcionamento para o desenvolvimento nuclear, sobretudo para concorrer com os EUA, tornou a URSS carente em outros setores da economia.

Dessa forma, nos anos 60 percebemos que EUA e URSS perdem relativo poder econômico em relação às outras potências. O crescimento lento de suas economias e as diminuições nos seus desenvolvimentos tecnológicos e científicos favoreceu o direcionamento destas para outras regiões, gerando centros regionais independentes. Novos países surgem, buscam sua autonomia e desenvolver suas economias.

O período que vai de 1973 a 1991 é um período marcado por um movimento de democratização no campo político, e por um processo de estagnação econômica.

O processo de transferências de indústrias para países periféricos acontecem e são bancados por uma dívida externa e por investimentos transacionais. Esse processo atravessou por duas fases diferentes:

(...) na primeira, graças aos mercados protegidos e aos investimentos externos em setores de substituição de importações; na segunda, graças ao aumento da dívida, num processo alimentado pela perspectiva de exportação para o centro do sistema dos produtos indústrias mais baratos, devido à fraca remuneração do trabalho. (TELO, 1996, p.135)

Os resultados vêm nos anos 80 com reduzido volume nas exportações e problemas na balança comercial, que refletem na dificuldade de pagar a imensa dívida externa. Muitos países deixam de pagar a dívida e partem para uma renegociação.

Várias crises econômicas são deflagradas. E para as superpotências essa fase da guerra fria é caracterizada por um declive relativo dos seus poderes. No caso dos EUA, a guerra do Vietnã só agravou sua situação econômica e política.

Entre 1973 e 1977 a URSS se aproveita desta baixa estadunidense e tenta se fortalecer em algumas regiões (Angola, Etiópia, Nicarágua, Afeganistão) através da sua ideologia pró-soviética. É importante frisar que essa invasão da URSS nestes países só foi possível pelo fato dos EUA estarem passando por uma crise devido ao incidente de Watergate¹⁶ e pelo período pós-guerra do Vietnã e não almejavam entrar em mais conflitos.

Entretanto os EUA não ficaram imóveis, e se mobilizam com planos de rearmamentos, o famoso projeto “guerra nas estrelas”. Este “programa de rearmamento restabelece o equilíbrio estratégico, recupera a vantagem qualitativa, exporta novas tecnologias para a sociedade civil e obriga a URSS a manter elevado nível de despesas militares”. (TELO, 1996, p.138)

Do outro lado, os anos que a URSS achava que estava prosperando foram ilusórios, as falsas prosperidades na URSS só acarretaram fortes gastos na sua investida na expansão para outros países, muitos países demonstraram fortes resistências contra a dominação soviética. Estas perdas só desgastaram o que os soviéticos tinham de mais forte, sua ideologia, a imagem do Estado Russo e sua proposta socialista/comunista para os países subdesenvolvidos. A partir de 1975 o sistema soviético começa paulatinamente a decair.

Nos anos 80 a URSS estava praticamente falida e ainda não acompanhava o avanço tecnológico desde o final da 2ª guerra, o que lhe restava era investido em gastos militares para a manutenção mínima da paridade estratégica global.

De acordo com Telo (1996), a situação da URSS era marcada por vários problemas, vejamos sua análise:

¹⁶ O caso Watergate tratava-se de escuta ilegal na sede do partido democrata por elementos ligados ao governo, que abalou a história americana.

(...) as guerras na periferia não se resolviam, os desgastes da imagem do Partido era cada vez maior, exemplo das revoluções democráticas e da explosão do sentimento religioso era muito forte, os Estados satélites estavam em semi-rebelião, a pressão da população para um aumento do nível de vida que a aproximasse dos padrões ocidentais era imensa. (TELO, 1996, p.142)

Alterar essa situação era necessário, e assim surgiram idéias que tentaram possibilitar tais mudanças. Surge a ideologia reformista, tendo como líder, Gorbatchev. Este almejava reformar o regime comunista por meio de um maior impulso produtivo, que seria alterado de forma cuidadosa. Essas idéias reformistas foram colocadas em prática e foram aceitas objetivando a recuperação do sistema, pois o antigo sistema levou a URSS ao colapso.

Entretanto o regime comunista não suportou suas rachaduras internas, a necessidade de um super Estado era vital e já não o sustentava. Externamente, a queda do sistema soviético agia de forma gradual, perpassando por várias fases, que incluíam perda territorial de poder político e ideológico, e, sobretudo econômico. A busca pela democratização era uma idéia que se fortalecia a cada fase de descrédito no antigo sistema comunista soviético. A derrocada Russa em 1991 coincide com o fim da guerra fria.

O que houve, sim, foi uma superpotência e um outro poder, significativamente inferior em termos econômicos, tecnológicos ou de capacidade de projetar poder global, mas que conseguiu criar um subsistema autônomo próprio, devido à imunidade dada pela sua posição geográfica e pelas armas nucleares. Por outras palavras, foram na realidade os EUA que criaram o sistema mundial, que conseguiram agregar a si os grandes estratégicos do planeta e que mantiveram até o fim uma evidente supremacia econômica técnica e estratégica. (TELO, 1996, p. 145).

A guerra fria significou a continuação das rivalidades imperialistas, entretanto estas rivalidades se tornaram distintas das duas grandes guerras mundiais, pois eram formadas por uma rivalidade bipolar. Sendo assim o mundo deixou de ser continental e multipolar, e no seu lugar ficaram os detentores do poder mundial imbuídos da sua hegemonia política, militar e econômica.

Dessa forma, a essência da guerra fria era um mundo dividido bipolarmente, tendo como representantes EUA e URSS, esses países por sua vez não se confrontavam diretamente, eram ausentes os confrontos bélicos diretos, ou seja, o choque entre estas potências se redirecionava para o campo político e econômico.

Os EUA já tinham adquiridos tanto na Primeira Guerra Mundial quanto na Segunda Guerra Mundial um valioso poder econômico e militar, sobretudo através do grandioso desenvolvimento científico e tecnológico. Já a URSS concentrava suas forças no seu aparato bélico (desenvolvimento nuclear) e possuía uma economia fraca, sem tecnologias e não exerciam poder sobre nenhum país. Assim, tínhamos uma situação bem distinta entre os EUA e a URSS, sobretudo porque a URSS possuía uma economia planificada, um sistema político socialista de partido único, já os EUA tinham uma economia de mercado e um sistema democrático que defendia a expansão capitalista e a propriedade privada.

E foi por este caminho que tanto os soviéticos quanto os estadunidenses travaram uma disputa ideológica (socialismo x capitalismo) para expandir para o resto do mundo seus sistemas políticos. Aqui podemos ressaltar a grande importância destas rivalidades, no sentido que legitimava seus objetivos e anseios.

Em geral as fases da Guerra Fria podem ser descritas com a maior participação e força dos EUA, sobretudo através da sua dominância militar e econômica. Essa dominância perde força quando os principais países da Europa (Alemanha e França) e o Japão ressurgem no cenário mundial, os quais elevam suas autonomias e diminuem sua dependência com os EUA. No campo militar os EUA perdem força quando tentam conter o avanço soviético e quando participam da guerra do Vietnã.

Do outro lado a URSS em poucos momentos conseguiu rivalizar de igual com os EUA, e suas baixas estavam sempre relacionadas no seu fraco desenvolvimento tecnológico, se compararmos com os EUA. A guerra fria

coincide com a queda da URSS, esta por sua vez sofre um golpe, sobretudo na sua ideologia socialista, quando o processo de redemocratização avança.

Na verdade o que realmente podemos afirmar em linhas genéricas, é que os EUA sempre estiveram no primeiro lugar no que se referem à liderança econômica, política e militar, mesmo quando perdia relativamente sua dominância. E que em poucos momentos a URSS reuniu seus esforços para rivalizar contra suas próprias fraquezas, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento tecnológico e econômico, que estão intimamente ligados. É claro que em curtos períodos da Guerra Fria vimos uma URSS pronta para duelar com os EUA, principalmente quando os estadunidenses encontram em situações adversas.

O termino da Guerra Fria começa com a ascensão da Europa, do Japão e da China, reduzindo o poder relativo das chamadas superpotências (EUA e URSS). O poder ideológico, político e econômico destas superpotências são reduzidos ao longo dos anos por fatores internos e externos. Assim, a rivalidade se expande para outros países, alargando o perímetro dos interesses e das divergências, e o mundo deixa de ser bipolar e a guerra se finda.

Mesmo que a Guerra Fria tenha acabado, hoje temos um mundo sobre hegemonia estadunidense, porém é perceptível pelos fatos historicamente determinados que seja uma hegemonia distinta da que foi em 1945. Esta atual hegemonia possui um grau de poder menor e bem mais desgastada, que foca suas forças em prolongar esta fase de transição, que poderá se estender por um bom tempo como foi o caso da Inglaterra no final do século XIX.

4.0 PÓS-GUERRA E PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DAS AÇÕES E PLANOS POLÍTICO-ECONÔMICO NO SÉCULO XX

No contexto da formação social estadunidense já esboçamos o cenário econômico e político deste país, sobretudo os alicerces para seu reposicionamento da sua hegemonia para o século XXI, agora colocaremos como mais riqueza de detalhes todo esse panorama, sobretudo no período pós-guerra. Dessa forma, iremos entender as novas e atuais tendências imperialistas dos Estados Unidos partindo da sua base histórica.

Como já mencionado, o desenvolvimento do capitalismo no século XX possui dois períodos de grande relevância, o que nos permite traçar um esboço do que seja o atual imperialismo: o primeiro é o período imediato pós-segunda guerra mundial até o início da década de 1970, e o segundo período que compreende o final da década de 1970 ao início da década de 1980.

O primeiro período é marcado pela expansão estadunidense (até a década de 1960) com consolidação do sistema de empresas multinacionais no âmbito mundial. No segundo período, verificar-se-á a formação, evolução e o desmonte dos principais pilares do sistema de *Bretton Woods* em prol da restauração dos capitais estadunidenses. Analisaremos também os principais elementos que desencadearam a crise da década de 1970, e o seu enfrentamento através da reestruturação produtiva, e, sobretudo, do processo de financerização.

4.1 A EXPANSÃO DAS EMPRESAS MULTINACIONAIS NAS DÉCADAS DE 1950/60

Os principais pilares do capitalismo atual, de um mundo marcado pela facilidade de comunicação e transporte de idéias e matérias, sem dúvida, são as empresas multinacionais. Estas têm seu surgimento no final do século XIX,

sendo que os principais grupos presentes hoje, em sua maioria, nasceram nas primeiras décadas do século XX. Porém, só após a II Guerra Mundial que estas empresas “supranacionais” tomaram sua posição de hegemonia na economia mundial.

Assumindo a liderança no sistema capitalista no período pós-guerra, os EUA passaram a ser grandes exportadores de capitais provenientes por um maior fluxo de investimentos, com a construção de fábricas e compras de negócios no exterior.

Em 1960 os EUA possuíam 60% de seus investimentos no estrangeiro (maior investimentos diretos dos EUA na economia mundial). “É especialmente digno de nota que, por volta de 1965, as vendas das filiais do exterior são maiores que as exportações das fábricas instaladas nos Estados Unidos” (MAGDOFF 1978, p.62). É importante ressaltar que os EUA não são únicos investidores, mesmo que sejam os maiores investidores no mundo.

Além dos EUA dominar os investimentos estrangeiros, mantém sobre seu domínio de forma concentrada a maioria das grandes firmas, de forma monopolística. Assim “a internacionalização do capital entre firmas gigantescas é de ordem muito superior, atualmente, ao que era cinquenta anos atrás, quando Lênin escreveu seu trabalho sobre o imperialismo” (MAGDOFF 1978, p. 68).

Nas décadas de 1950/60, inicia-se processo de instalação destas empresas. O aumento da centralização das empresas, principalmente nos Estados Unidos, foi o passo inicial à formação dos conglomerados econômicos. Estes tinham como finalidade reduzir o risco de uma possível redução de lucro e a manutenção do poder financeiro através da diversificação da produção. De acordo com Furtado (1973), os conglomerados econômicos, detentores de um grande poder financeiro, atuavam simultaneamente em muitos mercados, o que lhes possibilitava uma capacidade excepcional de manobras econômicas.

O conglomerado era a forma dos capitalistas manterem a economia em pleno funcionamento. Uma vez havendo perdas na lucratividade de uma multinacional, a diversificação dos produtos inviabilizava tais perdas. Outra

forma seria por meio do consumo, um consumo estimulado pela diversificação e pela redução do ciclo do produto¹⁷.

A tecnoestrutura¹⁸ e a sociedade anônima são também manifestações da concentração das empresas nos principais centros econômicos. “A sociedade anônima também ajusta-se admiravelmente às necessidades da tecnoestrutura” (GALBRAITH, 1997, p. 102).

Tanto a tecnoestrutura como os conglomerados econômicos são os primeiros acordos para instalação definitiva das empresas multinacionais no cenário mundial. Começa a formação das grandes multinacionais, sendo este um fenômeno, que no pós-guerra, inicia-se primeiramente nos Estados Unidos e vai-se disseminado do Atlântico para o Pacífico.

¹⁷O modelo do **ciclo do produto**, esquema elaborado por Vernon (1966), pode ser pensado em três estágios. No primeiro, a empresa multinacional produz e vende o produto no próprio mercado de origem e exporta para alguns países no estrangeiro. Com a maturação da tecnologia do produto, a redução dos custos de produção ganha importância e a competição no estrangeiro passa a ser uma ameaça. No estágio seguinte, a empresa multinacional instala uma unidade de produção no estrangeiro para atender principalmente ao mercado do país em questão. Os contínuos melhoramentos na qualidade e os aperfeiçoamentos incrementais podem fazer com que a produção da filial passe a ser exportada para a matriz, revertendo o fluxo comercial que originou o modelo. Em um hipotético estágio final, os custos de produção do país no estrangeiro deixam de ser competitivos e a produção é transferida para outro país onde eles são comparativamente menores.

¹⁸No passado, a liderança na empresa identifica-se com o empresário – o indivíduo que unia a propriedade ou o controle do capital com a capacidade de organizar os outros fatores de produção e, na maioria dos contextos, com a capacidade de fazer inovações. Com advento da sociedade anônima moderna, o surgimento da organização exigia pela tecnologia e pelo planejamento moderno e a separação entre o dono do capital e o controle da empresa, o empresário não mais existe como pessoa individual na empresa industrial amadurecida. Conversões cotidianas, exceto nos manuais de Economia, reconhecem essa alteração. Elas substituem o empresário, como força direcional da empresa, pela administração. Esta é uma entidade coletiva e imperfeitamente definida; nas grandes companhias, abrange o presidente da Diretoria, o presidente da empresa, os vice-presidentes como importantes equipes ou responsabilidades departamental, os ocupantes de outros cargos relevantes e, talvez, chefes de divisões ou de departamentos não incluídos acima. Inclui, porém, somente pequena proporção dos que, como participantes, contribuem com as informações para as decisões de grupo. Este último grupo é muito grande; estende-se desde os funcionários mais graduados da organização até encontrar-se, no perímetro externo, com os escriturários e operários, cuja função é ajustar-se mais ou menos mecanicamente às ordens ou à rotina. Abrange todos os que trazem conhecimentos especializados, talento ou experiência às tomadas de decisão de grupo. Este, e não o restrito grupo de diretores, é a inteligência orientadora – o cérebro – da empresa. Não há um nome para todos os que participam da tomada de decisão de grupo ou para a organização que eles formam. Proponho dar a essa organização o nome de **Tecnoestrutura** (GALBRAITH, 1997, p. 96, grifo nosso).

De acordo com Hymer (1983), os sinais de mudança da economia internacional estão centrados na industrialização dos países subdesenvolvidos, na mudança do modelo de interdependência e principalmente no aparecimento da empresa multinacional. Todas essas mudanças fazem parte do processo de multinacionalização.

Não existe um único centro soberano onde as multinacionais se estabeleceram. Dessa forma, se no início do período pós-guerra as empresas multinacionais foram um sistema tipicamente estadunidense, nas décadas posteriores perderam espaço para Europa e Japão.

O Impacto desse processo de multinacionalização nos países subdesenvolvidos é percebido de uma forma essencialmente secundária em relação aos grandes centros das empresas multinacionais. Países como o Brasil, por exemplo, foram e continuam sendo extremamente vulneráveis e dependentes dos grandes centros.

A expansão das multinacionais nas décadas de 1950/60 se deu através das transformações políticas e econômicas no pós-guerra, essas transformações estão centradas no advento dos conglomerados econômicos, na tecnoestrutura e principalmente na necessidade de expandir o capital das fronteiras geográficas do processo de multinacionalização.

4.2 ORIGEM, EVOLUÇÃO E O DECLÍNIO DO SISTEMA DE BRETTON WOODS

Quando tentamos entender a economia internacional, verificamos que as instabilidades monetárias e financeiras são pontos polêmicos. A volatilidade nas taxas de câmbio, o incontável fluxo de capitais, as dívidas externas e as elevadas taxas de juros são alguns dos muitos aspectos degradantes do dinheiro mundial e do sistema financeiro internacional. Para Magdoff (1978, p. 70):

o desenvolvimento bancário é um complemento apropriado para o novo papel dos Estados Unidos como líder e organizador da nova ordem imperialista. Que poderia ser mais natural que a coincidência a) da muito difundida presença militar e política dos Estados Unidos no globo (via guerras, bases militares e ajuda econômica e militar); b) da posição dominante do capital norte-americano na criação de impérios industriais multinacionais; c) da evolução do dólar como meio-chave de pagamentos, crédito e reservas; e d) do crescimento dos bancos multinacionais.

E é nessa perspectiva que foram desenvolvidos os acordos do sistema que solucionaria os problemas que atacavam a economia internacional no pós-guerra. Neste sistema, o objetivo que o impulsionava era a reconstrução dos países aliados arrasados pelas duas grandes guerras e a criação de uma moeda que pudesse dar certa estabilização monetária. Assim se germinava o sistema de *Bretton Woods*.

No pós-guerra, os Estados Unidos se tornaram uma potência econômica e o acordo de *Bretton Woods* refletia tal posição. Internacionalismo e Liberalismo eram as palavras de ordem para os Estados Unidos.

Nos primeiros anos (aproximadamente até 1960), o padrão de *Bretton Woods* foi amplamente benéfico para a economia dos Estados Unidos. A transferência de dólares para a Europa permitiu compras de bens e serviços dos Estados Unidos, gerando saldos comerciais favoráveis e baixo desemprego quase sem inflação. As empresas multinacionais aumentaram o poderio econômico dos Estados Unidos, e sua capacidade bélica cresceu muito com a instalação de bases militares por todo o mundo. Portanto, houve uma conjugação de hegemonia econômica, militar e política, que na época fora denominada de “*Pax Americana*”.

Na Conferência de *Bretton Woods* foram criadas instituições e normas com o intuito de gerir a economia mundial, reduzindo tensões e impulsionando o comércio e o desenvolvimento. Entre as instituições estavam o *International Monetary Fund* (Fundo Monetário Internacional – FMI) e o Banco Mundial, ditas instituições públicas, e dentre as normas estabelecidas, estavam às taxas cambiais fixas e o mecanismo para alterá-las, em casos extremos. Com a

experiência das duas guerras mundiais percebeu-se a necessidade destes acordos, mas não havia uma definição quanto a sua forma.

De acordo com Magdoff (1978) os países em situação críticas na sua economia recorreram ao FMI, e este possuía estes padrões: 1) Eliminação de controles sobre importações e exportações; liberdade para taxas de câmbio; desvalorização da moeda para uma taxa mais realística em relação ao dólar. 2) Instituir controles fortes monetários e fiscais, dentro do país, estabelecer controles de preços e salários; equilibrar orçamento.

O dólar se tornou a moeda internacional, pois, nesta época, os Estados Unidos possuíam poderes políticos, econômicos e militares que os consagravam. Assim,

tendo o dólar como moeda-líder internacional e seu país como o mais importante-exportador de mercadorias, serviços e capital, é muito natural que os bancos dos Estados Unidos se preparem para desempenhar o mesmo papel relativo, nas finanças internacionais, que as grandes instituições financeiras britânicas desempenharam no século XIX. (MAGDOFF, 1978, p.72)

Os bancos estadunidenses se espalharam por todo mundo através de suas filiais, estas por sua vez desempenharam uma função muito importante no concerne a ativação de capital dos EUA no mercado mundial, sobretudo sobre forma de investimentos.

E pra que essa moeda se sustentasse, fazia-se necessário que este país assumisse a responsabilidade de prover a liquidez internacional adequada e também garantir a confiança com uma baixa taxa de inflação interna, além de assumir o risco do sistema, como “*emprestador internacional de última instância*”¹⁹. Descrito por Wachtel (1998, p.47, grifo nosso) da seguinte forma:

Internamente, a economia dominante deve estabilizar o valor de sua moeda e registrar baixas taxas de inflação. Do contrário, o sistema perde suas amarras e deriva para instabilidade especulativa, porque a moeda que lhe serve de âncora deixa de ter um valor previsível. O

¹⁹ De acordo com Wachtel a expressão “*emprestador internacional de última instância*” foi dada por Charles P. Kindleberg. Autor do livro: “ ‘Manias, Panics, and Crashes’. A History of Financial Crises, New York: Basic Books, 1978” (Wachtel, 1988, p. 203).

país possuidor da moeda internacional deve também ter a vontade política de estabelecer e impor seu conjunto de normas. Quando as coisas saem da linha, e um país registra um persistente déficit no balanço de pagamentos, a economia dominante de estar preparada para assumir os riscos do sistema e tornar-se aquilo que o economista internacional Charles P. Kindleberg chama de *'emprestadora internacional de última instância'*.

Além disso, era preciso que a potência hegemônica garantisse taxas de câmbio relativamente estáveis, assegurasse uma coordenação internacional de políticas macroeconômicas, proporcionasse empréstimos anti-cíclicos e mantivesse seu mercado relativamente aberto, pelo menos para determinados bens. Porém, não foi o que aconteceu.

E naquele momento, somente os Estados Unidos tinham poder e capacidade para isso. Segundo Wachtel (1988), surgiu uma interpretação de que a existência de apenas uma potência hegemônica era a condição necessária para estabilizar o sistema monetário internacional. Caso contrário, ou seja, se houvesse uma divisão de poderes pelo mundo, haveria um protecionismo e baixas taxas de crescimento.

[...] O crescimento econômico global tende mais a ocorrer quando há uma potência econômica dominante disposta a estruturar a economia mundial de modo a atender a seus próprios interesses [...] quando o poder é dividido mais eqüitativamente, ocorre um recrudescimento do nacionalismo econômico. Os países sentem dificuldade em percorrer a trilha estreita que separa o nacionalismo econômico aceitável do protecionismo destrutivo (WACHTEL, 1988, p. 44).

Entendemos que esta posição destaca uma defesa de um poder unilateral e uma visão cética em relação à possibilidade de acordos consensuados.

E diante desse poder unilateral dos Estados Unidos, considerando que a Europa não poderia fazê-la, restou aos primeiros a incumbência de gerir a liquidez mundial. Mas de que forma? Foi criado o Banco Mundial e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) que concederam

empréstimos para os países arrasados pela guerra e num segundo momento a países em desenvolvimento, como o Brasil e o México.

No entanto, estes empréstimos sempre foram insuficientes. O Banco Mundial e o FMI não conseguiram gerir tais recursos. Assim, o sistema de *Bretton Woods* não concedeu todos os empréstimos necessários a estes países, principalmente os em desenvolvimento, que possuíam altos déficits. Então, coube aos investidores estrangeiros esta função, o que não era nenhum sacrifício, pois a ambição por lucros era evidente.

Os acordos de *Bretton Woods* determinaram a existência de taxas fixas de câmbio, com base no ouro, o padrão câmbio-ouro, no qual as reservas consistem em ouro e divisas, que o centro de reserva pode converter imediatamente em ouro mediante solicitação.

Entretanto, esses anos de glória dos Estados Unidos estavam fadados ao fim. A “*Pax Americana*” começou a ruir na década de 1960. Segundo Wachtel (1988), ao invés dos Estados Unidos reformarem as instituições, a política adotada foi a de administrar as crises, sem chegar-se a um acordo que solucionasse os problemas. “Para que o sistema de *Bretton Woods* funcionasse os EUA tinham de exportar liquidez em dólares para o resto do mundo, em troca manter um persistente e crescente déficit em seu balanço de pagamento” (WACHTEL, 1988, p. 65-66).

Com os volumosos empréstimos cedidos a países como os da Europa e o Japão, estes perceberam que esses investimentos possibilitariam o desenvolvimento de suas indústrias. Assim esses países começaram a se sobressair em relação aos Estados Unidos.

O bem sucedido financiamento da reconstrução da Europa pelos EUA tornava os produtores europeus competitivos com os norte-americanos e contribuía para diminuir a repatriação de dólares através de exportações americanas. A Europa não precisava importar tanto dos EUA (WACHTEL, 1988, p. 66).

Essa redução da repatriação dos dólares através de excedentes comerciais estadunidenses sinalizava uma das principais rachaduras do sistema de *Bretton Woods*. E para manter este sistema sobrevivendo, os Estados Unidos foram obrigados a vender o estoque de ouro, para manter a paridade do dólar. Essa atitude proporcionou que a escassez inicial de dólares em termos internacionais fosse substituída por seu excesso, o que aumentou o risco de movimentos especulativos contra o dólar. E foi o que aconteceu.

Como já observado, as saídas de dólares não eram compensadas pela repatriação da moeda através da venda de produtos dos Estados Unidos no exterior, o que obrigou os Estados Unidos a vender imediatamente o ouro, porém o estoque de ouro nas reservas estadunidenses não era suficiente, além do que o movimento especulativo com ouro e dólares agravava mais a situação. “Uma enxurrada de dólares em poder de estrangeiros foi trocada por ouro nos EUA a US\$ 35 a onça, para ser revendido o ouro em seguida no mercado livre a US\$ 40” (WACHTEL, 1988, p. 70). Assim todas as soluções que os Estados Unidos tentavam implantar para salvar o sistema de *Bretton Woods* não eram suficientemente consistentes para garantir a economia mundial, abalando a viabilidade deste sistema. A crise já se instalava.

A perda de reservas estadunidenses, o crescimento dos passivos externos oficiais e o desenvolvimento do mercado de eurodólares, tudo isso refletiu na crise do dólar e no sistema de *Bretton Woods*, já que era baseado nesta moeda. Assim a acumulação de passivos externos dos Estados Unidos aos demais países desenvolvidos contribuiu para a institucionalização do mercado de euromoedas.

Os bancos centrais dos países desenvolvidos começaram então a depositar no mercado de euromoedas os dólares originalmente acumulados para absorver o déficit no balanço de pagamentos estadunidenses. Os passivos externos dos Estados Unidos em poder das autoridades monetárias estrangeiras estavam sendo transferidos para os bancos privados, relata Kilsztajn (1989).

Dessa forma, o mercado de euromonedas afetou a política dos Estados Unidos e dos países industrializados, pois os bancos privados recebiam depósitos dos bancos centrais e os reciclavam no mercado de euromonedas²⁰.

Com o desenvolvimento do mercado de euromonedas, na década de 1960, desencadeou a entrada de capitais externos nos Estados Unidos, desativando os depósitos em eurodólares nos países industrializados, enfraquecendo o sistema de *Bretton Woods*, e conseqüentemente o dólar.

De acordo com Kilsztajn (1989), em 1970 o fluxo de capitais que deixaram os Estados Unidos bateu o recorde de US\$ 13 bilhões.

Os bancos centrais, que vinham diminuindo suas reservas em dólares, compraram US\$ 8 bilhões em passivos estadunidenses em um só ano. Os Estados Unidos, nesse mesmo ano, tiveram de vender US\$ 1 bilhão em ouro adquirido em 1969. O Federal Reserve também vendeu em 1969 e 1970 os US\$ 3 bilhões em moedas estrangeiras adquiridos em 1967 e 1968, afirma Kilsztajn (1989).

Assim desenvolveu-se o mercado de euromonedas, ganhando poder e autonomia. E, paralelo a toda glória deste mercado, o dólar dava seus últimos suspiros vitais, deflagrando a crise, a crise do sistema de *Bretton Woods* que foi apenas uma miragem aos olhos de quem a assistia. Em 15 de agosto de 1971, Richard Nixon, presidente dos Estados Unidos, anunciou o fim da conversibilidade do dólar em ouro. Verifica-se o desmonte dos principais pilares do sistema de *Bretton Woods* em prol da restauração dos capitais estadunidenses. O sistema de *Bretton Woods* chega ao fim e, com ele, também foi extinto o sistema de câmbio fixo, sistema monetário que outrora era regulador dos fluxos internacionais e do comércio internacional pós-guerra.

Mesmo com a queda do sistema de *Bretton Woods*, o comércio e os investimentos globais continuaram em níveis crescentes de atividade, embalados por crises periódicas de superprodução. A supremacia dos Estados Unidos não acabou e o dólar não saiu de cena. E a partir de então é remodelado o sistema do “padrão-dólar”. O uso de dólar nas transações

²⁰ Reflexo da transferência dos depósitos dos bancos centrais para os bancos privados.

internacionais se elevou, mesmo com desvalorizações frente ao ouro. O dólar, inconversível, procurava seu espaço de qualquer maneira como moeda de reserva internacional, como o ouro era no sistema de *Bretton Woods*. O dólar reforçava o mesmo papel de moeda de reserva internacional, isso devido a centralização do poder monetário dos Estados Unidos sobre o resto do mundo. Era inédito, porque nunca tinha acontecido na história do mercado monetário mundial até então.

Nos anos que se seguiram, não houve resistência ao avanço da moeda dos Estados Unidos. A Europa e o Japão não apareceram com qualquer unidade monetária competitiva com o dólar, embora tenha havido várias tentativas.

Neste Momento, no governo de Nixon, é desencadeada uma série de mecanismos para implantação do padrão dólar puro. O corte da ligação entre o ouro e o dólar somado ao aumento do preço do petróleo formaram os passos iniciais.

O controle dos Estados Unidos sobre os países produtores de petróleo, levou as relações financeiras internacionais a se desgarrarem dos bancos centrais nacionais e foram paulatinamente se concentrando nos operadores financeiros privados. Assim Nixon conseguiu ter uma política monetária unilateral, com o padrão dólar.

A elevação do preço do petróleo pressionou as receitas em dólar dos países produtores de petróleo. Como estes países não podiam absorver estes recursos, restou aos Estados Unidos absorvê-los, sendo denominados de *petrodólares*. Uma vez reciclados nos bancos privados estadunidenses, os *petrodólares* fortaleciam o dólar.

De acordo com a definição dada por Gowan (2003), o novo sistema monetário internacional, o Regime do Dólar – *Wall Street* (DWSR) sustentava-se no dólar, que era a moeda corrente do mundo, e também a *Wall Street* que se tornara o centro de negociação financeira. Havia uma reciprocidade mutua entre o dólar e *Wall Street*. A força de *Wall Street*, como centro financeiro,

reforçou o domínio do dólar, assim como o dólar reafirmou o domínio de *Wall Street* como centro financeiro mundial.

O padrão econômico e político adotado no DWSR podem ser entendidos através do papel da *senhoriagem* como instrumento de poder para esse regime. Podemos ratificar esse conceito quando Gowan (2003, p. 53, grifo nosso) expõe de forma nítida:

Senhoriagem é o nome dado aos privilégios conferidos por essa posição: pode ser resumido dizendo-se que os EUA não enfrentaram as mesmas restrições, em relação à balança de pagamentos, que os outros países enfrentaram. Podem gastar muito mais fora do país do que ganham lá. Assim, podem estabelecer bases militares dispendiosas sem nenhuma restrição cambial.

Dessa forma, o sistema financeiro estadunidense adquiriu grandes vantagens no que tange a oferta de crédito mundial por meio da *senhoriagem*.

Segundo Gowan (2003), os efeitos da liberação dos sistemas bancários privados anglo-americanos legitimaram o sistema DWSR, tendo como efeitos:

- o esvaziamento dos bancos centrais e reorientação dos bancos privados para os centros das operações financeiras internacionais;
- uma enorme brecha na supervisão pública dos operadores financeiros internacionais;
- tornou os sistemas financeiros e a taxa de câmbio de outros países vulneráveis aos mercados financeiros estadunidenses;
- gerou pressões competitivas poderosas dentro dos sistemas bancários dos países da OCDE e o governo americano determinando tais pressões.

Podemos dizer que esses efeitos estão intimamente inseridos no contexto das políticas econômicas adotadas no sistema do DWSR. E os grandes beneficiados com essa liberalização foram a *city* londrina e os grandes bancos financeiros internacionais.

Enquanto o poder dos bancos centrais era legítimo, no sistema DWSR os novos mecanismos transportaram as finanças privadas internacionais para o centro das atividades do novo sistema monetário internacional. Assim os bancos privados anglo-americanos gozavam de ampla autonomia. A moeda era também o que distinguia esses dois sistemas. Segundo Gowan (2003), sob o antigo regime de *Bretton Woods* a base da estabilidade de uma moeda estava ligada ao Banco Central e atitude do FMI e dos governos (Bancos Centrais), mas no novo sistema a estabilidade não estava somente no Banco Central, mas principalmente na capacidade do país de obter crédito em mercados financeiros internacionais privados.

Assim, o novo sistema dependia essencialmente do dólar e dos mercados financeiros internacionais e tinha os Estados Unidos como país líder. E o restante dos países ficaria altamente dependente deste modelo de financeirização das relações políticas e econômicas.

Nota-se que no sistema de *Bretton Woods*, os Estados Unidos exerciam pouca influência sobre as relações monetárias e financeiras internacionais, mais não significa dizer que tal influência era inexistente. Já no DWSR, os Estados Unidos obtiveram poderes absolutos. Verificamos esse poder absoluto na afirmação de que existia um mercado financeiro global, onde todos os países estavam centralizados em um mercado financeiro único. A grande verdade é que existiam somente dois grandes centros financeiros que ditavam todas as regras: Londres e Nova York, e os demais países eram dominados e subordinados por estes dois centros.

Para entender um pouco mais as articulações do novo regime, o DWSR, e do antigo, o de *Bretton Woods*, podemos utilizar a teoria keynesiana e a do liberalismo. No sistema de *Bretton Woods*, percebemos que os pilares deste sistema foram construídos no modelo keynesiano do Estado como regulador da economia. Aqui temos o *Welfare State* (Estado de bem estar social). Já no DWSR pregava-se o neoliberalismo, sendo que não haveria uma influência político-estatal sobre o sistema monetário e financeiro internacional.

Mas na verdade, essa influência estatal no DWSR era mascarada, o que Gowan (2003) denomina de *antolhos ideológicos*:

Quando o Estado desempenha um papel fundamental nos negócios monetários e financeiros internos, seja o regime interno de concepção keynesiana ou neoliberal, os principais Estados desempenham um papel fundamental nos negócios monetários e financeiros internacionais. O fato de que essas contínuas intervenções políticas, nesses aspectos fundamentais da economia internacional, tendem a ter registro em grande parte da literatura relativa à teoria econômica internacional é resultado de **antolhos ideológicos**, mas poderosos ainda por estarem entrincheirados na divisão de trabalho acadêmica profissional entre a ciência política e a teoria econômica (GOWAN, 2003, p. 59, grifo nosso).

Todas essas modificações percebidas desde a expansão das empresas multinacionais nas décadas de 1950/60 até ao novo regime de DWSR, revelam-nos a forte posição dos Estados Unidos como economia hegemônica. Mesmo em *Bretton Woods* quando não havia sido traçado qual país regeria a economia mundial, os Estados Unidos já anunciavam ao mundo sua força. Quando chegamos ao novo regime desenvolvido inicialmente pelo governo Nixon, percebemos que tal regime se articulava para legitimar os Estados Unidos em primeiro lugar da escala mundial.

4.3 UM BREVE PANORAMA DA CRISE DA DÉCADA DE 1970

Como já vimos, no final da década de 1960, toda a “glória” do sistema econômico e político começa a ruir. O padrão de acumulação baseado em regras, planejamento econômico e a harmonização entre as classes começava a dar os primeiros acordes de esgotamento. Vejamos as contradições que determinaram a ruína desse período de “glória”, período anterior à década de 1960, mas precisamente de 1945 a 1960 ²¹:

²¹Entre 1945 e 1960 temos os anos gloriosos do capital. Esse é o período em que se “reconstrói” o mundo, sob a hegemonia estadunidense e sob as regras firmadas em *Bretton Woods*, regras que previam um grau de insulação econômica suficiente para permitir políticas fiscais e monetárias razoavelmente efetivas (operantes) no interior das fronteiras nacionais. Os principais traços do período podem ser assim enumerados: crescimento econômico rápido em

- contradição entre classes, através da rearticulação dos movimentos operários diante da redução do “exercito industrial de reserva”;

- concorrência inter e intra-setorial dos capitais, principalmente nos países centrais (Estados Unidos, Alemanha e Japão) pela busca de apropriação dos segmentos mais lucrativos, o que acabou gerando um excesso de produção e de capacidade;

- aumentos nos preços das matérias-primas, associadas à redução do investimento da indústria petrolífera e à maior pressão da OPEP por reajustes de preços que estavam defasados em valores reais, provocando à elevação dos custos de produção.

Todas essas contradições determinaram à queda tendencial das taxas de lucro a partir da década de 1970. E também se faz necessário considerarmos as três principais tendências seculares da queda tendencial da taxa de lucro porque elas se interligam, pois

cada uma delas está criando limites à acumulação de capital. Uma vez que a infundável acumulação de capital é a característica definidora do capitalismo como sistema histórico, esta tripla pressão tende a tornar impraticável o motor primário do sistema e cria uma crise estrutural. (WALERSTEIN, 2004, p. 66).

Analisaremos brevemente essas contradições. A rearticulação dos movimentos operários (luta de classes) se desencadeou por meio da diminuição do “exército industrial de reserva”, em decorrência do período de

número muito grande de países do centro e da periferia do sistema; expansão do “*welfare state*” (Estado de bem-estar), ainda que em diferentes modelos e com desiguais graus de cobertura; sistemas de representação (partidário-eleitorais) razoavelmente estáveis ou definidos, baseados em alinhamentos ideológicos, religiosos ou de classe; sistemas de relações de trabalho altamente institucionalizados; sistema de relações internacionais estável e razoavelmente previsível, ainda que tenso (em alguns momentos, previsível porque tenso).

“glória”, marcado pelo crescimento econômico. Esses movimentos operários, inserido na contradição entre as classes, se manifestou na Europa (países industrializados centrais) e na América. O ápice desses movimentos trabalhistas de deslegitimação destes processos de trabalho autoritários e avessos a forma democráticas foi em 1968.

Assim, a ampliação da luta de classes e do poder do operariado nos países capitalistas desenvolvidos, atingiu o funcionamento do sistema capitalista, sendo este o fator mais importante no desenvolvimento da crise estrutural do capital. Na medida em que os conflitos tomavam força, notava-se a elevação da resistência dos trabalhadores à exploração, o que conseqüentemente provocava a queda da taxa de lucro.

Ao longo da década de 1970 a crise se instalava nas contradições políticas da luta de classes, através dos movimentos estudantis, dos grupos em luta por direitos humanos, da oposição à guerra do Vietnã e movimentos da contra cultura.

O acirramento da concorrência inter e intra-setorial entre os capitais estadunidenses, alemães e japoneses deveu-se principalmente pelo fato de que os produtores da Europa ocidental e do Japão começaram a suprir o mercado mundial, desbancando os Estados Unidos. A intensificação da concorrência capitalista entre Estados Unidos, Japão e Alemanha ocasionou o atrito entre esses países, gerando a ruptura do sistema monetário de *Bretton Woods*, que fora constituídos nos anos de “glória”.

Os conflitos eram freqüentes, ao longo dos anos 1970, em virtudes desses acirramentos. Os japoneses e alemães contestavam a supremacia estadunidense no sistema-mundo capitalista. Muitos analistas na época achavam que a supremacia dos Estados Unidos iria acabar. Porém, o que se viu e o que se vê ainda é ampliação do poderio econômico, político, militar e cultural dos Estados Unidos buscando sempre consolidar um projeto imperialista.

As estratégias de reação à crise, foram várias, manifestando-se por meio da reestruturação produtiva e do modelo de regulação liberal. Como resultado,

houve uma retração da luta de classes decorrente da desvalorização da força de trabalho e da reconstrução do “exército industrial de reserva”, além do combate aos sindicatos. Porém, a eliminação da crise não foi total.

A crise foi equacionada através da reestruturação produtiva e do processo de financeirização. A reestruturação produtiva delineou-se no plano da produção, na reafirmação do capital diante das lutas de classes através da fragmentação da produção e, conseqüentemente, do trabalho, associado ao processo de centralização e concentração de capital. Isso foi viabilizado pelo próprio processo de reestruturação da produção que teve como balizadores a acumulação flexível e a adoção de novas formas de organização das empresas – e pelas mudanças institucionais no âmbito nacional e internacional.

No plano institucional, temos um modelo de regulação neoliberal que trouxe subsídios ao processo de fragmentação da produção e ao processo de retomada da supremacia dos Estados Unidos. Este modelo neoliberal teve e ainda tem como sustentáculos a liberalização dos fluxos comerciais e financeiros, desregulamentação dos mercados de trabalho, forte ataque à estrutura sindical, redução dos gastos públicos sociais e a intervenção estatal na economia (processo de privatizações). Esta nova regulação institucional abriu espaço para globalização financeira e, por conseguinte, para o favorecimento do rentista, principalmente nos Estados Unidos, elevando seus benefícios à uma posição central na disputa entre as frações da classe dominante nacional e internacional pela apropriação da renda e da riqueza.

Esse processo de financeirização vem elevando significativamente à dependência econômica e um aprofundamento do quadro social desigual, sobretudo nos países periféricos contrastando com o imperialismo estadunidense. Daremos prosseguimento com mais riqueza de detalhes a esse processo de financeirização a partir da crise da década 1970.

4.4 A CRISE DA DÉCADA DE 1970: BASES HISTÓRICAS E ESTRUTURAIS DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO FINANCEIRA NOS ESTADOS UNIDOS.

O rompimento do padrão ouro-dólar e dos acordos de *Bretton Woods*, além da instauração do cambio flexível, a partir da recessão de 1973, irão abrir um cenário propício ao desenvolvimento do capital financeiro na década de 1980.

No início da década de 1970, em meio a um cenário marcado pela crise estrutural, as taxas de acumulação do capital nos países avançados começaram a apresentar trajetórias de desaceleração. Nem mesmo as estratégias, no âmbito da produção, voltadas ao aumento da produtividade, propiciaram a retomada da acumulação em patamares desejados. Neste contexto de aumento das barreiras à valorização do capital, originadas do aumento do conflito entre capital e trabalho, configura-se um excesso de capacidade e de produção no setor manufatureiro. Os preços do setor manufatureiro mundial não foram capazes de elevar na mesma proporção dos custos diretos de produção. Toda essa dinâmica propiciou, ao longo da década de 1970, uma desaceleração nas taxas de crescimento do produto, da produtividade e dos lucros nas economias capitalistas.

Muitas transformações estruturais foram concebidas objetivando recolocar o capital estadunidense em uma posição central na economia mundial. Sendo assim, desenvolveu-se o sistema de financeirização, inserido em um processo de retomada da supremacia estadunidense, paralelo ao aumento da corrida armamentista e ao programa “*guerra na estrelas*”. Tudo isso no sentido de recuperar as taxas de lucros do setor produtivo permitindo a expansão econômica e geopolítica dos Estados Unidos.

Entretanto, essas transformações introduzidas no plano da produção não foram suficientemente capazes de alavancar a retomada da acumulação produtiva aos níveis dos “*anos gloriosos do capital*”. Segundo, Balanco & Pinto (2004), a superestrutura financeira envereda por uma trajetória de deslocamento atrofiado relativamente à esfera produtiva, destacando-se as

alternativas de realização do lucro financeiro, primeiro na forma de capitais de empréstimos e, depois, como capitais voláteis especulativos, configurando-se a partir desse momento uma dinâmica de acumulação predominante financeira.

De acordo com Salama (2000), a nova superestrutura financeira levantada depois dos anos 1970 viabilizou a chamada *financeirização*, quer dizer, a diminuição acentuada das restrições com as quais as empresas se deparavam para obterem um diferencial de rentabilidade positiva quando aplicam seus capitais em investimentos financeiros ao invés de em investimentos produtivos.

Agora podemos traçar outro cenário, que nos mostra a movimentação de aplicações financeiras dos capitais se delineando por ativos, agentes e instituições financeiras e de crédito, tendo as corporações e, sobretudo o governo como agentes e negociadores de práticas financeiras.

Com o objetivo de recuperar a acumulação de capital, o processo de acumulação financeira é uma resposta à crise estrutural da década de 1970. Assim podemos associar a crise dos anos 1970 com o processo de financeirização.

Ao final da década de 1960, o cenário econômico dos Estados Unidos era caracterizado por déficits no balanço de pagamentos (decorrentes de investimentos crescentes – Plano Marshall) e aos gastos militares (Guerra do Vietnã). Somados a essa debilidade econômica, temos a elevação de *petrodólares* no mercado financeiro da Europa produzindo um aumento na liquidez do dólar nos mercados internacionais culminando na crise do dólar na década de 1970.

Como já vimos anteriormente na análise do sistema de *Bretton Woods*, verificamos que no início da década de 1960 o padrão cambial dólar-ouro começava a ruir. A instabilidade dinâmica do sistema de *Bretton Woods* se elevava à medida que os Estados Unidos tinham cada vez menos reservas em ouro, ou seja, o passivo monetário dos Estados Unidos no exterior ultrapassou as reservas estadunidenses de ouro.

Os principais países europeus tornaram-se superavitários devido ao crescimento do comércio e da renda nestes países. Assim, a conversibilidade das contas correntes e a gradativa redução das restrições à mobilidade de capitais foram decisivas para o desmantelamento do padrão monetário dólar-ouro.

Foi inevitável o fim do sistema que surgiu para estruturar a ordem econômica pós-guerra. *Bretton Woods* teve 25 anos de vida, marcado por políticas que priorizavam rígidas taxas de câmbio e reduzidas taxas de juros.

Com o fim de *Bretton Woods* o governo estadunidense priorizou o crescimento interno com a aplicação de práticas monetárias expansionistas e keynesianas de déficits orçamentários:

[...] visando, de uma só vez, estimular o crescimento doméstico, desvalorizar o dólar para ajudar na competitividade do setor manufatureiro e depreciar as reservas de dólares mantidas no exterior por governos e indivíduos estrangeiros (BRENNER, 2003, p. 69).

Para retomar o crescimento da economia, o governo estadunidense recorreu aos déficits keynesianos²². Além de proporcionar a retomada do crescimento econômico, fortaleceu também os interesses financeiros nacionais dos principais bancos dos Estados Unidos.

Em meados da década de 1970, os Estados Unidos utilizaram cada vez mais os déficits keynesianos, que ocasionaram a elevação da dívida pública, o que, temporariamente, equacionou a crise do petróleo (1973) através do subsídio da demanda. Por outro lado, a elevação da dívida pública desencadeou o processo de *estagflação*²³.

Diante deste cenário crítico da “crise do dólar”, foram adotadas medidas monetárias voltadas ao aperto da base monetária e ajustes do “lado da oferta”.

²² Financiamento dos déficits orçamentário e no balanço de pagamento a partir do aumento da dívida pública.

²³ Excesso de capacidade de produção somada a elevação de preços, inflação com recessão.

Em resposta a esta crise, o governo Reagan teve como principais medidas governamentais a valorização do dólar e a elevação da taxa de juros, objetivando controlar seus competidores econômicos e até seus parceiros no mundo capitalista.

A elevação dos juros proporcionou aos Estados Unidos uma reversão nos fluxos de capitais oriundos da Europa, Japão e, sobretudo, dos países desenvolvidos para os próprios Estados Unidos que, no momento, era o principal exportador de capitais. Esta ação de cunho monetário permitiu o equilíbrio da balança de pagamentos aos Estados Unidos pois o fluxo de capital externo cobriu os déficits crescentes.

A valorização do dólar em 1979 repercutiu em quase todo mundo. A crise da dívida que atingiu a maioria dos países latinos americanos, típica dos anos 1980, foi impulsionada em grande parte pelas estratégias políticas na década de 1970.

O fim do sistema financeiro internacional “regulado” em 1973 mais a política do dólar forte adotada em 1979 favoreceram o fortalecimento de uma fração da classe dominante do sistema capitalista: *os rentistas*.

Toda essa mudança na dinâmica da economia mundial, liderada pelos Estados Unidos, abriu caminho para o prevalecimento do lucro em seu caráter financeiro, o que passou a limitar a acumulação mediante a reativação do capital produtivo.

A respeito desse novo processo de financeirização, Chesnais (2001) entende que novas características relevantes foram consolidadas como elementos dessa nova arquitetura financeira. A primeira delas relaciona-se à tomada de decisão dos proprietários do capital e dos consumidores de alta renda, correspondente ao fenômeno denominado por Chesnais (2001) de “efeito mercado acionário” este tem dois componentes, a saber: um “efeito-renda”, que financia o consumo com base em dividendos e juros; e um efeito “posse de patrimônio”, que patrocina despesas apoiadas em antecipação de ganhos financeiros futuros.

Se antes, no mercado financeiro tradicional, os rentistas almejavam o recebimento de dividendos. Nessa nova fase do capitalismo, a liquidez absoluta adquire um papel fundamental e exclusivo para os investidores, a busca por liquidez era ampliada cada vez mais.

Segundo a análise de Chesnais (2001), todo esse propósito é viabilizado por intermédio da apropriação de excedentes bursáteis mediante alternativas amplas de escolhas das aplicações, as quais podem ser encaminhadas instantaneamente para os mais diferentes espaços intra e internacional. É por essa razão que as finanças exigem mercados financeiros amplos, onde as transações ocorram livremente em busca de revalorização de títulos e recomposição de portfólios. Por combinar originalmente mercados facilitadores de especulação e dar “retiradas” estratégicas, pode ser considerada como uma “estrutura ideal”.

Uma outra manifestação, de todo esse processo é a recuperação da lucratividade por meio de especulações de cunho financeiro. Dotada de práticas neoliberais e procedimentos “desregulatórios”, essa nova arquitetura das finanças internacionais, que se estendeu por todas as nações, principalmente pelos países subdesenvolvidos, caracteriza-se por não transformar os excedentes de capitais em investimentos produtivos, e sim, direcionar esses capitais especulados, a países que de alguma forma necessitam desses recursos financeiros, levando-os a uma situação de eterno endividamento externo. Essa é a nova face das chamadas “exportações de capitais”.

Os empréstimos, provenientes de especulações financeiras, aos países periféricos colocam-nos em um cenário de crise econômica. Para fugir da crise, estes países começam a adotar políticas macroeconômicas de forte contenção interna de atividade, sacrificando os gastos sociais (educação, saúde e emprego). Paralelamente, o crescimento do endividamento interno, mediante oferta de títulos públicos a exorbitantes juros ao capital financeiro, se tornou uma prática determinante de todo esse processo de financeirização, que se estende até os dias atuais.

Os Estados Unidos, na segunda metade da década de 1990, elevaram sua atividade econômica em decorrência dos seus ganhos de corretagem sobre o capital financeiro nacional e internacional e, também das políticas keynesianas (gastos bélicos). Porém, países como o Japão e União Européia não obtiveram crescimento em suas economias, pois com o avanço da acumulação financeira verificou-se uma desaceleração do nível de atividade da economia mundial, e estes países tiveram taxas reduzidas durante as décadas de 1980 e 1990.

Podemos constatar, após toda essa análise, a partir da década de 1970, que a predominância da acumulação financeira, além de gerar baixo crescimento da economia mundial, propiciou crises econômicas em vários países.

É importante ressaltar que esse processo de acumulação financeira mundial, munidos dos seus capitais especulativos, deteriora as contas externas dos países que são obrigados a servi-los. Essa não é uma realidade enfrentada somente pelos países latino-americanos, mas por todos “emergentes”, os países industrializados do sudeste asiático.

Todo esse processo histórico de financeirização da economia mundial que verificamos, sobretudo a partir da década de 1970, proporcionou aos Estados Unidos as bases estruturais ao desenvolvimento imperialista no início do século XXI. Assim, os Estados Unidos obtiveram o grande domínio sobre os fluxos financeiros, este domínio foi fundamental para colocá-los na posição de grande economia capitalista.

5.0 ATUAL DEBATE CONCEITUAL E TEÓRICO: IMPERIALISMO, IMPÉRIO E ESTADO-NAÇÃO

As relações entre geografia e imperialismo, Gonçalves e Azevedo (1982) nos alerta para importância de abordarmos a teoria do imperialismo fazendo sempre um paralelo entre espaço e tempo, pois não existirá nada, ou melhor, não haverá nenhum fato social, econômico ou político a ser entendido em nossa humanidade, se este estiver fora da história e deslocado do espaço, e assim o compreenderemos a partir de um estudo e análise da sua gênese, da constituição de sua movimentação e diferenciação, e assim devemos sempre tomar nota dos equívocos das abordagens sobre o espaço fora do tempo.

Para Magdoff (1978), existem dois caminhos que muitos teóricos percorreram ao tentar explicar a teoria do imperialismo, e que na sua concepção são errôneas e inválidas vejamos:

No caso do imperialismo, temos, num extremo, teóricos que procuram o universal na natureza humana ou alguma forma de atavismo social que explique o fenômeno como força contínua e constante na história (...) no outro extremo do espectro da ultra-simplificação situa-se a fórmula do imperialismo econômico "puro". A procura de motivações não deturpadas nas decisões da política externa vai servir hipótese útil, em grande número de casos, mas falhará se esperarmos encontrar tal coisa em todos e em cada um dos atos militares e políticos. (MAGDOFF, 1978, p.7/8)

Dito isto e considerando atentamente estas premissas iniciais no que diz respeito ao caminho teórico do imperialismo, podemos apresentar um debate atual que se propõe a distinguir, teórico e conceitualmente, Imperialismo de Império. Dessa forma, se faz necessário explicitar as principais teorias do imperialismo, e, sobretudo discutir as teorias que defendem a posição de Império e Imperialismo, utilizando principalmente a categoria histórica de Estado-Nação para distingui-los.

Desde o início do capitalismo a economia funcionou em âmbito internacional, com a venda de escravos africanos (mão-de-obra) e a conquista da América, Ásia e África pelo processo de colonização (conquista de metais preciosos), esta foi a forma inicial de acumulação de capital.

Na passagem do século XVIII ao XIX, com o processo de industrialização, todas as atenções estavam voltadas para o desenvolvimento industrial. Porém, no final do século XIX, as forças capitalistas se direcionam à conquista de novos mercados e para concentração comercial, financeira e industrial. E, uma forte tendência imperialista começa a germinar nos grandes países industrializados dominando outras regiões mais abastadas e subdesenvolvidas na África, Ásia e América em busca de maiores lucros com força militar e exploração econômica e social, elevando a potencialidade das gigantes industriais.

O conceito de Imperialismo passou a ser difundido no final do século XIX, com a expansão econômica e política da Grã-Bretanha. Na época, representava o desejo de cada uma das nações mais desenvolvidas de adquirir, administrar e explorar economicamente territórios menos avançados, com a finalidade principal de comércio, mas algumas vezes para eliminar um risco estratégico em sua competição mútua.

Magdoff (1978, p. 189) nos diz que o:

termo imperialismo é, o mais das vezes, restrito à atividade de aquisição de colônias e/ou a ações políticas e militares de um governo no sentido de proteger os investimentos externos de seus cidadãos. Considerando desse modo, o conceito de imperialismo fica restrito a um estreito âmbito de práticas e políticas. Estas no entanto, são simples casos especiais de uma realidade muito mais complexa, na qual existe o entrelaçamento do comércio com a bandeira. Existe efetivamente, nos Estados Unidos e em outros centros imperialistas, uma unidade subjacente à economia interna, à atividade militar e à diplomacia internacional.

Vários foram os autores e pensamentos que surgiram ao longo dos anos na tentativa de definir Imperialismo. Para o pensamento de orientação liberal, o Imperialismo constitui uma política expansionista de grandes potências industriais que poderia ser evitada.

Joseph Alois Schumpeter no livro *Imperialismo e Classes Sociais (1919-1927)* descreve que a política imperialista não tem relação com a natureza do capitalismo, por essência pacifista, mas com um impulso atávico de luta, próprio de estruturas e camadas sociais pré-capitalistas, que não poderiam existir sem guerras e conquistas territoriais.

Já o pensamento de orientação marxista, o Imperialismo é uma fase inevitável do desenvolvimento da economia capitalista, devido a própria natureza dessa economia.

Inseridos no pensamento marxista, John A. Hobson, Rosa Luxemburgo e Lênin realizaram as principais formulações teóricas do imperialismo. O inglês J. A. Hobson foi um dos primeiros autores a estudar as características econômicas imperialistas no seu livro *O Imperialismo (1902)*, associando as características imperialistas às exportações de capitais e à conquista de fontes de matérias primas e mercados. Podemos ratificar essa afirmação quando Lênin (1985, p. 15) expõe de forma nítida:

Em 1902, o economista inglês J.A. Hobson publicou em Londres e Nova Iorque uma obra intitulada *O Imperialismo*. Professando inteiramente um ponto de vista social-reformista, burguês e pacifista, substanciando idêntico à posição atual do ex-marxista K. Kautsky, o autor nos deu aí uma descrição excelente e detalhada das principais características econômicas e políticas do imperialismo.

Para Hobson (1981) o imperialismo era um processo parasitário, que se expandia para outras regiões com a finalidade de explorar economicamente outros povos, com apoio do Estado. E abrangia vários elementos, aos quais as forças sociais estavam inseridas, e separadas das demais. O nacionalismo, o patriotismo, o militarismo, o fervor religioso etc. eram as forças sociais que o impulsionavam, e não agiam juntas para fortalecer o imperialismo, elas agiam separadamente para impulsionar o processo imperialista. Em um determinado país era o somente o militarismo que impulsionava o imperialismo, e não o fervor religioso somados com o patriotismo e nacionalismo etc.

“Civilizar” e levar o “cristianismo” eram as palavras de ordem para justificar a ação imperialista. Dessa forma, sua preocupação era analisar a

relação entre essas forças sociais e o surgimento e manutenção do imperialismo.

O que impulsionava o imperialismo era a acumulação do capital, que por sua vez se nutria dos investimentos provenientes dos lucros adquiridos no processo de acumulação e reinvestidos em capital.

Fato importante é que o militarismo não explicava o surto imperialista, pois já existia muito antes que as forças imperialistas germinassem. Apenas se fortaleceu e serviu para o desenvolvimento do imperialismo como agente legitimador do capital.

O espírito financeiro, com bancos e instituições financeiras começa a ganhar espaço no mercado de investimentos externos, no imperialismo. As empresas deixam de ser os únicos investidores. A renda obtida através de investimento externo, sobre a forma de juros, era muito superior sobre as forma de lucro por meio do comércio. Isso expressava o poder econômico e político dos banqueiros e financeiristas, que eram responsáveis pelo desenvolvimento do imperialismo, com seus volumosos lucros.

Para Hobson (1981, p. 76), a motivação fundamental ao novo imperialismo era de ordem econômica, mas não significa dizer que era essencialmente econômica. Desta forma,

De todos modos, dado el papel que desempeñan en la expansión imperialista los factores económicos, tales com el patriotismo, la aventura, el espíritu militar, la ambición política y la filantropía, puede parecer que atribuir un poder tan decisivo a los círculos financieros es entender la historia de una maneira rígidamente económica. Y , ciertamente, la fuerza motriz del imperialismo no es primariamente financiera, las finanzas son, más bien, las que regulan el motor imperial, lãs que dirigen la energía y deciden el trabajo que hay realizar, pero no son ni el combustible del motor, ni las que generan de modo directo su potencia. Lãs grandes finanzas manipulan las fuerzas patrióticas que generan los políticos, los soldados, los filantropos y los comerciantes.

Assim, os capitalistas não poderiam adquirir lucratividade produzindo, comprando e vendendo no seu próprio país e nem nos outros países capitalistas, eles teriam que dominar uma economia não-capitalista e fazer dela

seus dependentes do poder imperialista. Se utilizando da tese de Hobson (1981) Luxemburgo (1984) afirma que os países e setores não capitalistas foram importantes para a existência do próprio capitalismo, pois

(...) o aspecto decisivo é que a mais-valia não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais ou sociedades que por si não produzam pelo modo capitalista. (...) A produção capitalista fornece meios de consumo acima das próprias necessidades (ou seja, as dos operários e as dos capitalistas), cujos compradores pertencem às camadas ou países não-capitalistas. (LUXEMBURGO, 1984, p.19-20)

A raiz econômica do Imperialismo encontra-se na centralização de riqueza e no poder industrial no final do século XIX. E estava presente nas suas condições econômicas, ou melhor, nas condições de produções excessivas, excesso de capital em busca de investimentos.

O imperialismo beneficiava os ricos a um preço alto para os trabalhadores por meio de impostos, e, sobretudo da exploração trabalhista. Visualizando este fato, Hobson (1981) foi defensor do socialismo, porque para ele somente o sindicalismo e o socialismo poderiam fraturar os alicerces do imperialismo, pois retiram das classes “imperialistas” as rendas excedentes que impulsionam economicamente o imperialismo.

A teoria do capitalismo imperialista, para Rosa Luxemburgo se situa na mesma raiz teórica de Hobson (1981), no que se refere ao desequilíbrio entre o baixo nível de renda dos trabalhadores e o excedente da produção de bens de consumo. O imperialismo teria que resolver este desequilíbrio, através da conquista de novos mercados não-capitalistas, a fim de vender estes excedentes de mercadorias, para obtenção de lucros, e assim satisfazendo a tendência histórica e objetiva do movimento de acumulação do capital. Hunt (1981, p. 386) descreve que:

(...) os capitalistas não se motivam basicamente pelo desejo de consumir, mas sim pelo desejo de acumular mais capital e auferir maiores lucros. Além do mais, como Marx tinha mostrado a concorrência entre os capitalistas tornava a acumulação progressiva absolutamente necessária para qualquer capitalista, se ele quisesse evitar ser destruído pelos seus rivais. Portanto, havia uma contradição básica entre o modo como um capitalista gostaria (e precisaria) que seus colegas capitalistas se comportassem e o modo como o sistema concorrencial obrigava-o a se comportar.

De acordo com Luxemburgo (1984, p. 31-32):

Para existir e poder desenvolver-se o capitalismo necessita de um meio ambiente constituído de formas não-capitalistas de produção. Mas, não é qualquer forma aleatória que o satisfaz. Ele necessita de camadas sociais não-capitalistas como mercado, para colocar sua mais-valia; delas necessita como fontes de aquisição de seus meios de produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial. As formas de produção da economia natural de nada servem, no entanto, ao capital para a realização de qualquer um destes fins. (...) a produção que se destina à satisfação das próprias necessidades é a característica determinante dessas economias. (...) O mais importante no entanto é o seguinte: em todas as formas de produção de cunho econômico-natural existe sempre algum vínculo com os meios de produção e com a mão-de-obra. Tanto a comunidade camponesa comunista como a propriedade agrícola feudal e outras formas congêneres estabelecem como base de sua organização econômica a sujeição dos principais meios de produção – terra e força de trabalho – ao direito e à origem. Nesse sentido, a economia natural cria dificuldades sérias às exigências do capital. Eis porque o capitalismo, onde quer que seja, procura sempre destruir a economia natural sob todas as suas formas históricas com as quais possa vir a deparar-se: luta contra a escravatura, contra o feudalismo, contra o comunismo primitivo e contra a economia camponesa patriarcal.

No que se refere à natureza do imperialismo, Luxemburgo tem uma contribuição impar para economia política, utilizou-se da acumulação primitiva para demonstrar a natureza do imperialismo através da acumulação do capital. Foi além da teoria de Marx, que demonstrou as origens do capitalismo por meio do processo de acumulação primitiva. Luxemburgo (1984, p. 114), acrescenta nos dizendo que “não resta dúvida alguma de que a explicação da raiz econômica do imperialismo deva ter por base as leis da acumulação do capital e também deva ser posta em sintonia com essas leis, visto que em seu

conjunto o imperialismo não passa, empiricamente, de um método específico de acumulação”.

Na visão de Hobson (1981), a acumulação primitiva explica a natureza capitalista imperialista, no sentido que no modo capitalista de produção, o excedente de capital é inevitável, este por sua vez só seria lucrativo se houvesse investimentos que o impulsionasse. A concretização desta aquisição lucrativa viria pela conquista (à força) de economias “naturais” (que não sejam de mercado); usurpando matérias primas e mão de obra barata; extinguindo os métodos tradicionais de produção para criação de trabalhadores dependentes; transformando uma economia natural em uma economia de mercado e dependentes das economias capitalistas imperialistas; separando a indústria do comércio e da agricultura.

Estes eram os mecanismos para geração de mais valia através da acumulação primitiva inseridas no processo imperialista, pois a utilização da acumulação primitiva não se limitava a explicação histórica do capitalismo, ela também era essencial para entendimento germinal do processo imperialista, assinala Hobson (1981).

Entretanto, o capitalismo, se confrontaria com esgotamento da expansão imperialista sobre regiões de economias “naturais” e teria permanentemente que conquistar novos territórios além de suas fronteiras. Dessa forma, Hobson (1981) demonstra que a expansão imperialista agiria de forma constante, com a finalidade urgente de se nutrir por meio das formas não-capitalistas de produção (acumulação primitiva), retirando o que de “natural” e tradicional existia a fim de absorvê-la da forma mais lucrativa possível.

Outra característica, que se agrega ao imperialismo, é o militarismo, e que diferentemente das análises de Hobson, Luxemburgo avança nesta categoria de análise, explicitando o valor do militarismo como agente econômico em tempos de crise, como gerador de mais-valia. Veremos na seqüência, o valor do militarismo ao imperialismo, com mais ênfase, no item:

4.1 MILITARISMO EM ROSA LUXEMBURGO.

O militarismo era financiado pela tributação indireta a classe operária, esta por sua vez gastava toda sua renda em consumo. Dessa forma, à medida que o militarismo era financiado por impostos à classe operária, não contribuía a procura agregada.

O militarismo era em última instância, em muitos casos, a solução para as crises econômicas do capitalismo provenientes da anarquia de mercado, que se tornava muito oneroso para as grandes empresas que investiam bilhões de dólares. Assim, a procura efetiva da população em geral, era trocada pela procura Estatal. A produção militarista, sob forma de contrato do governo para o fornecimento de material bélico, era a solução lucrativa para o empresariado e conseqüentemente para manutenção dos lucros.

Entretanto foi no livro *“O Imperialismo, fase superior do capitalismo”* que Lênin (1985) nos fornece consistentemente o conceito do que é Imperialismo, partindo das teses econômicas de Karl Marx no seu livro *O Capital*. Na visão de Lênin:

o imperialismo surgiu como desenvolvimento e seqüência direta das propriedades essenciais do capitalismo em geral. Simplesmente, o capitalismo só se transformou no imperialismo capitalista num dado momento, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando certas características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se nos seus contrários, quando se formaram e se revelaram plenamente os traços de uma época de transição para o regime econômico e social superior. (Lênin, 1985, p. 87)

As contribuições de Hobson e Luxemburgo foram importantes, mas Lênin conseguia amadurece-las e incorpora-las, de forma suficientemente adequada para sua maturação histórica determinista.

O Imperialismo, fase superior do capitalismo, como define Lênin (1985), consiste em conquistar novos mercados consumidores, fontes de matérias-primas. É a fase do capital monopolista, do surgimento dos cartéis, trustes, etc. Nesta obra, Lênin (1985) nos revela que *“o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo”*.

Para Lenine (1985, p.88), as características fundamentais do Imperialismo capitalista são:

- a concentração da produção e do capital atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica;
- fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base nesse “capital financeiro”, de uma oligarquia financeira;
- diferentemente da exportação de mercadorias, a exportação de capitais assume importância muito particular;
- formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si;
- termo da partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas.

Estas são as principais manifestações do capitalismo monopolista, e este se originaram da livre concorrência e da concentração da produção, formando o Imperialismo que

é o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas. (LÊNIN, 1985, p.88)

Lênin (1985) denomina o imperialismo de parasitário, pois este está vinculado aos interesses financeiros que vivem à custa de “lucros especulados” e também porque a base do imperialismo é o monopólio capitalista. Este, por sua vez, fixa preços monopolistas e emperra o progresso técnico. Assim, o monopólio acaba por retrair todas as causas estimulantes do progresso técnico, levando o capitalismo ao parasitismo e ao estágio de decomposição.

De acordo com Lênin (1985), as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas são dominadas pelo modo de produção capitalista. Mas este não cobre totalmente o conjunto das relações sociais. A conservação de

estruturas pré-capitalistas condiciona a existência de um valor menos elevado da força de trabalho. Assim, Lênin (1985, p. 60) nos alerta que “*o desenvolvimento desigual, e por saltos, das diferentes empresas, das diferentes indústrias e dos diferentes países é inevitável em regime capitalista*”. Pois o desenvolvimento desigual é a base da diferenciação das taxas de mais-valia e, conseqüentemente, da internacionalização do processo produtivo.

Essa disparidade não constitui, portanto, a única explicação das rivalidades entre grupos capitalistas, rivalidades imperialistas, como pensava Lênin (1985). De fato, estes últimos têm um papel mais amplo. Não é apenas a divisão dos mercados e das fontes de matérias-primas que guia suas estratégias. Os grupos capitalistas são veículos de internacionalização do processo de produção nos países subdesenvolvidos. Eles constituem um elemento essencial do Imperialismo, não só porque são agentes importantes da circulação internacional do capital-dinheiro, mas também, e fundamentalmente, porque organizam uma nova divisão do trabalho em escala mundial. Esta não se liga mais ao intercâmbio de mercadorias baseado na especialização de cada país. Ela se explica, na fase Imperialista, pelo deslocamento do processo produtivo condicionado à existência de diferentes taxas de mais-valia²⁴.

Contra o conceito de Imperialismo de Lênin (1985) e também contrários à dominação capitalista²⁵, Hardt & Negri (2001) são teóricos que defendem uma nova “onda” de “ordem mundial” de negação do Estado-nação.

Para estes autores, a soberania do Estado-nação era a mola propulsora do Imperialismo que as potências européias construíram na idade moderna.

²⁴ A realização da mais-valia perde o lugar central sem, evidentemente desaparecer, para formação do valor, no que concerne à emergência de um sistema econômico mundial. Este é dominado pelo modo de produção capitalista, já que se caracteriza pela difusão de sua relação social específica. Mas não chega, ainda, a formar um conjunto perfeitamente integrado.

²⁵ A militância atual é uma atividade positiva, construtiva e inovadora. Esta é a forma pela qual nós e todos aqueles que se revoltam contra o domínio do capital nos reconhecemos como militantes. Militantes resistem criativamente ao comando imperial. Em outras palavras, a resistência está imediatamente ligada ao investimento constitutivo no reino biopolítico e à formação de aparatos cooperativos de produção e comunidade (HARDT & NEGRI, 2001, p. 437).

A soberania do Estado-nação era a pedra angular do imperialismo que as potências européias construíram na idade moderna. Entendemos “Império”, entretanto, como algo completamente diverso de “imperialismo”. As fronteiras definidas pelo moderno sistema de Estados-Nações foram fundamentais para o colonialismo europeu e para a expansão econômica: os limites territoriais do país delimitavam o centro de poder a partir do qual era exercido o controle sobre territórios externos por meio de um sistema de canais e barreiras que, sucessivamente, facilitavam e obstruíram o fluxo de produção e circulação. O Imperialismo era, na realidade, uma extensão da soberania dos Estados-nações europeus além de suas fronteiras. Finalmente, quase todos os territórios existentes puderam ser parcelados e o mapa mundial pôde ser codificado em cores européias: vermelho para territórios britânicos, azul para franceses, verde para portugueses. Onde quer que deitasse raízes, a soberania moderna construía um Leviatã que cobria como um arco seu domínio social e impunha fronteiras territoriais hierárquicas, para fiscalizar a pureza de sua identidade e para excluir tudo que representasse o outro (HARDT & NEGRI, 2001, p. 12).

Para estes autores os Estados Nacionais eram fortes e legítimos centros de poder na fase do Imperialismo. Porém, atualmente, não existem centros de poder, mas somente um centro. Eles revelam que a etapa do Imperialismo terminou e, em seu lugar, tomou relevância de Império. E os Estados Unidos têm melhores condições para ser o Império.

Os Estados Unidos não constituem – e na realidade, nenhum Estado-nação pode hoje constituir – o centro de um projeto Imperialista. O Imperialismo acabou. Nenhuma nação será líder mundial como foram as nações européias modernas [...] De fato, **os Estados Unidos ocupam posição privilegiada no Império**, e esse privilégio decorre não de semelhanças com antigas potências imperialistas européias, mas de diferenças em relação a elas (HARDT & NEGRI, 2001, p. 14-15, grifo nosso).

Segundos estes teóricos, o surgimento do Império, somadas as manifestações capitalistas de produção, foram os principais agentes destruidores do Estado-nação, decorrentes do crescimento e da elevação dos poderes das empresas transnacionais que reduziram à autonomia política dos Estados Nacionais, impossibilitando que estes fossem capazes de regular as transformações econômicas e culturais. Isso em virtude da “mudança do paradigma de produção para o modelo de rede fomentou o poder crescente

das empresas transnacionais, além e acima das tradicionais fronteiras dos Estados-nações” (HARDT & NEGRI, 2001, p.325).

O modelo de rede citado acima equivale a uma infra-estrutura de informação que estaria modificando a base econômica e social da sociedade. Para Hardt & Negri (2001), no auge da produção contemporânea a informação e a comunicação são as verdadeiras mercadorias produzidas e a rede, em si, é o lugar tanto da produção quanto da circulação.

Assim o fim do Estado-nação teria eliminado o imperialismo moderno no sentido leninista, o mundo teria saído de um Imperialismo para um “Império” pós-moderno, e a soberania deste estaria sendo regulada pelos organismos supranacionais (FMI, Banco Mundial, ONU etc.). Dessa forma, esses autores consideram que:

O império está se materializando diante de nossos olhos. Nas últimas décadas, a começar pelo período em que regimes colônias eram derrubados, e depois em ritmos mais veloz quando as barreiras soviéticas ao mercado do capitalismo mundial finalmente caíram, vimos testemunhando uma globalização irresistível e irreversível de trocas econômicas globais de produção, surgiu uma ordem global, uma nova lógica e estrutura de comando – em resumo, uma nova fase de supremacia. O Império é a substância política que, de fato, regula essas permutas globais, o poder supremo que governa o mundo. [...] Os fatores primários de produção e troca – dinheiro, tecnologia, pessoas e bens – comportam-se cada vez à vontade num mundo acima das fronteiras nacionais (HARDT & NEGRI, 2001, p. 11).

Porém, eles não descartam que as funções do Estado-nação desapareceram em sua totalidade. “O declínio da soberania dos Estados-nação, entretanto, não quer dizer que a soberania como tal esteja em declínio” (HARDT & NEGRI, 2001, p. 12).

Ainda segundo Hardt & Negri (2001, p.12-13):

A transição para o Império surge do crepúsculo da soberania moderna. Em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de descentralização e

desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras. As distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo se uniram e mesclaram, num arco-íris imperial global.

A soberania se sustentaria englobando organismos internacionais e supranacionais que levaria à constituição do poder em nível supranacional: *O Império*.

De acordo com Hardt & Negri (2001), o poder dessa nova arquitetura supranacional (*O Império*) seria representado de forma piramidal:

- no topo, pelos organismos internacionais e o organismo nacional norte-americano;
- no meio, pelas redes de empresas transnacionais e os organismos nacionais subordinados ao poder destas empresas;
- na base, pela mídia, igreja, organismos nacionais e, principalmente pelas ONGs que representariam os interesses populares, denominados por estes autores de *multidão*.

Não haveria hierarquia e nem um equilíbrio funcional entre estes representantes do poder no Império. Na verdade esses representantes poderiam mesclar-se possibilitando as modificações estruturais através das lutas políticas contra o Império.

Não só Hardt & Negri (2001) defendem o fim do Estado-nação, muitos teóricos, defendem essa posição, e na maioria das vezes apresentam relações problemáticas, por não incluir, em suas análises, relações de mediação, o que nos leva ao reducionismo da política à economia (“economicismo”) ou da política a uma síntese biotecnológica²⁶.

²⁶ Segundo Hardt e Negri (2001, p. 312), a mudança tecnológica estaria modificando o homem, em ser biológico, formando novos padrões socioeconômicos. A revolução da produção da comunicação e da informação transformou práticas laborais a tal ponto que todas elas tendem ao modelo das tecnologias de informação e comunicação. Máquinas interativas e cibernéticas

Hardt & Negri (2001) ao preverem a dissolução do Estado-nação e a emergência de uma nova soberania global (Império) desconsideraram os verdadeiros movimentos do poder nas relações interestatais. Segundo Prado (2003, p. 130):

[...] o que se pode ver emergir atualmente é o Império Americano que hierarquiza os Estados Nacionais e que põe o próprio Estado americano no topo, o que pode ser encarado, talvez, como um estágio superior do Imperialismo.

Ao tentar descrever o Estado no âmbito político e jurídico, estes autores não fazem uma referência das dimensões contraditórias do modo de produção, que são de suma importância para o entendimento da função do Estado no sistema capitalista de produção. Porque o Estado, além de possuir suas dimensões jurídico-políticas tem suas bases estruturais nas contradições entre a aparência e a essência. O Estado e o Capital estão organicamente relacionados.

É falsa também a idéia de Hardt & Negri (2001) do deslocamento do poder para o âmbito supranacional pois, se considerarmos esta posição, estamos deduzindo que as empresas transnacionais não possuem uma base nacional, o que não é verdade, pois mesmo que elas tenham um alcance global, suas propriedades encontram-se numa base nacional que legisla e protege seus capitais.

O Estado-nação não está desaparecendo, como afirmam estes autores. O que acontece na realidade é a tentativa de controle do Estado-nação estadunidense sobre os demais países. Havendo um declínio da soberania de alguns Estados-nações em favor do Estado Imperialista estadunidense. O que podemos afirmar é que o Estado-nação atual, como no passado, prossegue operando como um agente de controle e hierarquização em favor do capital diante do trabalho.

O Estado nacional não só não foi eliminado como instância estratégica como continuou a desempenhar papéis importantes na reconstrução dos espaços mais atingidos pela crise dos anos 70-80. As novas formas institucionais que passam a responder pela regulação do ciclo reprodutivo do capital no âmbito internacional mais parece reforçar do que negar alguns de seus papéis históricos fundamentais. Não se trata, apenas de papéis tradicionais enquanto fonte de legitimação e coerção, mas de sua inserção mesmo como instância necessária à transformação das dinâmicas internas nos espaços nacionais como componente do processo de acumulação internacional (OLIVEIRA, 2004, p. 233-234).

Se analisarmos as três últimas décadas, verificaremos que o capital e os mercados financeiros estão cada vez mais vinculados ao poder político estatal. “[...] a globalização entendida como a mundialização do capital não apaga a existência de Estados Nacionais, nem as relações de dominação e de dependência entre eles. Ao contrário, acentuam os fatores de hierarquização entre países [...]”, afirma Chesnais (1997, p. 22).

O Estado-nação estadunidense, representante de um poder imperialista, se legitima através de armas mais poderosas e de ações repressivas, objetivando a detenção de acumulação rentista e produtiva. Assim, podemos deduzir que nem o capital e nem os mercados financeiros estão desvinculados do poder político estatal. Este é, na verdade, um grande parceiro, um facilitador à multiplicação da lucratividade, seja na esfera financeira ou/e produtiva. Chesnais (1997) nos esclarece que o poder político, ou melhor, o Estado não muda sua essência e nem seu papel. O que acontece de fato é mudança na forma de atuação e proteção dos espaços nacionais econômicos no sentido de fornecer segurança a seus capitais.

Diante das definições teóricas sobre Imperialismo (Lenine) e Império (Hardt e Negri), podemos afirmar que existe algo novo, se considerarmos as particularidades do tempo e do espaço. O novo papel, por exemplo, das instituições “supranacionais” (FMI, Banco Mundial e OMC) pós *Bretton Woods*, é servir à dinâmica do capital. Estas instituições que servem ao capital permitem uma nova configuração interestatal, com forte caráter hierárquico de dominação entre as nações.

Os Estados Unidos possuem a maior influência e domínio sobre os demais países, porém a existência de rivais imperialistas (Japão e países Europeus) e a negação da existência de somente um império nos levam a questionar e a realizar uma análise real das novas forças do imperialismo.

Todo esse debate teórico e conceitual de Imperialismo (Lênin), de Império (Hardt & Negri) e Estado-nação permite prosseguir para uma análise mais específica do que realmente se pretende demonstrar neste trabalho: as rivalidades imperialistas.

6.0 MILITARISMO

6.1 MILITARISMO EM ROSA LUXEMBURGO

Com o advento do militarismo no capitalismo, os modos de produção pré-capitalistas (campesinato, artesanato) desaparecem, em prol de uma indústria militar, fonte geradora de lucros, que por sua vez permite a abertura de novos mercados para a indústria bélica, e, por conseguinte, possibilita a elevação da taxa de lucros por meio da exploração de trabalho com redução salarial.

A forma mais direta de financiar o militarismo é através da cobrança de impostos à classe operária, como esclarece Rosa Luxemburgo *apud* Rowthorn, (1980). Os efeitos desta cobrança possuem duas finalidades: a cobrança de impostos para pagar salários de possíveis desempregados ou camponeses que trabalharam no exército e, para o gasto em armamentos.

No primeiro caso, não haverá alteração no quadro econômico, pois só haverá uma permuta do poder de compra do operário para os soldados, ou melhor, o não consumo do operariado será trocado pelo consumo dos soldados.

Quando a cobrança de impostos é destinada à aquisição de armamentos, gera-se um sistema industrial bélico, ao qual o incremento na

taxa de lucro é substancial devido à incidência de impostos a classe trabalhadora que reduz seu ganho salarial. E o ganho expressivo da taxa de lucro se dá pela exploração dos capitalistas sobre os operários, que ao produzir mais valia, financia as despesas bélicas.

Esse é o mecanismo que o militarismo engendra a acumulação capitalista e possibilita o desenvolvimento produtivo, elevando a demanda por empregos, impedindo que fatores externos ou internos, ou melhor, que uma crise de realização do capital se manifeste.

Entretanto, a forma que se utilizam os impostos em prol da produção de armamentos possui efeitos no setor capitalista, que devem ser abordados. De acordo Rowthorn (1980, p.230) se forem para

pagar salários de um exército regular retirado das fileiras camponesas ou desempregadas, não afetarão de modo algum o setor capitalista. O consumo da classe operária será reduzido em determinado montante e em seu lugar haverá um montante exatamente igual de consumo feito pelos soldados. Nem a escala nem o padrão de demanda dos produtos capitalistas sofrerá modificações, e a taxa de lucro será a mesma de antes. Assim, a classe capitalista não obterá qualquer benefício econômico direto de uma transferência de poder de compra dos operários para os soldados.

De acordo com Rosa Luxemburgo *apud* Rowthorn (1980), se a destinação destes impostos for para gastos em armamentos haverá incrementos na taxa de lucro (gerada pela redução salarial dos trabalhadores e pela exploração, que produz mais-valia e financia as despesas em armamentos e a taxa de lucro) acompanhada de um mercado para os produtos bélicos.

Outro ponto a ser abordado, no que diz respeito ao militarismo, é definir se o trabalho despendido na produção de armas é produtivo ou improdutivo. Assim, podemos afirmar de acordo com a teoria da Rosa Luxemburgo sobre o militarismo, o trabalhador é produtivo, quando: o capital extrai do trabalhador mais valia no processo produtivo produzindo uma mercadoria que é vendida do

mercado e possui valor; os trabalhadores operários são empregados de uma empresa capitalista e estão a serviço do capital.

A produção de armamentos é produtiva, pois produz mercadoria que possuem valor e são destinadas ao mercado e, há trabalho produtivo que a legitima. O trabalho produtivo caracteriza-se pela existência de trabalhadores assalariados, empregados em empresas capitalistas, que geram mais valia em troca de salário.

Rowthorn (1980) nos alerta que podemos não corroborar com a idéia de Rosa Luxemburgo, afirmando que o Estado compra a força de trabalho, porém, esta afirmação é errônea no sentido que a compra da força de trabalho é realizada pela empresa capitalista, o Estado compra os armamentos. Para se considerar que a produção de armamentos é improdutiva e conseqüentemente a força de trabalho, teríamos que afirmar que quem emprega os trabalhadores é o Estado, e não a empresa capitalista. A força de trabalho dos trabalhadores é trocada pelo capital das empresas e não pela renda do Estado. Abandonamos a avaliação que o comprador da mercadoria define a improdutividade ou produtividade da produção de armamentos. Isso não deve ser considerado na avaliação de trabalho produtivo, este deve ser mensurado pela formação capitalista, ou seja, o trabalhador tem que estar empregado em uma empresa capitalista e geradora de mais-valia.

Dessa forma, a indústria bélica e suas empresas, pelo fato do comprador ser sempre o Estado não podem causar a falsa impressão de que não é geradora de lucro, como já mencionado; o Estado é apenas o comprador dos armamentos, quem adquire a força de trabalho e a explora é a empresa capitalista bélica. O Estado não produz armas, as compra. A taxa de exploração que alimenta a taxa de lucro capitalista está presente nas empresas de armamentos.

Assim, podemos afirmar que o militarismo é agente de acumulação de capital por fazer elevar a taxa de lucro. A indústria bélica, ao se modernizar através do avanço tecnológico e científico se torna um multiplicador que

reforma a economia, sobretudo em momentos de crise econômica. Luxemburgo (1984, p.97-98) reforça esta idéia acrescentando que:

Quanto mais o capital, por meio do militarismo, liquida com a existência de camadas não-capitalistas e reduz as condições de vida das classes trabalhadoras, mais a história cotidiana da acumulação de capital no cenário mundial transforma-se em uma série de catástrofes e convulsões políticas e sociais que, em combinação com as catástrofes econômicas periódicas (em forma de crises), inviabilizam a acumulação ao mesmo tempo em que tornam imprescindível a rebelião da classe operária internacional contra a dominação do capital, antes mesmo que essa dominação tropece economicamente nas barreiras naturais que ela mesma criou.

Mas para que o militarismo venha a ter este efeito, deve haver uma distribuição de renda que incremente o capital, essa possibilidade se realiza diante de um quadro econômico e político oportuno. Para Rowthorn (1980, p. 237-238),

(...) o militarismo envolve mais que o simples dispêndio em armamentos e nas forças armadas. Faz parte de todo o sistema de poder, no qual o bloco dominante, muitas vezes compostos de capitalistas e latifundiários, mantém sua posição e intensifica a exploração do restante da sociedade. Se esse poder for usado para baixar o padrão de vida popular, o resultado poderá ser grande aumento da taxa de exploração. A mais valia adicional que se torna assim disponível pode ser suficiente, mesmo após a subtração de despesas militares e outras efetuadas pelo Estado, para proporcionar lucros adicionais à classe capitalista. Se for o caso o militarismo aumentará a taxa de lucro, embora acarrete maciço desperdício de recursos. (...) o militarismo pode vir acompanhado de um desenvolvimento especial de tecnologia e das forças produtivas, de modo que a produtividade aumente rapidamente e seja possível a produção de um excedente cada vez maior, mesmo sem redução do padrão de vida.

Podemos afirmar então diante dessa análise, que a teoria de Rosa Luxemburgo do Militarismo abordada por Rowthorn (1980) está intrínseca a um sistema de poder e uma organização econômica (distribuição de renda e organização da produção) em favor da elevação a taxa de lucro, ou melhor, na

acumulação de capital, quando esta não consegue se realizar como valor em processo historicamente determinado.

A teoria do imperialismo, (onde também se inseri a teoria do militarismo) em Rosa Luxemburgo nos revela elementos fundamentais para entendermos a dinâmica capitalista, suas leis e contradições. No que se refere as contradições, podemos dizer que ao mesmo tempo em que o capital necessita usurpar das nações não capitalistas sua substancia vital, a sua própria dinâmica favorece a transformação destas nações em economias capitalistas destruindo portanto a base necessária para a sua expansão. Estas novas economias capitalistas, agora economias periféricas, continuaram sendo exploradas pelos centros capitalistas, mesmo que por novos mecanismos, próprios do imperialismo, como o domínio econômico através da dependência destas nações para com o centro do sistema.

O Imperialismo se enseja nesta contradição, sobretudo como fase final do capitalismo. E é também nesta contradição que o capitalismo se amplia de forma global, como não fora possível em outros modos de produção anteriores.

É exatamente neste sistema de poder, que o imperialismo se apóia nas ações militares, e se fortalece através de um *complexo-industrial-militar* que está a serviço do capital.

6.2 MILITARISMO NO SÉCULO XXI: O PODERIO MILITAR DOS ESTADOS UNIDOS (OCUPAÇÕES MILITARES)

Neste presente século, o poder imperialista dos Estados Unidos vem principalmente do seu enorme aparato bélico e militar: complexo militar-industrial (mísseis balísticos, submarinos lançadores de engenhos, bombardeios estratégicos, etc.).

Magdoff (1978, p. 127), revela-nos que a ajuda externa aos demais países do globo sempre esteve extremamente ligado a interesses políticos e militares dos EUA, vejamos tais interesses:

Acesso permanente a bases militares e outras facilidades estratégicas localizadas em determinados países em desenvolvimento; conservação das ligações com aliados formais e aumento da capacidade defensiva desses aliados; procrastinação do reconhecimento da China comunista e de sua admissão nas Nações Unidas; desencorajamento do comércio, particularmente de produtos estratégicos, com a China comunista, Cuba e Vietnã do Norte; de modo mais geral, quanto a posições da política externa dos países em desenvolvimento, encorajamento da independência ou de um alinhamento pró-ocidente.

Os Estados Unidos possuem bases militares espalhadas por todo globo que legitimam cada vez mais seu poder imperialista.

[...] o departamento da defesa americano, equivalente a ministério, que conta com 5.700 bases maiores e menores e outras instalações militares no próprio território nacional e suas dependências, mantém no exterior 725 bases e instalações, espalhados por 38 países, das quais 35 bases enormes, no valor cada uma de mais de 800 milhões de dólares – cada uma das outras vale pelo menos 10 milhões de dólares (POMPEU, 2003, p. 5).

Estas são as bases militares divulgadas oficialmente, pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, mas existem aquelas bases que estão sob total sigilo.

Com suas bases militares, os Estados Unidos ocupam militarmente o território de nada menos que 69 países: um número que continua a crescer com a ampliação da OTAN. Essas bases não existem para benefícios das pessoas – a grotesca justificativa ideológica -, mas para benefício único do poder de ocupação, de forma a lhe dar condições de impor políticas que melhor atendam seus interesses (MÉSZÁROS, 2003, p. 55).

No que concerne à ocupação militar de territórios, os Estados Unidos, desde 1991, vêm exercendo um ativismo militar sem precedentes como comprova a ampliação de suas bases militares nos mais diversos países e, principalmente, as ocupações recentes do Afeganistão e do Iraque. Mézáros

(2003) nos alerta que antes mesmo das ocupações territoriais recentes (Afeganistão e Iraque), que o Imperialismo contemporâneo também está vinculado a ocupações de territórios. Vejamos:

Os que sustentam que hoje o imperialismo não implica a ocupação militar de territórios não apenas subestimam os perigos que nos esperam, mas também aceitam as aparências mais superficiais e enganadoras como as características substantivas definidoras do imperialismo de nosso tempo, ignorando tanto a história quanto as tendências contemporâneas de desenvolvimento (MÉSZÁROS, 2003, p. 55).

A necessidade de garantir o acesso aos recursos estratégicos, principalmente o petróleo, maior fonte de energia da indústria dos EUA, é uma das principais estratégias da instalação de bases militares no mundo. “Os Estados Unidos são viciados em petróleo [...], afirmou Bush”. (BUSH AFIRMA..., folha online, 16 mar. 2006).

Larson (2002), subsecretário de Estado para assuntos econômicos, comerciais e agrícolas dos Estados Unidos, relata que:

Dois terços das reservas de petróleo conhecidas no mundo estão no Oriente Médio. [...] os Estados Unidos, dependem das importações para atender as necessidades crescentes de petróleo. As reações provenientes de interrupções no abastecimento global de petróleo abalarão a economia global. Por fim, Estados problemáticos controlam quantidades significativas de petróleo (LARSON, 2002, p. 19).

Spercer Abraham, secretário de energia dos Estados Unidos, justifica esse “vício” dos Estados Unidos por petróleo estimando:

[...] um aumento no produto interno bruto de aproximadamente 3% ao ano no mesmo período, a demanda total por petróleo nos Estados Unidos poderá crescer de aproximadamente 20 milhões para 28 milhões de barris por dia. Em consequência, as importações líquidas de petróleo podem saltar de 53% para 70%, com muito desse petróleo vindo do Golfo Pérsico. E, com o crescimento da capacidade de refinação reprimido por regulamentações e questões econômicas, a previsão é que os produtos refinados representem uma fatia crescente dessas importações, chegando a 20% do total de importações líquidas de petróleo até 2025, segundo estimativas (ABRAHAM, 2004, p. 5).

Mas segundo Cecenã²⁷ (2004), a expansão do poderio militar estadunidense, além de visar à dominação dos reservatórios petrolíferos na Ásia e Oriente Médio, visa também as áreas ricas em minérios essenciais para indústria, biodiversidade e água na África e América Centrais e na Amazônia.

O aparato da inteligência americana hoje não se restringe à esfera meramente política, mas cada vez mais mapeia o mundo conforme suas riquezas naturais. Se analisarmos as localizações da maior concentração de bases militares, isso fica claro. Esse aparato todo é posteriormente adaptado – ou não - e repassado para a iniciativa privada. Isso justifica, por exemplo, o astronômico orçamento militar americano. O retorno à iniciativa privada é garantido (CECECÁ, boletim Carta Maior, 12 fev. 2004).

Percebemos a existência da mesma disputa de fontes de matérias primas entre grandes potências nos moldes das que levaram às duas guerras mundiais, no século XX, como já mencionado no **capítulo 3.0 GUERRAS MUNDIAIS E RIVALIDADES IMPERIAIS**.

Desde o início dos anos 90, a fim de reduzir custos e pessoal militar, o Pentágono delineou uma nova estratégia para instalação de bases militares munidos de todo um aparato bélico (pistas de aviação, quartéis, estoques de combustível etc.), porém sem ocupação permanente. Essa estratégia baseava-se na existência de bases militares de uso imediato quando fosse necessário atuar militarmente. Estas bases militares eram também usadas para treinar tropas estadunidenses e locais, e, sobretudo para familiarizar o país dominado com o equipamento militar objetivando a venda do seu material bélico, fornecendo sustentabilidade à indústria militar.

Vejamos através da figura abaixo as instalações militares dos Estados Unidos no mundo, as regiões em negrito as demonstram.

²⁷ Ana Esther Ceceña é cientista política da Universidade Autônoma do México (UNAM).

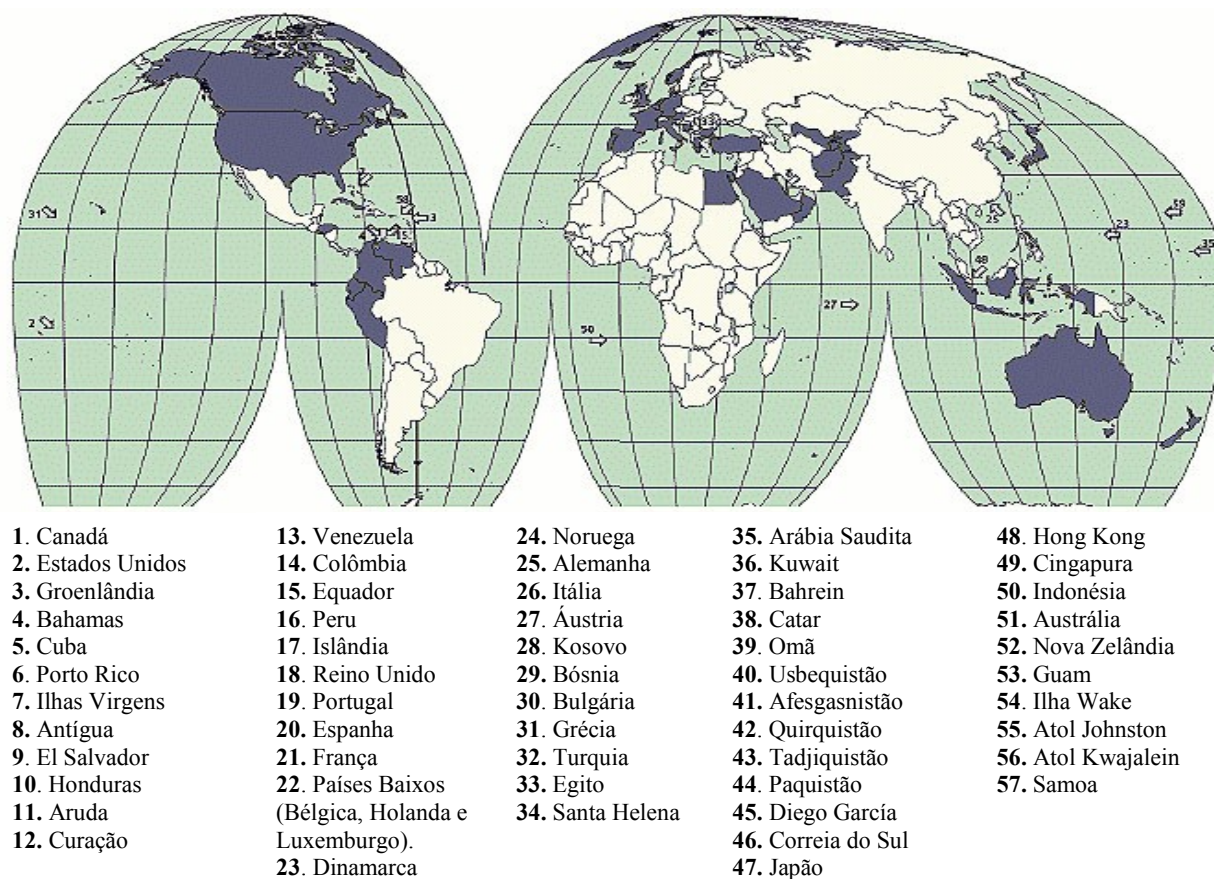


FIGURA 1 – Bases Militares dos Estados Unidos no Mundo

Fonte: Adaptado de DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS (*U.S Department of Defense*) apud de Galindo, 2002.

Vejamos a interpretação de Magdoff (1978, p. 207), sobre as bases militares e suas implicações no mundo:

A extensão do mundo “livre” e o grau de sua “segurança” é que definem as fronteiras geográficas onde o capital é relativamente livre para investir e comerciar. As bases militares largamente espalhadas, as atividades militares de longo alcance e o concomitante complexo de despesas internas e externas servem a muitos propósitos de interesse especial para a comunidade de negócios: 1) proteção das fontes de matéria-prima presentes e em potencial; 2) salvaguarda de investimentos e mercados estrangeiros; 3) conservação das rotas comerciais aéreas e marítimas; 4) preservação das esferas de influência em que os negócios dos Estados Unidos possuem força competitiva para investimentos e comércio; 5) criação de novas clientela e investimentos no estrangeiro, via auxílio econômico e militar; e, de modo mais geral, manutenção da estrutura dos mercados mundiais capitalistas, não só para os Estados Unidos diretamente mas também para seus parceiros menores, das nações industrializadas, em que os negócios norte-americanos cada vez mais se emaranham.

Entre os anos de 2001 e 2003 foram instaladas em mais de 50 países, 730 instalações militares. A expansão das bases militares se expande a cada dia. Com a instalação e ampliação de bases militares estadunidenses à margem da Amazônia, ficando o Brasil cercado por bases militares estadunidenses.

O Paraguai aprovou recentemente a realização de exercícios militares dos Estados Unidos em seu território para não perder aportes financeiros do governo dos Estados Unidos. Dos 13 exercícios militares que os Estados Unidos realizarão no Paraguai (que duraram até 2006), apenas dois são voltados para atividades civis, como assistência médica, por exemplo. Assim Washington vai implantando mais uma base militar na América Latina.

Planos militares, econômicos e comerciais, embargos, intervenções, vigilâncias e ameaças caracterizam as instalações de bases militares na América Latina, vejamos alguns exemplos:

- Plano Colômbia²⁸, plano militar na Colômbia, Peru e Equador;
- Plano Puebla Panamá, plano econômico no México e a América Central;
- Embargo comercial e ameaças de intervenções (Cuba);
- Plano Dignidade (Bolívia);
- Acordos bilaterais de comércio (Chile);
- Vigilância na base espacial em Alcântara (Brasil);
- Vigilância especial da CIA (Agência Central de Inteligência) e da DEA (Agência de Repressão a Drogas).

²⁸Segundo POMPEU (2003), com o pretexto de desenvolver a economia da Colômbia e resolver o problema da “narcoguerrilha” e da guerra civil, os Estados Unidos instauraram o Plano Colômbia, que na verdade significou a dominação estadunidense com ações militares ativas. Somadas as instalações de grandes empresas transnacionais americanas (*Occidental Petroleum* e fábricas de armamentos) na região.

Além de todas essas ações na América Latina, que reforçam ainda mais a dominação imperialista estadunidense, toda a economia dessa região é controlada direta ou indiretamente pelo FMI (Fundo Monetário Mundial) e BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento). É importante ressaltar que a América Latina possui significativas reservas petrolíferas, que podem acabar com a dependência dos Estados Unidos no Oriente Médio, tornando-se uma excelente opção aos Estados Unidos.

Recentemente os EUA cercaram a Venezuela com a instalação de 13 bases militares nos países aliados a Washington, são elas: Na América Central: República de El Salvador (Base Militar de Comalapa), República de Honduras (Base Militar Soto Cano, em Palmerola), Costa Rica (Base Militar de Liberia). Na América do Sul: Colômbia (Base Militar de Arauca, Base Militar em Larandia, Base Militar Tres Esquinas), República do Peru (base Militar de Iquitos e base Militar de Nanay), República do Paraguai (Base Mariscal Estigarribia). No Caribe: Base Naval de Guatâmano. Em Porto Rico: Base Militar de Vieques.

Estas bases militares aparentemente têm como objetivo a “segurança hemisférica” através de “acordos de cooperação e assistência técnica em defesa e segurança”, legitimada pela Doutrina de Segurança Nacional estadunidense. Estas bases militares na realidade objetivam neutralizar qualquer oposição de governo aos interesses dos Estados Unidos, como é o caso do Governo Bolivariano da Venezuela.

Essas bases militares, além de legitimar o imperialismo estadunidense reforçam também suas estratégias militares, alimentando seu militarismo.

6.3 GUERRA: UMA FONTE INESGOTÁVEL

Os príncipes, por conseguinte, não deveriam ter outro objetivo ou pensamento além da guerra, a organização e disciplina das tropas, nem estudar qualquer outro assunto; pois esta é a única arte que se espera de quem comanda. Tal é sua importância que não só mantém no poder os que nasceram príncipes, mas torna possível a homens comuns galgar a posição de soberano. Observamos que, quando príncipes se interessam mais pelas coisas amenas do que pelas armas, perdem seus domínios. A causa principal da perda dos estados é o negligenciar a arte da guerra; e a maneira de conquistá-los é ser nela bem-versado.

Maquiavel, O Príncipe

Se olharmos para a história do capitalismo no século XX, processo mais ou menos contínuo no pós-guerra (últimos sessenta anos), verificaremos que o processo de monopolização da regulação do comércio internacional, da moeda de reserva internacional, do desenvolvimento científico e tecnológico mundial, foram acontecimentos de suma importância para o desenvolvimento da superioridade estadunidense.

Sendo assim temos três causas básicas e interligadas para esta superioridade: a própria capacidade industrial; a superioridade no desenvolvimento das pesquisas científicas básicas e uma síntese das duas primeiras, a monopolização da produção de armamentos neste período, principalmente frente ao Japão e Alemanha, que praticamente congelaram as suas produções de armamentos e foram literalmente ocupadas pelas bases militares estadunidenses.

Sabemos que a produção de armamentos tem duas funções econômicas muito importantes: age como poderoso fator anticíclico (como poderosa fonte de demanda para a economia doméstica nos períodos de crise) e como generosa por excelência do desenvolvimento científico e tecnológico no regime capitalista.

Toda essa histórica posição reguladora da economia mundial, somada ao monopólio da produção de armas sofisticadas (“complexo militar-industrial”) por parte dos Estados Unidos está presente nesse início de século XXI. Sabemos que a guerra parte de um sistema amplo e consiste da política externa dos EUA e não de uma emocional luta de poderes.

Diante da grande recessão mundial e, conseqüentemente o desaquecimento da principal economia do planeta, o que resta aos Estados Unidos é reagir diante das adversidades do sistema capitalista. A crise econômica (deflação e desemprego) só poderá ser resolvida através da instauração de uma guerra, e é exatamente isso que os Estados Unidos vêm obedecendo à risca.

Rosa Luxemburgo já nos sinalizava que os períodos de grandes guerras são os mais adequados para sustentar por longo tempo expansão da produção capitalista e, sobretudo, para reduzir suas crises. As crises de superprodução de capital podem ser anuladas por um bom tempo quando os capitalistas conseguem aumentar as ações bélicas (gastos militares).

Mas será que as ações militares sustentadas por excessivos gastos militares estão solucionando os problemas relacionados às crises capitalistas? Ou são apenas ilusões imperialistas como nos mostrará Beinstein (2004)?

O atentado de 11 de setembro de 2001 foi um acontecimento de suma importância para os Estados Unidos declarassem uma guerra permanente e sem fim contra o terrorismo. E quando não houvesse um inimigo tangível, a doutrina Bush (“guerra preventiva”) daria continuidade e sustentação as estratégias de fortalecimento da sua economia através destas falsas justificativas.

Pretextos é o que não faltam para afirmação dos Estados Unidos como país imperialista. Sempre haverá guerras que o justifique. Como a “guerra pela democracia” (contra a Venezuela e Indonésia), “guerra pela independência das nações oprimidas” (como o Aceh, na Indonésia), intervenção contra o “eixo do mal” (Líbia), uma ação na Amazônia e combate do terrorismo das forças Revolucionárias da Colômbia (Farc) etc.

Além de disseminar estes falsos pretextos, os Estados Unidos possuem outra tática de cunho ideológico. É a concepção de que os interesses dos Estados Unidos se confundem com os interesses verdadeiros de todos os povos do mundo. Exemplo disso foi a guerra do Iraque que “livrou” os iraquianos do poder tirânico de Saddam Hussein. Assim eles mantêm a falsa impressão de o que é bom para Estados Unidos é bom para todo mundo.

O complexo militar-industrial dos Estados Unidos é a manifestação mais cabal do que a guerra pode proporcionar a economia em épocas de crise econômica.

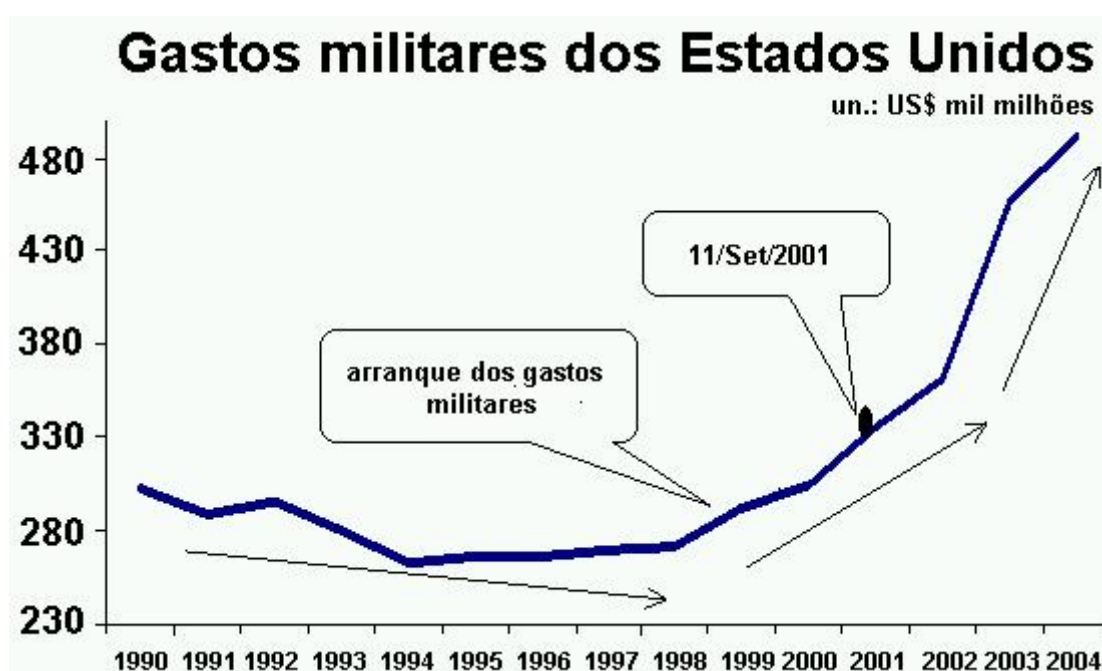


GRÁFICO 1 – Gastos Militares dos Estados Unidos

Fonte: Adaptado de DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS (*U.S Department of Defense*) apud Economic Time Series Page *Economagic.com*

Percebemos no gráfico acima, que os gastos militares dos Estados Unidos possuem uma significativa elevação, desde o governo Clinton. Com maior ênfase do Governo Bush após os ataques de 11 de setembro. E continuam aumentando progressivamente.

Magdoff (1978, p.209), descreve que as:

despesas militares exercem nítida influencia na economia, porque fortalecem o centro estratégico da estrutura industrial existente. Isso é especialmente digno de nota por que o investimento de negócios não é, conforme se imagina com demasiada freqüência, o fluxo de uma correnteza livre. Há uma interdependência muito clara entre: a) o programa de taxas de salários, preços e lucros; b) a estrutura da indústria em evolução (tipos de indústrias inter-relacionadas, cada qual planejada para dar lucro na escala dos mercados internos e externos que possa obter); c) a direção dos novos investimentos lucrativos.

Os grandes pedidos do governo dos Estados Unidos para as empresas de aviação e de armas bélicas fortalecem as grandes corporações e, conseqüentemente são injetados bilhões e bilhões de dólares na economia com inúmeros “empregos” de guerra, revertendo dessa forma o cenário de deflação e desemprego (período de crise).

Nada como uma guerra para reanimar uma economia capitalista. Por exemplo, a Boeing acaba de receber do Pentágono um contrato de 14,92 bilhões de dólares para desenvolver novos aviões-tanque e novas armas para aviões. O governo Bush planeja gastar bilhões de dólares para recompor a produção de armas nucleares nos EUA, interrompida com o fim da guerra Fria (POMPEU, 2003 p. 6).

O vínculo do governo estadunidense com as relações de produção é notório, pois os principais representantes do governo Bush têm ligação com as empresas petrolíferas. O próprio presidente tem ligações diretas com estas empresas, ou melhor, toda a família Bush. “A política americana é fundamentalmente um assunto de família, como o são quase todas as oligarquias” (VIDAL, 2003 p. 17). A reconstrução do Iraque foi e continua se realizando pelas empresas estadunidenses vinculadas ao governo de Bush.

O Governo Bush está envolvido com as principais empresas de energia. Bush (pai) com o grupo *Carlyle*, Bush (filho) com a *Harken*, Cheney com a

Halliburton, Condolezza Rice com a *Chevron-Texaco*, Rumsfeld com a *Occidental* e Galé Norton com a *BP Amoco*.

Existe também uma relação entre a família Bush com a família Bin Laden, no que concerne a negócios com empresas de energia. Vejamos:

[...] o boato de que a família Bush havia lucrado de alguma forma com seu envolvimento de longa data com a família Bin Laden foi – e o que mais poderia ser? – uma simples questão de mau gosto. Mas o envolvimento de Bush Filho com o mal data de pelo menos 1979, quando sua primeira fracassada tentativa de entrar para a grande liga texana do petróleo o trouxe para perto de um certo James Bath, de Houston, amigo da família, que lhe deu US\$ 50.000 em troca de uma participação de 5% em sua firma Arbusto (palavra espanhola com o mesmo significado em português) [...] O Wall Street Journal poderia ter sugerido que outro beneficiário da guerra contra o Afeganistão seria, conforme expressou o Judicial Watch (28 de setembro de 2001), George H.W. Bush, pai do presidente Bush, que trabalha para a empresa da família Bin Laden na Arábia Saudita por intermédio do grupo Carlyle, uma firma de consultoria internacional. O pai de Bush se reuniu com a família Bin Laden ao menos duas vezes (VIDAL, 2003, p. 48-51).

É curioso ressaltar, que em sua reeleição em 2004 para presidente, Bush disse que sua vitória sobre o senador John Kerry teve a ajuda de Osama Bin Laden que divulgou uma ameaça gravada contra ele antes dos estadunidenses irem às urnas. “Eu achei que ajudaria” disse Bush [...] “Achei que lembraria às pessoas que se Bin Laden não quer que Bush seja presidente, deve haver algo correto sobre Bush” (BUSH DIZ..., terra notícias, 28 fev. 2006).

Toda essa relação do capital e o Estado estadunidense demonstram-nos a interdependência do governo de Bush com as empresas de energia (gás, petróleo etc.). E assim os Estados Unidos conseguem manter seu *hard power* e *soft power*.

Entretanto, Beinstein (2004), identificou que existem duas ilusões imperialistas e duas conseqüentes intoxicações de propaganda que afetaram a percepção da conjuntura internacional em 2003.

A primeira ilusão, segundo ele, foi gestada no primeiro semestre de 2003 (no mês de maio, mais especificamente), quando se dizia que uma vitória militar fácil dos Estados Unidos no Iraque contribuiria para reativar a economia do país (em franca recessão), com repercussões positivas para a economia global como um todo.

Alimentada por essa ilusão, propagou-se uma intoxicação propagandística que afirmava a superioridade invencível do Exército dos EUA e a marcha triunfal e inexorável de suas tropas (BEINSTEIN, boletim Carta Maior, 11 fev. 2004).

Essa intoxicação, para Beinstein (2004), afetou inclusive alguns críticos de esquerda, de boa consciência, que acabaram sustentando a tese de que o poder militar era terrível, mas que não havia nada a ser feito a respeito, visto tratar-se de um poder invencível.

Tal ilusão - e sua correspondente intoxicação - começou a ser desfeita no segundo semestre de 2003, quando as tropas norte-americanas, após terem derrotado com relativa facilidade o Exército regular de Saddam Hussein, começaram a enfrentar baixas diárias, ao enfrentar forças irregulares iraquianas no solo (BEINSTEIN, boletim Carta Maior, 11 fev. 2004).

Vejamos um relato de baixa militar americana no teatro da guerra:

Aqui na frente de batalha, essa guerra está cobrando seu preço no ânimo das tropas americanas. Eu vejo os sinais entre fuzileiros navais com quem estou nos arredores de Nasiriyah. Um bom número deles me tem dito que não esperavam encontrar o que têm visto pela frente. Eles enfrentaram uma semana de guerra de guerrilhas, e isso vai continuar ocorrendo. Eles estão frustrados com o fato de que seus líderes políticos passaram a impressão de que esta guerra seria mais fácil do que está mostrando a realidade. E também que eles deveriam ter sido orientados a esperar o tipo de resistência que vem encontrando por parte dos iraquianos. Um fuzileiro me disse: "Estou farto de que atirem em mim de todas as direções, o que quero é ir para casa". Outro problema são as condições prevaletentes por aqui. Houve grandes tempestades de areia no decorrer da semana, o que criou uma quantidade inacreditável de poeira. O resultado foi que os fuzileiros acordaram todos os dias em um acampamento que era um

verdadeiro lamaçal. A poeira pelo momento se assentou, mas eles continuam cercados de lama e montes de sujeira. Alguns fuzileiros estão literalmente acampados sobre lixo, e às vezes a quantidade de moscas é bastante deprimente (BBC de Londres, 30 mar. 2003).

Até Francis Fukuyama, um dos maiores defensores do pensamento neoconservador do governo Bush, revela a dificuldade deste governo em enfrentar a guerra do Iraque.

O governo Bush, escreve Fukuyama, "subestimou tremendamente os custos e as dificuldades da reconstrução do Iraque e de conduzir o país para uma transição democrática". Ele ignorou o ato crucial de que "é preciso que existam instituições previamente instaladas para que uma sociedade possa avançar do anseio amorfo pela liberdade para um sistema político democrático consolidado e funcional, acompanhado de uma economia moderna". Fukuyama prevê que "uma das conseqüências do fracasso percebido no Iraque será o descrédito de toda a agenda neoconservadora e a restauração da autoridade dos realistas em matéria de política externa" (KAKUTANI, jornal folha de São Paulo, 15 mar. 2006).

A segunda ilusão e a segunda intoxicação, estão relacionadas as más notícias no campo militar (a resistência iraquiana e as baixas diárias das tropas de ocupação), mas, supostamente, boas notícias no campo econômico (o crescimento de 8% da economia dos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2003). Beinstein (2004) lembrou que surgiram, nesse período, os tradicionais gurus da economia prevendo um crescimento espetacular para a economia estadunidense em 2004.

No entanto, para a infelicidade de tais gurus, essa intoxicação não durou dois meses, e os números reais da situação da economia dos EUA dissiparam a ilusão (BEINSTEIN, agência carta maior, fev. 2004).

Tanto é assim, destacou Beinstein (2004), que no Fórum Econômico Mundial de Davos de 2004, foi mencionado e debatido os desequilíbrios econômicos fundamentais que ameaçam hoje a estabilidade do sistema

capitalista global, a saber: o retorno das bolhas especulativas (especialmente no setor imobiliário), o cada vez maior déficit fiscal dos Estados Unidos, (estimado em torno de US\$ 400 bilhões, com previsão de crescimento para US\$ 500 bilhões, em 2005) e a continuada queda do dólar frente ao euro.

Especialistas reunidos na 33ª edição do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, advertiram hoje que os desequilíbrios orçamentário e comercial dos EUA podem ameaçar a recuperação da economia global²⁹ [...] Os crescentes desequilíbrios na economia mundial constituem uma das maiores preocupações para sua reativação, disse Laura Tyson, professora da London Business School e ex-conselheira econômica do governo de Bill Clinton [...] Laura se disse convencida de que os desequilíbrios constituem riscos muito sérios por significar que as taxas de juros vão subir e que o dólar continuará enfraquecido [...] Os métodos americanos para reativar a economia, como a redução de impostos e uma política monetária com baixas taxas de juros, alimentam esses desequilíbrios, explicou Stephen Roach, chefe economista da Morgan Stanley (DÉFICIT AMERICANOS..., Uol economia, 21 jan. 2004).

Assim, a política econômica implementada pelo governo de George W. Bush e seu braço militar intervencionista estão empurrando o mundo para uma situação de alto risco. No plano econômico, essa política se caracteriza pela oferta de dinheiro barato com taxas de juros muito baixas (estimulando o consumo e o endividamento das camadas mais ricas da população), redução de impostos beneficiando principalmente esses setores mais ricos, elevação do déficit³⁰ e aumento expressivo dos gastos militares.

É válido lembrar que estes desequilíbrios persistem atualmente, no final do governo Bush e próximo das eleições para presidente dos Estados Unidos.

²⁹ Em dezembro de 2003, o governo americano registrou “um déficit orçamentário de US\$ 16,2 bilhões, contra um excedente de US\$ 4,7 bilhões em dezembro de 2002. Nos 11 primeiros meses do ano passado, os Estados Unidos registraram um déficit comercial recorde de US\$ 446,81 milhões”. (DÉFICIT AMERICANOS..., Uol economia, 21 jan. 2004).

³⁰ Em 2005 o déficit comercial “atingiu o recorde de US\$ 805 bilhões, o equivalente a 6,4% do PIB e 20,5% a mais que o déficit em conta corrente em 2004” (TREVISAN, Jornal Folha de São Paulo, 2 abr. 2006).

7.0 RIVALIDADES IMPERIALISTAS

Para Lênin (1985, p. 90) “(...) a própria essência do imperialismo é a rivalidade entre as grandes potências com vista à hegemonia, isto é, à conquista de territórios – não tanto por eles próprios como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia”.

Dessa forma Lênin (1985, p. 91), levando em conta a teoria de Hobson (1981), nos revela que

O novo imperialismo distingue-se do velho, primeiro porque, em vez de existir somente um império crescente, segue a teoria e a prática de impérios rivais, cada um deles guiando-se por idênticos apetites de expansão política e de lucro comercial; segundo, porque os interesses financeiros, ou relativos ao investimento de capital, predominam sobre os interesses comerciais.

Assim para entendermos as tendências econômicas do imperialismo, e suas conseqüências políticas e sociais, se faz necessário visualizarmos o cenário aos quais estas tendências se manifestaram e para onde convergem.

A disputa entre as nações industriais por matérias primas e uma melhor posição no mercado mundial, foram novos ingredientes do novo imperialismo que se iniciou no século XIX.

Esse novo imperialismo, em seu ímpeto, não deixou intacto nenhum canto da terra: o mundo todo foi transformado e adaptado às necessidades das novas indústrias, dominantes em cada uma das nações industrializadas e à rivalidade destas nações, sob a pressão de tais necessidades. (MAGDOFF, 1978, p.33).

Antes a competição situava-se entre poucas firmas, agora a competição é entre enormes corporações, chegando verdadeiramente em nível internacional. A disputa entre as grandes e variadas corporações se multiplica e se internacionaliza. O antagonismo entre centros industriais de desenvolvimento desigual é o eixo da roda imperialista, sendo que as grandes

nações com suas gigantescas corporações penetram nos mercados estrangeiros com a finalidade de intensificar suas rivalidades nacionais.

A unidade e a rivalidade imperialista foram postas em vários momentos históricos como o objetivo de explicitar a atuação do imperialismo no âmbito mundial. Existiram autores que desenvolveram suas análises em cima da unidade e rivalidade imperialista.

Da possibilidade de apenas um Estado-Nação dominar os demais, temos o superimperialismo teorizado por Karl Kautsky. O superimperialismo se caracteriza pela liderança de um Estado nacional, este representado pela nação norte-americana no pós-guerra, harmonizada com a supremacia de grupos econômicos oligopolizados, os quais têm o controle sobre a produção através da concentração da propriedade do capital em termos da economia global, tendo as outras nações posições acionárias minoritárias.

Em Lênin (1985, p. 92) encontramos o pensamento do ultraimperialismo em Kautsky.

Do ponto de vista puramente econômico, escreve Kautsky, não é impossível que o capitalismo venha atravessar ainda uma nova fase onde a política dos cartéis seja alargada à política externa, uma fase de ultraimperialismo isto é, de superimperialismo, de união, e não de luta entre os imperialismos do mundo inteiro.

Da coalizão dos Estados-Nações e na tentativa de manter um interesse comum, temos o ultra-imperialismo que é configurado pelo modelo de Estado supranacional resultante de fusões e incorporações internacional do capital sem a hegemonia de capitais nacionais, resultando na impossibilidade de existir supremacias entre nações. Tratava-se da formação de uma espécie de associação voluntária e de cooperação das nações imperialistas, que regularia pacificamente os seus conflitos de interesses, marcando o compasso ao processo econômico mundial.

Este modelo suscita a criação de um Estado mais forte do que o tradicional Estado nacional. Dada as devidas ponderações de natureza superestrutural quanto as dificuldades de se efetivar este modelo de estado

supranacional, têm-se observado mais recentemente no capitalismo globalizado, a formação de blocos econômicos, a exemplo da União Européia, da APEC, do Mercosul, da Nafta, das discussões atuais sobre a formação da Alca, e tantos outros, os quais em seus diversos estágios visam criar mercado intrabloco.

Dessa forma o superimperialismo e o ultraimperialismo representam à unidade de um bloco imperialista e tem suas raízes da teoria de Karl Kautsky. Lênin (1985, p. 93) critica o ultraimperialismo de Kautsky, dizendo que

Se, por ponto de vista puramente econômico, se entende uma “pura” abstração então tudo o que se poderá dizer relaciona-se com a seguinte tese: o desenvolvimento atua no sentido dos monopólios e, conseqüentemente, no sentido de um monopólio universal, de um único truste mundial. Isso constitui um fato incontestável, mas também uma afirmação absolutamente carecida de conteúdo, tal como o seria a que consistisse em afirmar que o “desenvolvimento se faz no sentido” da produção de gêneros alimentícios em laboratórios. Neste sentido, a “teoria” do ultraimperialismo” é um absurdo, semelhante ao que seria uma “teoria da ultra-agricultura. Mas, se, ao falar das condições “puramente econômicas” da época do capital financeiro, se fala de uma época histórico-concreta, que se situa no início do século XX, a melhor resposta às abstrações sem vida do “ultraimperialismo” (que servem tão só um fim reacionário consistente em desviar a atenção das profundas contradições existentes) consiste em opor-lhes a realidade econômica concreta da economia mundial contemporânea. Os conceitos absolutamente vazios de Kautsky, nomeadamente a respeito do ultraimperialismo, favorecem a idéia, profundamente errada, e que “leva água ao moinho” dos apologistas do imperialismo, segundo a qual a supremacia do capital financeiro atenuaria as desigualdades e as contradições da economia mundial quando, na realidade, as reforça.

Para muitos teóricos a defesa da hegemonia dos EUA se justifica pelo maior número de empresas americanas em relação às européias e japonesas. Seguindo esta corrente de análise os EUA desnacionalizam as empresas dos outros países para entrada de seus capitais, assim o capital estadunidense dominante subordina os demais capitais dos outros países o que gera a unificação do imperialismo representado pela hegemonia estadunidense.

Porém mais próximo da realidade visualizamos a existência de rivais imperialistas, que não aceitam a subordinação dos capitais estadunidenses e

desafiam a hegemonia dos EUA. Verificamos que desde a década de 1970 as empresas dos países europeus e o Japão vêm ganhando força em termos produtivos em relação as dos EUA.

É claro que quantitativamente as empresa dos EUA ainda são superiores, mas esta superioridade se torna cada vez mais vulnerável. E o capital europeu e japonês terá que constantemente desafiar a hegemonia estadunidense, a fim de diminuí-la.

Podemos também questionar a presença das desnacionalizações por parte dos EUA, observando reações opostas. A criação da União européia é um fato que vem em desencontro a estas manifestações que visam afirmar a hegemonia dos EUA.

A rivalidade interimperialista se situa justamente na negação da existência exclusiva de um país dominante. Lênin, afirmava que a rivalidade e a contradição era um traço fundamental do imperialismo. Com o advento das rivalidades, o imperialismo se manifesta por meio da autonomia dos Estados Nações e seus antagonismos. Os conflitos existem em prol de interesses particulares e põe em cheque a unidade do sistema.

A luta pelos mercados internacionais entre as empresas estadunidenses, européias e japonesas só legitimam as rivalidades. Os conflitos são presentes nos antagonismos entre os capitais nacionais, Lênin já alertava esse acirramento entre os mercados internacionais.

Questionar a força do capital dos EUA frente aos demais países imperialistas é também desmitificar a hegemonia estadunidense. As fusões industriais e a acumulação de capitais na Europa e no Japão vêm crescendo e reduzindo paulatinamente o poder das empresas nos EUA. Em muitas áreas industriais³¹ já verificamos uma superioridade japonesa e européia, isto graças a concentração e centralização de capital nestas regiões, que também viabilizam o avanço e as inovações tecnológicas. De acordo com análise Rowthorn (1980, p. 50) na década de 1970, “os produtos ‘modernos’, sobre os quais os norte-americanos detêm o monopólio inicial, tornam-se “tradicionais” e

³¹ Indústrias de produtos químicos, maquinaria, petróleo, aço, computadores, automóveis etc.

são produzidos eficientemente e em grande escala pelas empresas européias e japonesas.”

Rowthorn (1980) relata que a expansão dos investimentos diretos no exterior e as consecutivas exportações, não é uma singularidade dos EUA, mesmo que menos expressivas, os países desenvolvidos como o Japão e os europeus, vem aumentando sua participação mundial em investimentos externos e deve cada vez mais elevar essa expansão de capitais a novos mercados se quiserem disputar com os EUA.

Dessa forma a exportação de capital na forma de investimentos diretos, como afirmava Lênin, é um parâmetro de suma importância para analisarmos a competição internacional no âmbito das rivalidades imperialistas. Mas todos os parâmetros acima relacionados servem para traçarmos a estrutura que se sustenta as rivalidades imperialistas.

Agregadas a estes parâmetros, podemos correlacionar o poder do capital sobre a autonomia do Estado. E assim explicitar a influência do volume de capital de um país na magnitude de sua autonomia. Verificamos uma forte autonomia estatal, quando os capitais são volumosos, e uma fraca autonomia estatal em capitais escassos. É uma relação posta, mas não precisamente direta, mas nos explica que para os países imperialistas disputarem mercado, por exemplo, será de fundamental importância ser fortemente autônomos e fortalecidos pelos seus capitais.

Uma vez os países estejam inseridos em uma disputa imperialista, com o crescimento das empresas européias e japonesas frente às estadunidenses, haverá uma reação imediata dos EUA contra estas empresas, como restrições as importações japonesas e européias e, a procura aliados para bater de frente com estes países. Sobretudo se apoiará no Estado, na intervenção estatal, para agir sobre a forma de retaliações, restrições etc. Assim, a competição entre países imperialistas através da busca de novos mercados está intimamente ligada a atuação do Estado a seu favor.

A derrota dos EUA no Vietnã, a crise econômica dos anos 70 e o fim do sistema monetário do pós-guerra de Bretton Woods, que foi construído sobre a

força do dólar americano, esses foram acontecimentos que nos permitem visualizar até onde chegou o poder estadunidense e seus limites. Na década de 1980, a dificuldade de manter o poder econômico persistiu com baixos índices de crescimento e produtividade, dívida externas elevada, capacidade competitiva em declínio, déficits em conta corrente, mercado de capitais turbulentos etc.

A Alemanha e o Japão, rivais imperialistas dos EUA, se tornaram mercados em ascensão devido sua integração comercial com a Europa e o leste da Ásia. E também pelo avanço tecnológico e de inovação organizacional, superando os EUA em muitos setores.

Recentemente Europa e Japão fazem oposição ao unilateralismo dos EUA, pelas ações da: invasão militar dos EUA no Iraque, agressividade nas relações comerciais, descaso com a Rodada Doha e a imprudência na administração do dólar. Todas estas oposições fazem parte dos antagonismos políticos e são provas da presença da rivalidade imperialista entre os centros do capitalismo mundial.

Essas são reações das rivalidades imperialistas, que também se manifestam em disputas comerciais, políticas e culturais, convergem para a defesa de seus capitais e a manutenção do capitalismo imperialista.

Conseqüências das rivalidades imperialistas são as guerras mundiais, que de acordo com Rosa Luxemburgo, serve apenas aos interesses do capital, os trabalhadores e as massas populares estão fora destes interesses. A guerra nada mais é que o fruto da rivalidade imperialista das classes capitalistas de distintas nações em luta pela hegemonia mundial e pelo monopólio da exploração e opressão das zonas que ainda não se encontram sob a dominação do capital.

São nas atuais guerras que se apóiam as principais rivalidades imperislitas no século XXI, seja na forma direta ou indireta. Ou melhor, podendo ser através de confrontos diretos (Estados Unidos contra o Iraque, na guerra contra o Iraque, por exemplo), ou em confrontos indiretos com participação dos países aliados da guerra do Iraque.

8.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização das formações econômicas e sociais (FES) como método de investigação das formas de transição do capitalismo nos principais países capitalistas nos guiou ao estudo das rivalidades imperialistas e da crise capitalista de forma mais precisa. A FES por se tratar de um conjunto complexo de instituições de múltiplas determinações, [que “expressa unidade e a totalidade das diversas esferas – econômica, social, política, cultural – da vida de uma sociedade, daí a unidade da continuidade e da descontinuidade de seu desenvolvimento histórico” Sereni apud Santos (1979, p.11)] e não somente de um modo de produção definido, abriu inúmeras possibilidades de analisar a realidade.

Diferenciar as principais formações capitalistas imperialistas através das formas de transição que assumiram: via prussiana (Alemanha, Japão) e via Clássica (Inglaterra e Estados Unidos), foi um excelente exercício, pois nos permitiu trilhar a análise das formações capitalistas através da gênese e do desenvolvimento das suas formações sociais. Pois a formação do capitalismo estadunidense, japonês, alemão e inglês foram às principais formas de transição que o capitalismo assumiu, e nos ilustrou perfeitamente as peculiaridades das suas formações econômicas e sociais.

Assim verificamos que na transição capitalista no Japão e na Alemanha, tipicamente prussiana com fortes sobrevivências pré-capitalistas e com a presença do Estado, sobretudo na economia, foi muito mais forte do que nos Estados Unidos, que passou pela via clássica de transição ao capitalismo calcadas na destruição da grande propriedade pré-capitalista e na criação de um campesinato livre, sendo esta mais democrática do que aquela autoritária.

No que se refere à conceitualização de imperialismo, utilizamos no primeiro momento, os principais autores clássicos que desenvolveram a teoria sobre o Imperialismo, tais como Hobson, Rosa Luxemburgo, Bukarin e Lênin. E

foi desta forma que consolidamos nosso maior referencial teórico: **o conceito sobre o imperialismo que mais se aproxima da realidade.**

Através do nosso estudo bibliográfico constatamos que a rivalidade imperialista estava presente tanto nos séculos anteriores como no atual e o fim da hegemonia não pode ser defendida por não haver bases concretas para sua finitude. Fiori (2007) na entrevista intitulada *La estrategia imperial de Estados Unidos sigue en expansión* alerta-nos que se for o caso de dizer que o fim da hegemonia está preeminente, ele está totalmente em desacordo, e afirma que estratégia imperial americana segue em curso expansivo, apesar de suas dificuldades. Depois do governo Clinton, com a eleição de George W. Bush e com os atentados de 2001, a política externa³² adotou uma nova retórica, mais belicista, e assumiu de forma explícita um projeto imperial.

Entretanto, atualmente os EUA não exercem com total soberania o jogo imperialista, não é o único império como denomina Hard & Negri (2001)³³. Os EUA usufruem certa hegemonia, porém a atual dinâmica mundial nos leva a visualizar rivalidades imperialista, principalmente entre EUA, Japão e Alemanha. A própria essência do imperialismo é a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia, como definiu Lênin (1984). No que concerne a União Européia Harvey (2004, p. 73/74) relata que:

É improvável que a União Européia crie base coerente para que sua própria “lógica territorial do poder” se projete no mundo no futuro imediato. Mas as coisas nessa frente podem mudar com uma rapidez, em particular se o governo norte-americano continuar a abordar a opinião da União Européia com um devastador misto de desdém e grosseira desconsideração. A União Européia por certo constitui um *hegemon* regional, mas seu potencial de rivalizar com os Estados Unidos está hoje restrito às esferas da produção e das finanças.

³² A estratégia imperial do Estado americano já vinha de antes, e se manteve a mesma, desde o fim da Guerra Fria. Essa estratégia acumulou vitórias, mas também vem enfrentando problemas para seguir se expandindo. A virada na política externa dos Estados Unidos começa a configurar-se com a dissolução da União Soviética. Porém, as estratégias de guerra preventiva só foram esboçadas pelo governo de Bill Clinton, no plano de Defesa Quadrienal de 1997, sendo oficializada e aplicada pelo governo George W. Bush (filho), após os atentados de 11 de setembro e com invasões militares contra o Afeganistão e Iraque.

³³ Estes autores afirmam que atualmente, não existem centros de poder, mas somente um centro, pois a etapa do Imperialismo terminou e, em seu lugar, tomou relevância de Império. E os Estados Unidos têm melhores condições para ser o Império.

No setor automobilístico, por exemplo, os EUA têm sofrido grandes perdas para o desenvolvimento japonês. Fiori (2007) relata-nos as dificuldades que os EUA têm enfrentado, vejamos:

Os norte-americanos já não têm mais como frear a expansão econômica da China, nem podem mais seguir em frente com sua estratégia global sem contar, pelo menos, com uma parceira chinesa. Mas além disso, a vitória americana na Guerra Fria também trouxe de volta a Alemanha e a Rússia para dentro do jogo do poder europeu e internacional. E hoje, estes dois países estão reconstruindo suas "zonas de influência" na Europa e na Ásia Central, limitando as ambições americanas nestas regiões.

De acordo com Lênin (1985), o novo imperialismo distingue-se do velho, primeiro porque, em vez da aspiração de um só império crescente, segue a teoria e a prática de impérios rivais, cada um deles guiando-se por idênticos apetites de expansão política e de lucro comercial; segundo, porque os interesses financeiros, ou relativos ao investimento de capital, predominam sobre os interesses comerciais.

Seguindo a teoria Leninista das rivalidades imperialistas, somadas às formações sociais e econômicas das principais potências mundiais, entendemos a dinâmica mundial nos anos antecessores até nosso atual século. Este é ponto de partida para uma longa jornada do atual cenário da geoeconomia e geopolítica mundial, onde os Estados Unidos não é sozinho como foi Roma na "*Pax Romana*". E também no que se refere a Pax, Harvey (2004) nos alerta que para estabelecer uma Pax Americana é necessário que esta seja tão benéfica ao mundo como foi a Pax Britânica na última metade do século XIX.

O Militarismo e as guerras estiveram e continuam intimamente ligados à temática do imperialismo como molas propulsoras, pois estes são agentes da acumulação do capital quando esta não consegue se realizar como valor em processo.

Tanto no período da segunda grande guerra, inseridas no ambiente das rivalidades imperialistas, assim como o período da guerra fria, podemos afirmar

que este período foi marcado pelas exportações de capitais dos Estados Unidos para a Europa. E a resposta europeia e japonesa realizou-se sob a forma de exportação de mercadorias (num primeiro momento) e de capitais (a partir do final dos anos 1960). Isto reduziu significativamente a *hegemon* estadunidense.

Chegamos às novas tendências imperialistas estadunidenses, asiáticas e europeias no início do século XXI, onde procuramos situá-las como resultado de um processo histórico, mais precisamente após a segunda guerra mundial. Processo este marcado por inúmeras ações e planos políticos e econômicos, sobretudo de ordem monetária, que foram de fundamental importância para o desenvolvimento das atuais rivalidades imperialistas.

Este processo histórico analisado possui dois períodos de grande relevância, a saber: o primeiro período compreende o pós-segunda guerra mundial até o início da década de 1970, e o segundo a partir desse período até meados da década de 1980. No período pós-segunda guerra mundial verificou-se a consolidação do sistema das empresas multinacionais; a formação, evolução e crise do sistema de *Bretton Woods*; início do euromercado; a gestação de um sistema privado alternativo e da globalização financeira.

No segundo período, início da década de 1970 até meados dos anos 1980 verificaremos a gênese do processo de financeirização. Na década de 1970 é instaurada uma crise estrutural do capital e, com o objetivo de retomar o controle social e recuperar a acumulação de capital, inicia-se o processo de ampliação da acumulação financeira, em resposta a crise, liderada pelos Estados Unidos.

O combate à crise estrutural durante a década de 1970 através do processo de financeirização é o principal agente da transformação recente no âmbito mundial. O desenvolvimento imperialista atual, sobretudo o estadunidense, deveu-se em grande parte ao domínio de fluxos financeiros neste período, que sofre inúmeras modificações em prol de um projeto imperialista, ancoradas com o desenvolvimento gradual de políticas econômicas, sociais, culturais e, sobretudo militares para a criação de uma

ordem internacional que possa assegurar aos Estados Unidos seus interesses e valores de país imperialista.

Entretanto os Estados Unidos não está sozinho no que diz respeito à implementação e manutenção de ações imperialistas neste atual século XXI. Europa e a Ásia, principalmente, não estão omissos a este processo em que os EUA vêm tentando manter. E a China, não é dominada pelos EUA da mesma forma com os países da América Latina os são, por exemplo, e que, muito frequentemente, vêm exercendo um papel de liderança territorial na região com um todo.

É claro que atualmente os Estados Unidos possuem uma dominância cultural/ideológica (*Soft Power*) e militar (*Hard Power*) extremamente presente e que complementam seu poderio econômico (financeiro e industrial), e que, muitas das vezes não conseguimos imaginar “*The Chinese way of Life*” possa se disseminar pelo mundo com é a atual cultura “*The American Way of Life*”, *sobretudo nos valores ideológicos que estão embutidas na cultura do consumismo e da fórmula perfeita de democracia para o mundo através de coerção e atração*. Entretanto seu “soft power” , não tem tanta força como aparentemente possamos visualizar em um primeiro momento.

Se voltarmos um pouco na história veremos que na Guerra Fria a participação dos Estados Unidos na guerra contra o Vietnã (1959-1975) foi um fracasso, e é até verdade que os EUA conseguiu se recuperar sua política impopular nesta guerra nos anos posteriores. Não obstante no presente século, a guerra do Iraque (2003) não teve os resultados esperados. Atualmente na Ásia, sobretudo na China, existe um forte crescimento econômico. Os chineses não estão subjugados ao poder estadunidense e não seguem todas as receitas econômicas oferecidas pelo imperialismo estadunidense, além do mais, como forma de se protegerem da entrada dos EUA na sua política econômica fazem ajuste fiscal, administram sua taxa de câmbio e controlam a inflação, e não deixam suas taxas de câmbio se apreciarem. Dessa forma a China vem obtendo um forte crescimento e se blinda da influência de dependência imperialista dos EUA. De acordo com Pereira (2006),

O fracasso das reformas pressionadas pelo hegemon está hoje patente, e muitos já perceberam esse fato. Sob muitos aspectos, os chineses têm razão quando afirmam que os Estados Unidos são um "tigre de papel". Com isso eles querem dizer que, por mais poderoso que seja esse grande país, não é preciso dele ter medo. Suas armas poderosas não são úteis quando se trata de persuadir e não podem ser usadas a todo instante. Seu poder econômico é grande, mas sua capacidade de pressão econômica, limitada. O que lhes vale é a hegemonia ideológica, mas essa é possível contestar quando o país mais pobre não perde seu sentido de nação. (IMPÉRIO OU HEGEMON ? Folha de São Paulo, 08/05/2006)

As transformações geopolíticas e geoeconômicas estão seguindo seu curso na história, sobretudo no que concernem as crises cíclicas do capital, ou melhor, da crise capitalista estadunidense que se dissemina pelo mundo por meio da mundialização do capital e que coloca em prova todo esse poderio estadunidense. Tudo Isto nos faz pensar até que ponto os EUA estará assumindo uma hegemonia econômica, militar e cultural para toda eternidade?!

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Spencer. **Desafios à segurança energética**. Revista Eletrônica do Departamento dos Estados Unidos. Vol. 9, Nº. 2, p. 5-8, maio. 2004.

Araripe, Luiz de Alencar. **Primeira Guerra Mundial**. História das Guerras. São Paulo: Contexto, 2006.

BALANCO, P.; PINTO, E. **Padrões de desenvolvimento, crise e endividamento no capitalismo contemporâneo**. In: Anais do VII Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC Sul, 2004.

BBC de Londres. (matéria não mais disponível na internet). Acesso em 30 mar. 2003.

BEINSTEIN, Jorge. **Contra a guerra. Movimento pela paz debate as raízes da doutrina Bush**. In: Encontro Internacional pela Paz e contra a guerra, Porto Alegre, fev. 2004. Agência Carta Maior. Disponível em: <http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=1668>. Acesso em 11 fev. 2004.

BRAGA, José Carlos de Souza. FIORI, J. L. (org). **Estados e moedas no desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: vozes, 1999. (2ª edição)

BUSH AFIRMA que EUA são “viciados em petróleo”. **Folha online – mundo (Jornal Folha de São Paulo)** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u92159.shtml>>. Acesso em: 01 fev. 2006

BUSH DIZ que Bin Laden ajudou na sua reeleição. **Terra Notícias**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/interna/0,,O1898423-E1294,00.html>>. Acesso em fev. 2006.

BRENNER, R. **O boom e a bolha: os EUA na economia mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CECECÃ, E. Ana. Petróleo, biodiversidade e água são alvo dos EUA. **Agência Carta Maior**, 12 fev. 2004. Disponível em: <http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=1672>. Acesso em: 12 fev. 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes - 2000. **Gramsci e o Brasil**. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=90>> . Acesso em 05 de abril de 2008.

CHESNAIS, F. **A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro**. In: Praga Estudos Marxistas, São Paulo, Hucitec, nº. 3, p.19-46, 1997.

_____. **“Nova economia”: uma conjuntura específica da potência hegemônica no contexto da mundialização do capital**. In: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro: 7 Letras, nº. 9, p. 53-85, dezembro de 2001.

DÉFICITS AMERICANOS ameaçam recuperação da economia. **Uol Economia**. Disponível em: <<http://www1.uol.com.br/economia/afp/ult35u32062.shl>>. Acesso em: jan. 2004.

FARIAS, F. B. **O Estado capitalista contemporâneo: Para a crítica das visões regulacionistas**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

FIORI, J. L. **La estrategia imperial de Estados Unidos sigue en expansión. Entrevista**. <http://www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=1551>. Acesso em 10 dez. 2007

FURTADO, Celso. **A hegemonia dos EUA e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973 – 2ª edição.

GALINDO, Juan Carlos. **Uma rede militar global**. 10 jun. 2002. Disponível em: <http://resistir.info/11set/rede_global.html>. Acesso em: set. 2003.

GALBRAITH, K. Jonh. **O Novo Estado Industrial**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. ISBN 85-351-0922-6.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto; AZEVEDO, Nice Moreira de. **A geografia do Imperialismo: Uma introdução**. Boletim paulista de geografia. Número 59, outubro de 1982, AGB São Paulo.

GOWAN, Peter. **A roleta global**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001

HISTÓRIA GERAL. In: Atlas. São Paulo, 2007. Editora Ática. CD ROM

HOBSON, J. A. **Estudo del imperialismo**. Ed. Alianza Editorial, S. A. Madrid, 1981.

HUNT, K. E. **História do Pensamento Econômico**. Editora Campus, 17ª edição, Rio de Janeiro-RJ, 1981.

HYMER, Stephen. **Empresas multinacionais: a internacionalização do capital**. Edições Graall, 1983 – 2ª edição.

KAKUTANI, Michiko. Até Fukuyama passa a criticar guerra. **Jornal Folha de São Paulo**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1503200604.htm>. Acesso em: 15 mar. 2006.

KEMP, Tom. **A Revolução Industrial na Europa do Século XIX**. Ed. Edições 70, 1985. Rio de Janeiro, RJ.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das grandes Potências: Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Editora Campus, 2ª edição, 1989.

KILSZTAJN, Samuel. O acordo de Bretton Woods e a evidência histórica – o sistema financeiro internacional no pós-guerra. **Revista de Economia Política**, vol. 9, nº. 4, out. – dez. 1989.

LARSON, P. Alan. Prioridades econômicas da estratégia de segurança nacional. **Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos**. Vol. 7, nº. 4, p. 19-23, dez. 2002.

LENINE, I. Vladimir. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**. 1984: Editorial Avante – Edições Progresso, Lisboa – Moscovo. Arquivos de autores marxistas. Paginação irregular. Disponível em: www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm. Acesso em: 10 abr. 2008.

Lênin, Vladimir Ilich. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Editora Global, São Paulo-SP, 1985.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1984 a.

MAGDOFF, Harry. **A Era do Imperialismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MARX, Karl. **O capital**. Editora Nova Cultural, coleção os economistas, 1996.

_____. **Teoria Moderna da Colonização**, in O Capital: crítica da economia política, trad. R Barbosa e F. Kothe, São Paulo Abril Cultural, 1984.

_____. **Contribuição a Crítica da Economia Política**. 2ª edição, São Paulo, SP. Editora Martins Fontes, 1983.

MÉSZÁROS, István. **O Século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

NYE Jr., Joseph. **O paradoxo do poder americano: porque a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada**. São Paulo: Unesp, 2002.

OLIVEIRA, N. **Neocorporativismo e política pública: um estudo das novas configurações assumidas pelo Estado**. Edições Loyola, São Paulo, 2004

PEREIRA, Bresser. **Império ou Hegemon ?** Folha de São Paulo 08/05/2006. Disponível em , < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0805200604.htm> > Acesso em 05/10/2008.

POMPEU, Renato. O retrato assustador do novo imperialismo. **Revista Caros Amigos**, São Paulo: Casa Amarela, nº. 17, p. 4-7, jun. 2003.

PRADO, E. **Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo – uma crítica a A. negri e M. Hardt**. In: Crítica Marxista, nº. 17, Editora Revan: 2003.

ROWTHRN, Bob. **Capitalismo, conflito e Inflação. Ensaio de Economia Política**. Ed. Zarár 1980, Lisboa Portugal.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. Editora Edusp, São Paulo. 2002.

_____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1979.

SILVA, Marco Aurélio. **Japão: revolução passiva e rivalidade imperialista**. Geografia Econômica: anais de geografia econômica e social. Florianópolis: Departamento de Geociências, 2007 (Edição Piloto).

_____. **Globalização ou formações sociais nacionais?** Revista Ciência Geográfica – Bauru – Vol. X – (3) setembro/dezembro. 2004.

_____. **Geografia e marxismo: questões de método e notas de pesquisa**. Ciência Geográfica n. 2 de 2003 (ano X, vol. IX). Santa Catarina, 2002.

SCHUMPETER, Joseph A. **Imperialismo e classes sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

VIDAL, Gore. **Sonhando a guerra: sangue por petróleo e a junta Cheney-Bush**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

WACHTEL, M. Haward. **Os madarins do dinheiro: as origens da nova ordem econômica supranacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

SALAMA, P. **Do produtivo ao financeiro e do financeiro ao produtivo na Ásia e na América Latina**. In: revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro: 7 Letras, nº. 6, p.05-47, junho de 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.